

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 073/2026

AMPLA CONCORRÊNCIA

PROCESSO : TC/003235/2026
MODALIDADE : DISPENSA ELETRÔNICA
CONTRATANTE : TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - TCMSP
UASG : 925462
OBJETO : Aquisição de material bibliográfico, constituído por livros impressos, destinado a compor o acervo da biblioteca e atender às demandas dos Gabinetes, Unidades do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, professores e alunos da pós-graduação da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas.

TIPO : **MAIOR DESCONTO POR GRUPO**
LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA : Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

DATA LIMITE (ENVIO DE LANCES) : **30 de junho de 2026**
HORÁRIO : **Das 08h00 às 14h00**

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - TCMSP**, com sede na Avenida Professor Ascendino Reis nº 1130, Vila Clementino, nesta Capital, torna público, para conhecimento de quantos possam interessar, que, em obediência ao que preceituam a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Leis Complementares nº 123/06, 147/14 e 155/16, a Lei Municipal nº 17.273, de 14 de janeiro de 2020, os Decretos Municipais nº 62.100 de 27 de dezembro de 2022 e nº 56.475, de 05 de outubro de 2015, a Instrução Normativa nº 2, de 27 de janeiro de 2023, da Secretaria Municipal de Gestão, Ordem Interna nº 01/2023 do TCMSP e demais normas pertinentes, fará realizar **DISPENSA ELETRÔNICA**, a ser processada pela Unidade Técnica de Licitações, o qual terá como critério de julgamento o **MAIOR DESCONTO POR GRUPO**, em conformidade com as disposições deste Edital e respectivos anexos.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente Dispensa de Licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de material bibliográfico, constituído por livros impressos, destinado à compor o acervo da biblioteca e atender às demandas dos Gabinetes, Unidades do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, professores e alunos da pós-graduação da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas, conforme especificações e quantidades constantes neste edital e seus anexos.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas resultantes do presente instrumento correrão por conta dos recursos constantes da dotação **77.10.01.032.4005.2.009.3390.30 – Material de Consumo**.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que permite a participação dos interessados na Dispensa de Licitação, em sua forma eletrônica, e dar-se-á pela atribuição, pelo órgão provedor, de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, com a solicitação de *login* e senha pelo interessado.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do interessado, ou de seu representante legal, e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta Dispensa.

3.4. O uso da senha de acesso pelo interessado é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao Tribunal de Contas do Município de São Paulo, promotor da Dispensa de Licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de suas credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.6. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa na presente Dispensa de Licitação, sob pena de exclusão sumária das representadas.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

4.1. Poderão participar desta Dispensa de Licitação os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto a ser contratado.

4.2. Será admitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcios, nos termos do artigo 15 da Lei n. 14.133/21.

4.2.1. O consórcio deverá entregar, juntamente com os documentos de habilitação:

4.2.1.1. Compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

4.2.1.2. Documento com indicação da empresa líder pelo consórcio, que será responsável por sua representação perante o TCMSP.

4.2.1.3. Será admitido, para efeito de qualificação técnica, quando exigido, o somatório dos quantitativos de cada consorciado.

4.2.2. A empresa consorciada é impedida de participar, na presente Dispensa de Licitação, em mais de um consórcio ou de forma isolada;

4.2.3. Os integrantes do consórcio respondem, de forma solidária, pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase da Dispensa de Licitação, quanto na de execução do contrato.

4.2.4. A empresa líder será a representante do consórcio perante a CONTRATANTE e deverá subscrever a proposta de preços, em nome do consórcio.

4.2.5. O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de vigência do contrato.

4.2.6. Tratando-se de consórcio, o vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio no órgão oficial competente, nos termos do compromisso.

4.2.7. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo TCMSP e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possua, no mínimo, os mesmos quantitativos, para efeito de qualificação técnica, se exigida, apresentados pela empresa substituída, para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

4.3. Não poderão participar desta Dispensa:

4.3.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.2. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo do procedimento de Dispensa de Licitação, impossibilitada de participar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.3.2.1. O impedimento de que trata esse subitem será também aplicado ao interessado que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de

burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do interessado.

4.3.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do TCMSP, ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.3.4. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.3.5. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.3.6. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.3.6.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.3.7. agente público do TCMSP;

4.3.7.1. Essa vedação estende-se a terceiro que auxilie na condução da contratação, na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário, ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.4. Como condição para participação na Dispensa de Licitação, o interessado assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes **declarações**:

4.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.4.1.1. A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte;

4.4.1.2. A falsidade das declarações prestadas, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e

implicará, também, o afastamento do participante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da Dispensa de Licitação.

4.4.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação nele previstos;

4.4.3. Que a proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

5. DO ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA

5.1. O interessado deverá encaminhar a(s) proposta(s), com a(s) descrição(ões) do(s) objeto(s) ofertado(s) e preço(s), por meio do sistema eletrônico, até a data e horário definidos em Edital para abertura da fase de lances, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa proposta.

5.2. O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão o horário de Brasília – DF.

5.4. O interessado será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.5. Incumbirá ao participante acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante o período da sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema, de sua desconexão ou por sua omissão quando chamado à manifestação via “chat”.

5.6. Até a data e o horário definidos em Edital, os interessados poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

5.7. A proposta deverá ser enviada mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, do seguinte campo:

5.7.1. **Valor** correspondente ao **maior desconto por grupo**, considerando o fornecimento integral do objeto, de acordo com os preços praticados no mercado, conforme estabelece o art. 23 da Lei 14.133/21, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (R\$), considerando as características constantes do Anexo I deste Edital.

5.7.1.1. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.8. Não será estabelecida, nessa etapa do procedimento, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da fase de lances dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Iniciada a etapa competitiva, os participantes poderão oferecer lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informado do seu recebimento e respectivos horário de registro e valor.

6.3. O lance deverá ser ofertado pelo **valor correspondente ao maior desconto por grupo**, nos termos estabelecidos no item 5.7.1.

6.4. O fornecedor somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.4.1. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, será de **R\$0,01 (um centavo)**;

6.5. Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do interessado.

6.6. O critério de julgamento adotado será o **maior desconto por grupo**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

6.7. Caso o interessado não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

6.8. Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará, em coluna própria, as microempresas e empresas de pequeno porte, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 56.475, de 05 de outubro de 2015.

6.8.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.8.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma

última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.8.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.8.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.9. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.10. A ordem de apresentação pelos participantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.10.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.10.1.1. disputa final, hipótese em que os participantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.10.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos interessados, para a qual deverão, preferencialmente, ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.10.1.3. desenvolvimento, pelo fornecedor, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.10.1.4. desenvolvimento de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.10.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.10.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.10.2.2. empresas brasileiras;

6.10.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.10.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7. DO ENCAMINHAMENTO E JULGAMENTO DA PROPOSTA

7.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, deverá ser encaminhada, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao participante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais participantes.

7.2. Concluída a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.3. O detentor da melhor oferta, no prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação efetuada no sistema eletrônico, deverá encaminhar, sob pena de desclassificação:

7.3.1. Sua **proposta final**, conforme modelo do Anexo II, a qual deverá:

7.3.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada pelo participante ou seu representante legal;

7.3.1.2. Indicar nome ou razão social da proponente, nº do CNPJ, endereço completo, telefone, e-mail, bem como o nome e nº do RG de seu representante legal;

7.3.1.3. Conter a especificação detalhada do objeto ofertado;

7.3.1.4. Ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua apresentação;

7.3.1.5. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do participante detentor da melhor proposta, para fins de pagamento;

7.3.1.6. **Constar preço unitário e total de cada item, e total do grupo** expresso em Real (R\$), em algarismos, com apenas duas casas após a vírgula, computados todos os custos, inclusive frete e demais encargos que incidam sobre o objeto.

7.4. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do

participante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita.

7.5. O interessado deverá, comprovadamente, possuir poderes, na forma da lei, para formular ofertas e lances de preços, bem como praticar todos os demais atos pertinentes à Dispensa de Licitação.

7.6. A proposta final deverá ser documentada nos autos, devendo ser observada no decorrer da execução do contrato e na aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

7.6.1. Todas as especificações do objeto, contidas na proposta, vinculam a Contratada.

7.7. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.8. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:

7.8.1. Contenha vício insanável ou ilegalidade;

7.8.2. Não obedeça às especificações técnicas contidas em edital;

7.8.3. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.4. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável;

7.8.5. Apresentar preço final superior ao orçamento estimado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.8.5.1. Considera-se **inexequível** a proposta de preços ou menor lance que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.10. Havendo necessidade, a sessão poderá ser suspensa a qualquer momento, devendo ser informado no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Para participação na Dispensa de Licitação, referentes às informações atinentes à sua habilitação, o interessado assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico,

informando que:

- 8.1.1. Atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório;
- 8.1.2. Inexiste impedimento à sua habilitação e que comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante;
- 8.1.3. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.1.4. Manifesta ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações.
- 8.1.5. Cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

8.1.6. Em cumprimento à legislação trabalhista:

8.1.6.1. Observa os incisos III e IV do art. 1º e cumpre o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.

8.1.6.2. Cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

8.2. Como condição prévia à análise da documentação de habilitação do detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado, por meio do sistema eletrônico, o eventual descumprimento das suas condições de participação, especialmente quanto à existência de sanções que impeçam sua atuação na Dispensa de Licitação ou a futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

- 8.2.1. SICAF;
- 8.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- 8.2.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;
- 8.2.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;
- 8.2.5. Relação de empresas apenadas pelo Governo do Estado de São Paulo;
- 8.2.6. Relação de empresas apenadas pela Prefeitura de São Paulo.

8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa participante e também de seu sócio majoritário, inclusive de todas as empresas reunidas em consórcio, por força do art. 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de

improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4. Constatada a existência de sanção que impeça a participação no procedimento ou a contratação, será considerado inabilitado, por não atender às condições de participação.

8.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do detentor da melhor proposta será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

8.5.1. O participante, para efeitos da habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018, mediante a utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

8.6. Não haverá a necessidade de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais participantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

8.7. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **NO PRAZO DE 02 (DUAS) HORAS**, prorrogável por igual período em caso de solicitação tempestiva e justificada, contado da solicitação pelo sistema.

8.8. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o participante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de máximo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

8.8.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do participante, formulada antes de findo o prazo inicialmente estabelecido, e formalmente aceita.

8.9. Findo o prazo concedido, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

8.9.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura da Dispensa de Licitação;

8.9.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.10. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais ou não digitalizados, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.11. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.12. Todos os documentos deverão estar em nome do fornecedor e, preferencialmente, com o número do CNPJ e endereço respectivo.

8.12.1. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

8.12.2. Se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz;

8.12.3. Se o participante for a matriz e a fornecedora for a filial, os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente.

8.12.4. Em caso de **consórcio**, cada um dos membros deverá comprovar, individualmente, os requisitos de habilitação e apresentar as declarações exigidas neste Edital.

8.12.4.1. Cada membro deverá, também, comprovar as exigências de qualificação econômico-financeira, salvo a comprovação de patrimônio líquido mínimo, que poderá, se exigida, ser atendida pelo somatório dos valores de cada consorciado.

8.13. Os participantes poderão suprir a ausência de habilitação, que deveria constar no SICAF ou não contemplados por ele, encaminhando, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, quando convocados, para fins de habilitação:

8.13.1. Habilitação Jurídica:

8.13.1.1. Comprovação de existência da pessoa jurídica e, quando cabível, da autorização para o exercício da atividade a ser contratada.

8.13.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

8.13.2.1. Prova da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

8.13.2.2. Prova da inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do interessado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.13.2.3. Prova da regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.13.2.4. Prova da regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.13.2.5. Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas);

8.13.2.6. Certidão Negativa de débitos referentes a tributos estaduais relacionados com o objeto, do domicílio ou sede do participante.

8.13.2.6.1. Os participantes com domicílio ou sede no Estado de São Paulo deverão comprovar a regularidade fiscal por meio da Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, expedida pela Procuradoria Geral do Estado, conforme Portaria CAT nº 20, de 1º de abril de 1998.

8.13.2.7. Prova da regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do detentor da melhor proposta, relativamente aos tributos mobiliários;

8.13.2.7.1. Caso o participante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.13.2.8. Os documentos referentes à regularidade fiscal e trabalhista poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do participante, inclusive por meio eletrônico.

8.13.2.8.1. O detentor da melhor proposta, enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.13.2.9. Serão aceitas como prova de regularidade certidões positivas com efeito de negativas, que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

8.13.3. Qualificação Técnica – Operacional

8.13.3.1. **ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA ou DECLARAÇÃO (ÕES)**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, necessariamente em nome da licitante, que comprove(m) que já realizou ou esteja realizando fornecimento semelhante ao objeto desta Dispensa.

8.13.3.1.1. O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, constar a razão social, CNPJ e dados de contato da entidade emitente, conter a descrição do objeto contratado, com indicação de sua compatibilidade com o

objeto desta contratação, período de execução do fornecimento e nome legível, cargo e assinatura do responsável pela emissão, admitida assinatura eletrônica.

8.13.3.1.2. Poderá ser utilizado mais de um atestado para comprovar a qualificação técnica solicitada.

8.13.3.1.3. Poderá ser realizada diligência para comprovar a autenticidade do atestado de capacidade técnica ou suprir a ausência de alguma informação, podendo solicitar, se necessário, cópia de contratos, termos aditivos, notas fiscais ou outros documentos comprobatórios, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

8.13.4. Qualificação Econômico-Financeira:

8.13.4.1. **Certidão negativa de falência**, expedida pelo distribuidor do principal estabelecimento da pessoa jurídica, em data não superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura da Dispensa de Licitação, se outro prazo não constar do documento.

8.13.4.1.1. No caso de certidão positiva, o participante deverá juntar a Certidão de Objeto e Pé do processo, expedida pelo órgão competente, esclarecendo o posicionamento da(s) ação(ões).

8.13.4.1.2. No caso de sociedade simples, a proponente deverá apresentar certidão dos processos cíveis em andamento relativos à solvência ou não do participante, expedido pelo distribuidor da sede de pessoa jurídica, em data não superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura da Sessão, se outro prazo não constar do documento.

8.13.4.2. No caso de empresa em **Recuperação Judicial**, o participante deverá apresentar uma **declaração/certidão**, emitida pela instância judicial competente, que comprove a homologação/deferimento do seu plano de recuperação judicial/extrajudicial pelo juízo competente, a sua vigência, e, por conseguinte, a sua boa saúde financeira.

8.14. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar ainda:

8.14.1. **DECLARAÇÃO** subscrita por quem detenha poderes de representação, sob as penas do art. 299 do Código Penal, de que se enquadra como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto nº 56.475/2015, não se incluindo nas hipóteses de exclusão previstas no § 4º do artigo 3º da referida Lei Complementar, e que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento dessa situação, conforme modelo constante do Anexo III

8.14.1.1. No caso de microempreendedor individual, a declaração poderá ser substituída pelo Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI,

emitido pelo Portal do Empreendedor.

8.15. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.16. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, da qualificação econômico-financeira e da habilitação jurídica, conforme o caso, poderá ser substituída pela consulta ao SICAF, nos casos em que a empresa estiver habilitada no referido sistema, conforme o disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPDG nº 2, de 11 de outubro de 2010.

8.16.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o proponente esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

8.16.2. Caso não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o participante será convocado a encaminhar, no prazo de 02 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação.

8.17. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista, conforme estatui o art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, não impede que o proponente qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.18. Os participantes, ainda que pretendam apresentar sua regularidade fiscal ou trabalhista com alguma restrição, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, deverão declarar o cumprimento dos requisitos de habilitação, uma vez que neste Edital constam as exigências próprias para quem pretender se utilizar deste benefício, ficando, portanto, implícita a ressalva da possibilidade de apresentação de documentação afeta à regularidade fiscal com restrição e regularização “a posteriori”.

8.19. Uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal ou trabalhista, o proponente será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a declaração do vencedor, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo interessado, mediante apresentação de justificativa.

8.19.1. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a sua inabilitação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

8.20. Durante a análise dos documentos de habilitação, será admitido o saneamento de erros ou falhas que não comprometam a substância nem a validade jurídica dos documentos, mediante despacho fundamentado, devidamente registrado e acessível a todos os participantes, conferindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.21. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão poderá ser suspensa, devendo ser informado no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.22. Será inabilitado o proponente que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos dentro do prazo concedido, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.23. No caso de inabilitação, seguir-se-á a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.23.1. Os documentos apresentados deverão estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica do Edital, do próprio documento ou de lei aplicável à espécie, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a contar da sua expedição.

8.24. Da sessão pública da Dispensa de Licitação, divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

9. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

9.1. O objeto será adjudicado ao proponente declarado vencedor, pela autoridade competente, que, posteriormente, homologará a Dispensa de Licitação.

10. DA ASSINATURA DO CONTRATO

10.1. As obrigações decorrentes desta Dispensa de Licitação consubstanciar-se-ão nos termos da minuta de Contrato - Anexo IV.

10.2. A adjudicatária será convocada pelo Tribunal para, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de convocação, para assinar o Termo de Contrato.

10.3. Antes de celebrar o Contrato, o Tribunal de Contas do Município de São Paulo efetuará consulta ao Cadastro Informativo Municipal (CADIN), conforme estabelecido no inciso I, art. 3º, da Lei nº 14.094/2005, ou na Legislação que vier a substituí-la.

10.3.1. Caso exista registro de débito no CADIN, a Proponente adjudicatária estará impossibilitada de contratar com a Administração, salvo se estiver suspenso o impedimento, conforme dispositivo legal vigente, ou se a Proponente comprovar ter ajuizado ação com garantia oferecida, na forma da lei, ou ainda, comprovar estar suspensa a exigibilidade do crédito.

10.4. Antes da assinatura do Contrato a adjudicatária deverá apresentar, além dos documentos que estiverem vencidos, caso não tenha(m) sido apresentado(s) durante a dispensa de licitação:

10.4.1. **Cópia do contrato social e instrumento de procuração** que confia plenos poderes

para a sua assinatura;

10.4.2. No caso de empresa em **recuperação judicial ou extrajudicial**, cópia do ato de nomeação do seu administrador judicial, ou, para o caso do administrador ser pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo, acompanhada de declaração do juízo ou do administrador, de que está cumprindo o plano de recuperação judicial/extrajudicial.

10.5. O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, desde que solicitado por escrito, antes do término, sob alegação de motivo justo que poderá ou não ser aceito pelo TCMSP.

10.6. Na hipótese do não atendimento à convocação ou havendo recusa em fazê-lo, a Administração convocará os demais participantes, observada a ordem de classificação, independentemente das penalidades previstas neste Edital.

10.6.1. Em caso de convocação dos classificados remanescentes, deverão ser averiguadas as condições de habilitação destes.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

11.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência e na Minuta de Contrato, Anexos I e IV.

12. DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. Conforme previsto na Minuta de Contrato – Anexo IV.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o participante/contratado que:

13.1.1. Recusar, sem justificativa, a assinar o termo de contrato, aceitar/retirar o instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

13.1.2. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a Dispensa de Licitação ou prestar declaração falsa;

13.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos na Dispensa de Licitação;

13.1.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente

justificado;

13.1.5. Fraudar a Dispensa de Licitação;

13.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da Dispensa de Licitação;

13.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os participantes, em qualquer momento da Dispensa de Licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

13.3. O participante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa de 5% (cinco por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da contratação;

c) Impedimento de licitar e de contratar, bem como o descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 03 (três) anos, nos termos do artigo 156, inciso III, combinado com o § 4º, da Lei nº 14.133/2021;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos termos do artigo 156, inciso IV, combinado com o § 5º, da Lei Licitação.

13.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as sanções de advertência, impedimento de licitar e de contratar, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao participante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente na Lei nº 14.141, de 27 de março de 2006 (Lei de Processo Administrativo do Município de São Paulo).

13.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.8. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação

de reparação integral dos danos causados.

13.9. Incide, no processo de aplicação de penalidade, nos casos omissos, as disposições previstas no Capítulo I do Título IV da Lei federal nº 14.133/2021.

14. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos.

14.2. Os pedidos de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, encaminhadas para o e-mail maria.secco@tcm.sp.gov.br ou por petição dirigida ou protocolada na Unidade Técnica de Protocolo e Autuação do TCMSP, pelo e-mail utpa_protocolo@tcm.sp.gov.br, de acordo com a Portaria SG nº 06/2018, publicada no DOC de 08/12/18, pág. 109.

14.3. A resposta ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados da data de seu recebimento, observado o limite do último dia útil anterior à abertura da Dispensa de Licitação. A resposta será anexada aos autos do processo e ficará disponível para consulta por qualquer interessado.

14.4. Os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos na presente Dispensa de Licitação.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Fica o participante ciente de que a apresentação de proposta implica a aceitação de todas as condições deste Edital e de seus anexos, não podendo invocar desconhecimento dos termos do instrumento convocatório ou das disposições legais aplicáveis à espécie para furtar-se ao cumprimento de suas obrigações.

15.2. Caso não haja expediente ou ocorra qualquer fato superveniente que impeça a realização da sessão na data marcada, esta será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário previamente estabelecido.

15.2.1. A alteração somente não ocorrerá se houver comunicação em sentido diverso, realizada por meio de publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo e no site oficial do TCMSP (www.tcm.sp.gov.br > Editais) e Portal de Compras do Governo Federal.

15.3. No julgamento das propostas e da habilitação, será permitida a correção de erros ou falhas que não comprometam a substância dos documentos nem sua validade jurídica. Essa correção deverá ser formalizada por meio de despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os interessados, conferindo validade e eficácia aos documentos para fins de habilitação e classificação.

15.4. É facultada ao TCMSP, em qualquer fase da Dispensa de Licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

15.4.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata esse subitem, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

15.5. Presidente do TCMSP, ou autoridade por ele delegada, poderá revogar a Dispensa de Licitação por razões de interesse público, desde que decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a medida. A Dispensa de Licitação também poderá ser anulada, de ofício ou por provocação de terceiros, em caso de ilegalidade, mediante parecer escrito e fundamentado.

15.6. A homologação do resultado desta Dispensa de Licitação não implicará direito à contratação.

15.7. As normas disciplinadoras serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.8. Os interessados assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o TCMSP não será, em nenhum caso, responsabilizado por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

15.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no TCMSP.

15.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará a exclusão do participante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.12. Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pela Unidade Técnica de Licitações.

15.13. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <http://www.tcm.sp.gov.br> - Editais e no Portal de Compras do Governo Federal; e também poderão ser obtidos gratuitamente, por solicitação pelo e-mail maria.secco@tcm.sp.gov.br ou pessoalmente mediante o pagamento correspondente ao custo da cópia reprográfica, a ser recolhido aos cofres públicos, através de guia de recolhimento, das 8h às 16h na Av. Professor Ascendino Reis, 1.130 - Vila Clementino – São Paulo/SP.

16. DOS ANEXOS

16.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 16.1.1. Anexo I - Termo de Referência;
- 16.1.2. Anexo II - Modelo de proposta (subitem 7.3.1 do Edital);
- 16.1.3. Anexo III - Modelo de declaração de ME/EPP/Cooperativa e inexistência de fatos supervenientes (subitem 8.14.1 do Edital);
- 16.1.4. Anexo IV - Minuta de Contrato.

São Paulo, 23 de junho de 2026

Maria Izabel de O. Secco Miguel Jorge

Subscritora do Edital

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de material bibliográfico, constituído por livros impressos, destinado a compor o acervo da biblioteca e para atender às demandas dos Gabinetes, Unidades do TCMSP, professores e alunos da pós-graduação da EGC, conforme quantidades e especificações constantes das tabelas a seguir:

GRUPO I – Grupo Gen (Atlas, Forense, LTC, Método, Saraiva Jur)						
ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ANO	ISBN	QTDE
1	Administração financeira: teoria e prática	Alexandre Assaf Neto e Fabiano Guasti Lima	Atlas	2025	9786559776733	1
2	Contabilidade avançada	Ricardo Rios, José Carlos Marion	Atlas	2024	9786559775477	1
3	Curso de Filosofia do Direito	Eduardo Bittar, Guilherme Assis de Almeida	Atlas	2026	9786559778102	1
4	Economia brasileira contemporânea	Amaury P. Gremaud, Marco Antonio S. de Vasconcellos, Rudinei Toneto Jr., Sérgio N. Sakurai	Atlas	2024	9786559776443	1
5	Fundamentos de Metodologia Científica	Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos	Atlas	2021	9788597026566	1
6	Gestão da qualidade: teoria e prática	Edson Paladini	Atlas	2024	9786559776566	1
7	Introdução ao Estudo do Direito: Técnica, Decisão, Dominação	Tercio Sampaio Ferraz Jr.	Atlas	2025	9786559777488	1

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ANO	ISBN	QTDE
8	LC 214/2025 comentada: reforma tributária - IBS, CBS e IS	Hugo de Brito Machado Segundo	Atlas	2025	9786559777112	1
9	Métodos e Técnicas de Pesquisa Social	Antonio Carlos Gil	Atlas	2019	9788597020571	1
10	Orçamento, Contabilidade e Gestão No Setor Público	Diana Vaz de Lima	Atlas	2022	9786559773121	1
11	Constituição da República Federativa do Brasil		Atlas	2026	9786559778423	10
12	Contabilidade básica	José Carlos Marion	Atlas	2022	9786559773213	1
13	LC 227/2026 comentada: reforma tributária - IBS (processo administrativo) e ITCMD	Hugo de Brito Machado Segundo	Atlas	2026	9786559778300	1
14	Gestão pública	Edson Ronaldo Nascimento	Atlas	2025	9788571442450	1
15	A condição humana	Hannah Arendt	Forens e	2016	9788530972165	1
16	Curso de direito processual civil, volume 1	Humberto Theodoro Junior	Forens e	2026	9788530998288	1
17	Curso de direito processual civil, volume 2	Humberto Theodoro Junior	Forens e	2026	9788530998325	1
18	Curso de direito processual civil, volume 3	Humberto Theodoro Junior	Forens e	2026	9788530998363	1
19	Curso de direito processual penal	Guilherme de Souza Nucci	Forens e	2025	9788530996635	1
20	Curso de direito tributário	Solon Sehn	Forens e	2025	9788530996697	1
21	Ética a Nicômaco	Aristóteles	Forens e	2017	9788530976378	1
22	Introdução Ao Estudo do	Paulo Nader	Forens	2025	9788530996895	1

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ANO	ISBN	QTDE
	Direito		e			
23	Lei de responsabilidade fiscal comentada	Marcus Abraham	Forens e	2021	9788530990459	1
24	Teoria do Estado e da Constituição	Jorge Miranda	Forens e	2019	9788530979881	1
25	Teoria pura do direito	Hans Kelsen	Forens e	2021	9788530992071	1
26	Manual de Licitações e Contratos Administrativos	Maria S. Di Pietro, Edgar Guimarães, Fabrício Motta, Luciano Ferraz, Thiago Marrara e Victor Amorim	Forens e	2026	9788530999483	1
27	Curso de Direito Ambiental	Ingo Wolfgang Sarlet, Tiago Fensterseifer	Forens e	2026	9788530998608	1
28	Estatística para cursos de engenharia, computação e ciência de dados	Pedro Alberto Barbeta, Antonio Cezar Bornia e Marcelo Menezes Reis	LTC	2024	9788521638810	1
29	Estruturas de Madeira	Walter Pfeil, Michèle Pfeil	LTC	2003	9788521613855	1
30	Materiais de Construção - Volume Único	Luiz Alfredo Falcão Bauer, João Fernando Dias	LTC	2025	9788521639053	1
31	Patologia das Construções	Jean Rodrigo Garcia e Paulo José Rocha de Albuquerque	LTC	2025	9788521639091	1
32	Algoritmos	Thomas Cormen, Charles E. Leiserson, Clifford Stein	LTC	2024	9788595159907	1
33	Inteligência Artificial - Uma Abordagem de Aprendizado de Máquina	Katti Faceli, Ana Carolina Lorena, João Gama, Tiago A. de Almeida e André C. P. L. F de Carvalho	LTC	2025	9788521639206	1
34	Fundamentos e Exemplos de Aplicação da NBR-6123	Acir Mercio Loredo Souza, Marcelo Maia Rocha e Michèle Pfeil	LTC	2026	9788521639183	1
35	BIM e Inovação em Gestão de Projetos	Leonardo Manzione, Silvio Melhado e Claudino Lins Nóbrega Jr.	LTC	2021	9788521637592	1

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ANO	ISBN	QTDE
36	BIM: Concepção, Construção e Operação - Ensino e Prática	Regina Coeli Ruschel, Mariana Monteiro Xavier e Jeferson Spiering Böes	LTC	2025	9788521639015	1
37	Engenharia ambiental: conceitos, tecnologias e gestão	Maria Calijuri e Davi Gasparini	LTC	2019	9788535290479	1
38	Engenharia e Meio Ambiente: Aspectos Conceituais e Práticos	Ana Silvia P. Santos, Alfredo A. Ohnuma Jr.	LTC	2021	9788521636274	1
39	Afo e orçamento público	Marcus Abraham	Método	2025	9788530995553	1
40	Controle Externo Teoria e Jurisprudência para os Tribunais de Contas	Luiz Henrique Lima	Método	2025	9788530997236	1
41	Curso de direitos humanos	Valerio de Oliveira Mazzuoli	Método	2026	9788530998882	1
42	Manual de direito tributário: volume único	Gabriel Quintanilha	Método	2025	9788530997120	1
43	Constituição da República Federativa do Brasil		Saraiva Jur	2026	9786551771156	2
44	Contabilidade geral e avançada	Eugenio Montoto	Saraiva Jur	2025	9788553624447	1
45	Curso de Direito Constitucional	Andre Ramos Tavares	Saraiva Jur	2025	9788553624461	1
46	Curso de direito tributário	Alexandre Mazza	Saraiva Jur	2025	9788553625925	1
47	Curso de direito tributário e financeiro	Claudio Carneiro	Saraiva Jur	2025	9788553624324	1
48	Curso de processo penal	Edilson Mougenot Bonfim	Saraiva Jur	2025	9788553625840	1
49	Direitos fundamentais	Thorsten Kingreen e Ralf Poscher	Saraiva Jur	2025	9786553629394	1
50	Fundamentos do processo penal	Aury Lopes Jr.	Saraiva Jur	2025	9788553625604	1

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ANO	ISBN	QTDE
51	Manual de Direito Ambiental	Terence Trennepohl	Saraiva Jur	2025	9788553625369	1
52	Manual de direito penal: parte geral	Gustavo Octaviano Diniz Junqueira, Maria Patrícia Vanzolini Figueiredo	Saraiva Jur	2025	9788553625246	1
53	Manual de direito processual civil	Cassio Scarpinella Bueno	Saraiva Jur	2026	9786551770623	1
54	Teoria Geral do Estado	Reinhold Zippelius	Saraiva Jur	2016	9788502617971	1
55	Tratado de direito penal, volume 1: parte geral	Cezar Roberto Bitencourt	Saraiva Jur	2025	9788553627622	1
56	Tratado de direito penal, volume 2: parte especial	Cezar Roberto Bitencourt	Saraiva Jur	2025	9788553627608	1
57	Tratado de direito penal, volume 3: parte especial	Cezar Roberto Bitencourt	Saraiva Jur	2025	9788553627585	1
58	Tratado de direito penal, volume 4: parte especial	Cezar Roberto Bitencourt	Saraiva Jur	2025	9788553627578	1
59	Tratado de direito penal, volume 5: parte especial	Cezar Roberto Bitencourt	Saraiva Jur	2025	9788553627523	1
60	Tratado de direito penal, volume 6: parte especial	Cezar Roberto Bitencourt	Saraiva Jur	2025	9788553627547	1
61	Matemática financeira	Abelardo de Lima Puccini	Saraiva Uni	2022	9786587958057	1
QUANT. TOTAL						71
VALOR REFERENCIAL ESTIMADO POR GRUPO – GRUPO I						R\$ 15.338,44

GRUPO II – Editora Fórum, Casa do Direito

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ANO	ISBN	QTDE
1	Direitos humanos e políticas públicas: o direito como instrumento de inclusão social	Humberto Bersani (org.)	Casa do Direito	2020	9786586025767	1
2	A celebração de acordos pela administração pública	Stela Hühne Porto	Fórum	2025	9788545008439	1
3	A legalidade administrativa	Odete Medauar	Fórum	2025	9788545009979	1
4	A licitação como instrumento de efetivação de políticas públicas sociais	Tiago Nunes	Fórum	2025	9788545008071	1
5	Agências reguladoras: da organização administrativa piramidal à governança em rede	Sérgio Guerra	Fórum	2023	9786555185010	1
6	Arbitragem e obras públicas: em busca do interesse público e da eficiência	Nicola Espinheira da Costa Khoury	Fórum	2025	9786555188059	1
7	As sanções nas contratações públicas	Aniello Parziale	Fórum	2025	9788545008293	1
8	Bem jurídico e funcionalismo sistêmico	Carlos Augusto Machado de Brito	Fórum	2025	9786555188790	1
9	Bens públicos em rede	Fábio Paulo Reis de Santana	Fórum	2025	9788545008569	1
10	Comentários à lei de licitações e contratos administrativos – volume 1	coord. Cristiana Fortini, Rafael Sérgio Lima de Oliveira, Tatiana Camarão	Fórum	2023	9786555185744	1
11	Comentários à lei de processo administrativo	coord. Rafael Ramos	Fórum	2025	9788545009672	1

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORIA	ANO	ISBN	QTDE
12	Comentários aos crimes em licitação e contratos	Flávio Garcia Cabral, Fábio Ianni Goldfinger	Fórum	2025	9786545007869	1
13	Compliance nas contratações públicas	Rodrigo Pironti Aguirre de Castro, Mirela Miró Ziliotto	Fórum	2021	9786555182781	1
14	Contratações públicas para a inovação	Rafael Carvalho de Fassio	Fórum	2025	9786555189209	1
15	Contratos administrativos: manual para gestores e fiscais de acordo com a Lei nº 14.133/2021	Gabriela Verona Pércio	Fórum	2025	978-65-5518-860-8	2
16	Contratos de obras públicas: uma visão gerencial	André Kuhn	Fórum	2022	978-6555183498	1
17	Controle da Eficiência do Gasto Orçamentário	Ana Carla Bliacheriene	Fórum	2016	9788545001461	1
18	Controle externo e as mutações do direito público	Luiz Henrique Lima, Daniela Zago Gonçalves da Cunda	Fórum	2025	9786555189490	1
19	Curso de Direito Administrativo	Carolina Zancaner Zockun , Celso Antônio Bandeira de Mello , Weida Zancaner , Maurício Zockun	Fórum	2025	9786555189711	2
20	Curso de direito financeiro	Regis Fernandes de Oliveira	Fórum	2025	9786555189353	1
21	Diálogo competitivo	Guilherme F. Dias Reisdorfer	Fórum	2025	9786555187939	1
22	Direito à cidade: fundamentos jurídicos e desafios urbanos	Harley Diniz Sousa de Carvalho	Fórum	2025	9788545009139	1
23	Direito administrativo e controle de contas	org. André Rosilho	Fórum	2023	9786555184914	1
24	Discrecionalidade e controle jurisdicional	Celso Antônio Bandeira de Mello	Fórum	2025	9786555187922	1
25	Eficácia das normas constitucionais e direitos	Celso Antônio Bandeira de Mello	Fórum	2025	9786555188042	1

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ANO	ISBN	QTDE
	sociais					
26	Grandes temas de direito administrativo	Celso Antônio Bandeira de Mello	Fórum	2025	9786555187908	1
27	Julgamento e juízo de contas no Brasil	Weder de Oliveira	Fórum	2025	9788545008767	1
28	O novo sistema de registro de preços	Aniello Parziale, Antonio Cecílio Moreira Pires	Fórum	2025	9786555186758	1
29	O planejamento das contratações: estudos técnicos preliminares e termos de referência	coordenadoras Madeline Rocha Furtado , Monique Rafaella Rocha Furtado	Fórum	2025	9786555189445	2
30	Obras públicas: manual de planejamento, contratação e fiscalização	Paulo Sérgio de Monteiro Reis	Fórum	2025	9786555189391	1
31	Parcerias com o terceiro setor	coord. Fabrício Motta , Rafael Arruda Oliveira , Fernando Mânica	Fórum	2025	9788545009269	1
32	Pareceres de direito administrativo	Celso Antônio Bandeira de Mello	Fórum	2025	9786555187830	1
33	Planejamento da licitação de obras públicas de edificação e saneamento	Gustavo Ferreira Olkowski, Marcelo Ribeiro, Rommel Dias Marques Ribas Brandão, Victor Hugo Moreira Ribeiro	Fórum	2024	9786555185560	1
34	Processo Administrativo: Comentários à Lei nº 9.784/1999	Cristiana Fortini , Tatiana Camarão , Caio Mário Lana Cavalcanti , Maria Fernanda Veloso Pires	Fórum	2023	9786555185676	1
35	Processo administrativo: princípios constitucionais e a Lei 9.784/1999 (com especial atenção a LINDB)	Egon Bockmann Moreira	Fórum	2025	978655518871-4	1
36	Processo orçamentário	coord. Gustavo Fossati	Fórum	2024	9786555186512	1
37	Tribunais de contas do Brasil: jurisdição e	Jorge Ulisses jacoby	Fórum	2025	9788545009665	2

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ANO	ISBN	QTDE
	competência	Fernandes				
38	Gestão participativa dos riscos & cidades sustentáveis	Benedito Antonio da Costa	Fórum	2025	9786555188493	1
39	(Des)ordem climática: propostas para um mundo em transformação	coorde. Enrique Ricardo Lewandowski	Fórum	2025	9788545007807	1
40	ESG no setor público	Glenda Grando de Meira Menezes	Fórum	2025	9788545009085	1
41	Direito ambiental: noções fundamentais e de direito comparado	Ricardo Luis Lorenzetti, Pablo Lorenzetti	Fórum	2022	9786555183139	1
42	Direito, sustentabilidade e inovação	coords. Alexandre Pasqualini, Daniela Zago Gonçalves Cunda, Rafael Ramos	Fórum	2025	9786555189575	1
43	Planejamento urbano e desenvolvimento sustentável	Giovani Ferri	Fórum	2024	9786555186161	1
QUANT. TOTAL						47
VALOR REFERENCIAL ESTIMADO POR GRUPO – GRUPO II						R\$ 7.631,37

GRUPO III – Editoras Universitárias (Ed. UNESP, Ed. FGV, Ed. UNICAMP, EDUSP, Ed. UFMG, PUCMG)

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ANO	ISBN	QTDE
1	A instituição da religião cristã - Tomo 1: Livros I e II	João Calvino	Editora da Unesp	2008	9788571398047	1
2	A instituição da religião cristã - Tomo 2: Livros III e IV	João Calvino	Editora da Unesp	2009	9788571399006	1
3	A política pública como campo multidisciplinar	Eduardo Marques e Carlos Aurélio Pimenta de Faria	Editora da	2018	9788539307470	1

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORIA	ANO	ISBN	QTDE
		(org.)	Unesp			
4	Dicionário de Políticas Públicas	organizadores Geraldo Di Giovanni, Marco Aurélio Nogueira	Editora da Unesp	2018	9788539307364	1
5	Estado, política e classes sociais	Armando Boito Jr.	Editora da Unesp	2011	9788571397835	1
6	Bases do autoritarismo brasileiro	Simon Schwartzman	Editora da Unicamp	2015	9788526812246	1
7	Democracia, federalismo e centralização no Brasil	Marta Arretche	FGV	2012	9788522512317	1
8	Perspectivas analíticas em políticas públicas	Vanessa Elias de Oliveira (Compilador)	Editora Fiocruz	2025	9786557082010	1
9	Implementação de políticas públicas: teoria e prática	Carlos Aurélio Pimenta de Faria (org.)	Editora PUC Minas	2012		1
10	História do Brasil	Boris Fausto	Edusp	2024	9788531413520	1
11	Cidade e Meio Ambiente: A Apropriação do Relevo no Desenho Ambiental Urbano	José Guilherme Schutzer	Edusp	2025	9788531412783	1
12	Introdução ao estudo das políticas públicas: uma visão interdisciplinar e contextualizada	Alvaro Chrispino	FGV	2016	9788522517800	1
13	Burocracia e política no Brasil: desafios para o Estado democrático no século XXI	Organizadores Fernando Luiz Abrucio, Maria Rita Loureiro, Regina Silvia Pacheco	FGV	2010	9788522507771	1

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ANO	ISBN	QTDE
14	Construindo o estado republicano: democracia e reforma da gestão pública	Luiz Carlos Bresser-Pereira	FGV	2019	9788522507108	1
15	Reforma do Estado e administração pública gerencial	Luiz Carlos Bresser Gonçalves Pereira, Peter Kevin Spink	FGV	2007	9788522502363	1
16	Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos (Princípios do tratamento biológico de águas residuárias).	Marcos Von Sperling	UFMG		9788542300536	1
17	Lagoas de Estabilização (Princípios do tratamento biológico de águas residuárias).	Marcos Von Sperling	UFMG		9788585266066	1
18	Lodo de esgotos: tratamento e disposição final Princípios do tratamento biológico d águas residuárias)	Cleverson V.Andreoli; Marcos Von Sperling; Fernando Fernandes	UFMG		9788542300857	1
19	Princípios básicos do tratamento de esgotos (Princípios do tratamento biológico de águas residuárias).	Marcos Von Sperling	UFMG		9788542301748	1
20	Reatores anaeróbios (Princípios do tratamento biológico de águas residuárias).	Carlos Augusto de Lemos Chernicharo	UFMG		9788542301724	1
21	Poder político e classes sociais	Nicos Poulantzas	Unicamp	2020	9788526814882	1
QUANT. TOTAL						21
VALOR REFERENCIAL ESTIMADO POR GRUPO – GRUPO III						R\$ 1.939,03

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORIA	ANO	ISBN	QTDE
	GRUPO IV – Grupo Cia das Letras, Objetiva, Penguin-Cia, Zahar					
1	A república inacabada	organizadores Fábio Konder Comparato, Raymundo Faoro	Companhia das Letras	2022	9786559213191	1
2	Além do bem e do mal	Friedrich Nietzsche	Companhia das Letras	2005	9788535906417	1
3	Evolução política do Brasil	Caio Prado Jr.	Companhia das Letras	2012	9788535921359	1
4	Formação do Brasil contemporâneo	Caio Prado Jr.	Companhia das Letras	2011	9788535919622	1
5	Formação econômica do Brasil	Celso Furtado	Companhia das Letras	2007	9788535909524	1
6	Introdução à História da Filosofia, v.1	Marilena Chauí	Companhia das Letras	2002	9788535901702	1
7	Introdução à História da Filosofia, v.2	Marilena Chauí	Companhia das Letras	2010	9788535917154	1
8	Introdução à História da Filosofia, v.3	Marilena Chauí	Companhia das Letras	2023	9788535935714	1
9	Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo	Jean Starobinski	Companhia das Letras	2011	9788535918519	1
10	Monções e capítulos de expansão paulista	Sérgio Buarque de Holanda	Companhia das Letras	2014	9788535925050	1
11	Origens do totalitarismo	Hannah Arendt	Companhia das Letras	2013	978853592204-2	1
12	Os donos do poder: Formação do patronato	Raymundo Faoro	Companhia das	2021	9786559210961	1

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORIA	ANO	ISBN	QTDE
	GRUPO IV – Grupo Cia das Letras, Objetiva, Penguin-Cia, Zahar					
	político brasileiro		Letras			
13	Os ricos e os pobres: o Brasil e a desigualdade	Marcelo Medeiros	Companhia das Letras	2023	9788535935646	1
14	Pensadores que inventaram o Brasil	Fernando Henrique Cardoso	Companhia das Letras	2013	9788535922875	1
15	Raízes do Brasil	Sérgio Buarque de Holanda	Companhia das Letras	2015	9788535925487	1
16	Visão do paraíso	Sérgio Buarque de Holanda, organizadores Lilia Moritz Schwarcz e Pedro Meira Monteiro	Companhia das Letras	2010	9788535916676	1
17	Sobre a China	Henry Kissinger	Objetiva	2011	9788539002993	1
18	A origem da desigualdade entre os homens	Jean-Jacques Rousseau	Penguin-Companhia	2017	9788582850626	1
19	Essencial Sérgio Buarque de Holanda	Sérgio Buarque de Holanda	Penguin-Companhia	2023	9788582851579	1
20	Estatística: o que é para que serve como funciona	Charles Wheelan	Zahar	2016	9788537815120	1
21	Marco Aurélio: O imperador filósofo	Pierre Grimal	Zahar	2018	9788537817513	1
22	O processo civilizador, 1	Norbert Elias	Zahar	1990	9788571101067	1
23	O processo civilizador, 2	Norbert Elias	Zahar	1993	9788571102576	1
QUANT. TOTAL						23
VALOR REFERENCIAL ESTIMADO POR GRUPO – GRUPO IV						R\$ 2.001,79

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORIA	ANO	ISBN	QTDE
		GRUPO V – Editora Revista dos Tribunais				
1	Arbitragem, infraestrutura e direito da construção	coordenadores Adriana Sarra, Fernando Maluf, Ricardo Medina Salla, Virginia Mesquita Nasser	RT	2024	9786526012567	1
2	Constituição econômica brasileira	Egon Bockmann Moreira	RT	2024	9786526013595	1
3	Contratos Administrativos na Lei de Licitações	Egon Bockman, Flávio Amaral Garcia	RT	2025	9786526028094	2
4	Contratos e tributação	José Eduardo Soares de Melo	RT	2023	9786526000786	1
5	Curso de direito tributário	Tathiane Piscitelli	RT	2024	9786526017579	1
6	Fundações privadas	Marcelo Vieira von Adamek, André Nunes Conti	RT	2024	9786526014042	1
7	Jurimetria	Marcelo Guedes Nunes	RT	2024	9786559916382	1
8	Manual Planejamento e Orçamento Público: Da elaboração das leis orçamentárias à prestação de contas	Roberto Sérgio Do Nascimento, Ricardo Viotto	RT	2022	9786526006061	1
9	Manual de Direito Urbanístico	Leandro Teodoro Andrade	RT	2024	9786526012581	1
10	Mudanças Climáticas e Respostas Jurídicas	Ana Maria de Oliveira Nusdeo	RT	2025	9786526029169	1
11	Usucapião	Fábio Caldas De Araújo	RT	2025	9786526029916	1
QUANT. TOTAL						12
VALOR REFERENCIAL ESTIMADO POR GRUPO – GRUPO V						R\$3.008,00

GRUPO VI – Editoras Alínea, Foco e Mizuno

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORIA	ANO	ISBN	QTDE
1	Indicadores Sociais no Brasil: Conceitos, Fontes de Dados e Aplicações	Paulo de Martino Jannuzzi	Alínea	2017	9788575168073	1
2	Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais: Uma Introdução aos Conceitos e Técnicas	Paulo de Martino Jannuzzi	Alínea	2016	978-8575167618	1
3	Políticas públicas, valores e evidências em tempos de inteligência artificial	Paulo de Martino Jannuzzi	Alínea	2024	9786557550748	1
4	Administração Pública Digital	José Luiz de Moura Faleiros Júnior	Foco	2026	9786561208956	1
5	Astreintes	Marcelo Abelha Rodrigues	Foco	2025	9786561206099	1
6	Bens públicos: o domínio público no direito administrativo	Carlos Eduardo Ferreira dos Santos	Foco	2023	9786555158137	1
7	Código penal interpretado	Julio Fabbrini Mirabete, Renato N. Fabbrini	Foco	2025	9786561202268	1
8	Direito da Infraestrutura: aspectos financeiros e administrativos	coordenadores José Mauricio Conti, Thiago Marrara, Sabrina Nunes locken, Augusto Neves Dal Pozzo	Foco	2025	9786561203913	1
9	Direito econômico tributário, volume 1: fundamentos, teoria e sistema tributário	Caio Bartine	Foco	2026	9786561207850	1
10	Direito, Políticas Públicas e Controle Externo	coordenador Dimas Ramalho	Foco	2022	9786555155549	1
11	Estatuto da metrópole	Coord. Thiago Marrara, Mariano Menzio	Foco	2026	9786561206372	1

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORIA	ANO	ISBN	QTDE
12	Fundamentos do direito	Hugo de Brito Machado Segundo	Foco	2024	9786555159899	1
13	Manual de direito administrativo, volume 1	Thiago Marrara	Foco	2025	9786561203166	1
14	Manual de direito administrativo, volume 2	Thiago Marrara	Foco	2025	9786561203173	1
15	Manual de direito administrativo, volume 3	Thiago Marrara	Foco	2025	9786561203180	1
16	Manual de direito administrativo, volume 4	Thiago Marrara	Foco	2025	9786561203890	1
17	Manual de direito penal	Cristiano Rodrigues	Foco	2025	9786561205078	1
18	Metodologia da ciência do direito	Fernando Herren Aguillar	Foco	2026	9786561208451	1
19	Políticas Públicas: Conformação e Efetivação de Direitos	Vlândia Pompeu Silva	Foco	2022	9786555155440	1
20	Risco e causalidade	Rafael Viola	Foco	2025	9786561205573	1
21	Políticas Públicas: Elementos Para uma Teoria Geral	Rodolfo Pamplona Filho, Bacildes Terceiro, Marcella Pinto de Almeida, Edson Ribeiro. Saldanha Neto	Mizuno	2024	9786555267990	1
22	Gestão de Risco da Terceirização	org. Adriano Dutra da Silveira	Mizuno	2026	9788577899388	1
23	A Reforma Tributária e os Municípios	Renaldo R. Júnior	Mizuno	2026	9788577899326	1
24	Elementos de Direito Constitucional	José Cretella Júnior	Mizuno	2026	9788577898701	1
25	A Atuação do Pregoeiro e Agente de Contratação nas Licitações Sob a Órbita da Lei nº 14.133/2021 - Teoria e Prática	org. Alcione Silva Quintas, Fabio Vilas Gonçalves Filho e Jamil Manasfi da Cruz	Mizuno	2026	9788577898534	1

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORIA	ANO	ISBN	QTDE
26	ESG+i: Governança Ambiental, Social e Corporativa	Cláudio Carloto, Ivani Contini Bramante, Simone Bramante e Selma Carloto	Mizuno	2025	9788577896677	1
QUANT. TOTAL						26
VALOR REFERENCIAL ESTIMADO POR GRUPO – GRUPO VI						R\$4.515,84

GRUPO VII – Editoras Rio de Janeiro (Bertrand Brasil, Contraponto, Elsevier, Garamond, GZ, Intrínseca, Lúmen Juris, Nau Editora, Paz&Terra, TopBook

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORIA	ANO	ISBN	QTDE
1	Mudar a cidade: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos	Marcelo Lopes de Souza	Bertrand Brasil	2002	9788528608564	1
2	Dicionário de direitos humanos e afins	Nei Lopes	Civilização Brasileira	2025	9786558021940	1
3	O Longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo	Giovanni Arrighi	Contraponto	2007	9788585910105	1
4	Diário de obra: gestão de projetos, licitações e prática profissional	Fábio Guerrini, Marcel Musetti e Luiz Philippsen Jr.	Elsevier	2019	9788535292985	1
5	O que é justiça ambiental	Henri Acseleirad, Cecília Campello Amaral Mello, Gustavo das Neves Bezerra	Garamond	2011	9788576171591	1
6	Direito ao erro do administrador público no Brasil	Pedro de Hollanda Dionísio	GZ	2019	9788595240681	1
7	Como mentir com	Darrell Huff	Intrínseca	2016	9788580579529	1

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORIA	ANO	ISBN	QTDE
	estatística		a			
8	Servidores Públicos no Brasil	Anna Carolina Migueis	Lúmen Juris	2023	9788551925096	1
9	A Lei de Responsabilidade Fiscal e as Renúncias de Receitas Tributárias	Núbia Nette Alves Oliveira de Castilhos	Lúmen Juris	2024	9788551931110	1
10	As Câmaras Municipais em Juízo e o Mito da Personalidade Judiciária	Rodrigo Emanuel de Araújo Dantas	Lúmen Juris	2026	9788551937501	1
11	Análise jurídica de políticas públicas	Pablo Rangell Mendes Rios Pereira	Lúmen Juris	2023	9788551925843	1
12	Plano diretor e audiência pública	Karine Grassi	Lúmen Juris	2023	9788551924143	1
13	O Ativismo do Tribunal de Contas da União no Âmbito das Licitações e Contratos Públicos	Keila Kremer	Lúmen Juris	2024	9788551928271	1
14	Blockchain e a Administração Pública	Camilla Ellen Aragão Costa	Lúmen Juris	2025	9788551934463	1
15	A Cessão Onerosa dos Naming Rights de Bens Públicos	Nícolás Schuindt de Andrade	Lúmen Juris	2025	9788551935439	1
16	Mulheres no controle externo	Andressa Guimarães Torquato Fernandes, Adriana Cavalcanti Magalhães Faustino Ferreira, Ana Cristina Moraes	Lúmen Juris	2023	9788551927137	1
17	Conteúdo Jurídico da Juridicidade Administrativa	Ivon Jorge da Silva	Lúmen Juris	2025	9788551933268	1
18	Controle Democrático sobre as Decisões Públicas	Jorge Vilchez Guerrero	Lúmen Juris	2025	9788551937136	1

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORIA	ANO	ISBN	QTDE
19	Direito Administrativo do Risco	Leonardo Antoun	Lúmen Juris	2024	9788551933176	1
20	Discrecionalidade Técnica: A Administração Pública sob a Influência de Normas Técnicas	Felipe Ribeiro	Lúmen Juris	2025	9788551934852	1
21	A Verdade e as Formas Jurídicas	Michel Foucault	Nau Editora	2009	9788581280165	1
22	A era dos impérios: 1875-1914	Eric Hobsbawm	Paz e Terra	2012	9788577531011	1
23	A formação da classe operária inglesa, v. 1	E. P. Thompson	Paz e Terra	2012	9788577531691	1
24	A formação da classe operária inglesa, v. 2	E. P. Thompson	Paz e Terra	2012	9788577532070	1
25	A formação da classe operária inglesa, v. 3	E. P. Thompson	Paz e Terra	2012	9788577532087	1
26	Microfísica do poder	Michel Foucault	Paz e Terra	2021	9786555480078	1
27	Sociedade digital	Manuel Castells	Paz e Terra	2026	9786555481679	1
28	Fundações do pensamento político brasileiro: a construção intelectual do Estado no Brasil	Christian Lynch	TopBooks	2024	9786558970347	1
29	Vigiar e punir: Nascimento da prisão	Michel Foucault	Vozes	2014	9788532605085	1
QUANT. TOTAL						29
VALOR REFERENCIAL ESTIMADO POR GRUPO – GRUPO VII						R\$2.801,76

GRUPO VIII – Editoras da região Sul (Appris, Bookman, Clube dos Autores, CRV, Intersaberes, Juruá, Livraria do Advogado, Livre Escrita e Thoth Editora)

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORIA	ANO	ISBN	QTDE
1	Implementação de políticas públicas: autonomia e democracia - teoria e prática	Sullivan Desirée Fischer	Appris	2019	978-8547326241	1
2	Pensamento Político Brasileiro: Temas, Problemas e Perspectivas	organizadores Christian Edward Cyril Lynch, Elizeu Santiago Tavares de Sousa, Paulo Henrique Paschoeto Cassimiro	Appris	2019	9788547327699	1
3	Políticas públicas: princípio da eficiência e a responsabilidade do agente político	Luísa Fófano Chudzij	Appris	2021	9786558203254	1
4	Arte de projetar em arquitetura	Ernest Neufert	Bookman	2022	9788582605752	1
5	Contabilidade gerencial	Peter C. Brewer , Eric W. Noreen , Ray H. Garrison	Bookman	2026	9788582607039	1
6	Estudo de Caso: Planejamento e Métodos	Robert K. Yin	Bookman	2015	9788582602317	1
7	Introdução à Economia	N. Gregory Mankiw	Bookman	2025	9788582606766	1
8	Manual de BIM: Um Guia de Modelagem da Informação da Construção para Arquitetos, Engenheiros, Gerentes, Construtores e Incorporadores	Rafael Sacks, Charles Eastman, Paul Teicholz, Lee Ghang, Eduardo Toledo Santos, Sergio Scheer	Bookman	2021	9788582605516	1
9	Manual do Arquiteto	Pamela Buxton	Bookman	2017	9788582604311	1

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORIA	ANO	ISBN	QTDE
10	Introdução à engenharia ambiental	Ronan Contrera etc.	Bookman	2021	9788582605578	1
11	Introdução ao pensamento político brasileiro no século XX	coordenador Gustavo César Machado Cabral	CRV	2019	9788544430392	1
12	Mudança climática:Planejando Municípios Resilientes com Inteligência Artificial	Albert Moreira	CRV	2025	9786525175058	1
13	Controle Interno e Externo da Administração Pública	Ely Célia Corbari, Joel De Jesus Macedo	Intersaberes	2012	9788582121252	1
14	Gestão de políticas públicas:: conceitos, aportes teóricos e modelos analíticos	Paulo Nascimento Neto	InterSaberes	2021	978-6555178838	1
15	Noções Gerais sobre Orçamento Público e Responsabilidade Fiscal	Elizabeth Bezerra Lopes Murakami	InterSaberes	2021	9788522703395	1
16	Pensamento social e político brasileiro	Gustavo Biscaia de Lacerda	InterSaberes	2017	9788559724349	1
17	Servidor Público: Reforma Administrativa, Estabilidade, Empregado Público, Direito Adquirido	Ana Luísa Celino Coutinho	Juruá	2003	8536204826	1
18	Sistema de Controle Interno da Administração Pública	José Osvaldo Glock	Juruá	2015	9788536253565	1
19	Desastres Ambientais e Violação de Direitos Humanos e Fundamentais - A Mudança Climática como Multiplicador de Riscos	Joana D’Arc Dias Martins	Juruá	2025	9786526311134	1

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORIA	ANO	ISBN	QTDE
20	A eficácia dos Direitos Fundamentais	Ingo Wolfgang Sarlet	Livraria do Advogado	2024	9788595901131	1
21	Dignidade (da Pessoa) Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988	Ingo Wolfgang Sarlet	Livraria do Advogado	2024	9788595901018	1
22	Licitações de obras públicas	Juliano Rodrigues Machado	Livraria do Advogado	2023	9786586017861	1
23	Precificação: Precificar Serviços e Empreitadas em Engenharia	Antonio Victorino Avila e Antônio Edésio Jungles	Livre Escrita	2024	9786525054537	1
24	A administração pública e a opção pela utilização da arbitragem: a preservação da autonomia do método de solução de disputas contratuais e a criação de ambiente negocial favorável	João Paulo Santos Borba	Thoth Editora	2024	9786559597604	1
25	Acordo de não persecução civil: primazia do consenso na improbidade administrativa - segurança jurídica e transversalidade	Rubens Soares Sá Viana Junior	Thoth Editora	2023	9786559595419	1
26	Amicus curiae: pluralismo democrático no controle judicial de políticas públicas	Hélio Donisete Cavallaro Filho	Thoth Editora	2024	9786559599394	1

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORIA	ANO	ISBN	QTDE
27	As concessões administrativas de serviços públicos e a privatização da saúde no Brasil: uma análise sobre a efetiva contribuição das parcerias público-privadas para a melhoria das ações e serviços do SUS	Cintia Barudi Lopes	Thoth Editora	2024	9786559599745	1
28	Direito administrativo explicado	Vinícius Alves Scherch	Thoth Editora	2023	9786559594528	1
29	Direito municipal: teoria e prática	coordenadores Daniela Copetti Cravo , Rafael Ramos , Vanêsa Buzelato Prestes	Thoth Editora	2023	9786559596485	1
30	Empresas estatais e integridade: a regulamentação dos processos de contratação pública como ferramenta de gestão	Philippe Magalhães Bezerra	Thoth Editora	2024	9786559597390	1
31	Entre as alternativas possíveis e o erro grosseiro nas contratações públicas: a LINDB e os impactos na responsabilização do agente público	Carlos Henrique Benedito Nitão Loureiro	Thoth Editora	2022	9786559593903	1
32	Fundamentação das decisões judiciais: direito-garantia fundamental à justificação e instrumentos de controle	Stanlei Ernesto Prause Fontana	Thoth Editora	2024	9786559597628	1

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORIA	ANO	ISBN	QTDE
33	Manual de soluções extrajudiciais de conflitos na administração pública	João Eduardo Lopes de Queiroz	Thoth Editora	2021	9786559590643	1
34	Manual dos precatórios: como entender e trabalhar com esse método de pagamento das dívidas públicas	Ravi Peixoto	Thoth Editora	2024	9786559597109	1
35	Manual objetivo de direito administrativo	Rafael Freire Ferreira	Thoth Editora	2024	9786559597451	1
36	Manual prático de contratações públicas: redigido por advogados públicos	Carolina Zancaner Zockun , Flávio Garcia Cabral , Mônica Éllen Pinto Bezerra Antinarelli	Thoth Editora	2023	9786559594894	1
37	O controle do direito flexível (soft law) interno: a normatividade, a efetividade e a abusividade de atos sem vinculatividade imediata	Soraya Noura Y Maurity	Thoth Editora	2025	9786551130731	1
38	O incidente de desconsideração da personalidade jurídica: genealogia, fundamentos e interpretação	Bruno Miola da Silva	Thoth Editora	2021	9786559590308	1
39	Os precedentes judiciais na visão da administração pública	Rebeca Santa Cruz	Thoth Editora	2025	9786559599868	1
40	Perspectivas, possibilidades e desafios do direito público	Felipe Chiarello de Souza Pinto , Gianpaolo Poggio Smanio , Michelle Asato Junqueira	Thoth Editora	2024	9786559597642	1

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORIA	ANO	ISBN	QTDE
41	Programa de integridade e compliance como direito fundamental à boa administração pública	Carolina de Carvalho Miranda Marques	Thoth Editora	2024	9786559597352	1
42	Súmulas administrativas e pareceres normativos como fontes do direito processual: por uma intrínseca efetivação da redução de litigiosidade pelo poder público	Marco Aurélio Ventura Peixoto	Thoth Editora	2025	9786551130465	1
43	Superação do precedente e modulação de efeitos	Ravi Peixoto	Thoth Editora	2024	9786559597826	1
44	Terceirização na administração pública: composição de custos, reajustes, repactuações e reequilíbrios contratuais	Thiago Anderson Zagatto	Thoth Editora	2023	9786559594962	1
QUANT. TOTAL						44
VALOR REFERENCIAL ESTIMADO POR GRUPO – GRUPO VIII						R\$5.715,54

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ANO	ISBN	QTDE
	GRUPO IX – Editora Juspodvim, Gazeta Jurídica, Senado Federal					
1	Administração Financeira e Orçamentária	Giovanni Pacelli	Juspodvim	2026	9788544265321	1
2	Direito administrativo brasileiro	Hely Lopes Meirelles	Juspodvim	2025	9788544269800	1
3	Guia de Sobrevivência do Ordenador de Despesas: União, Estados e Municípios	Giovanni Pacelli	Juspodvim	2026	9788544263648	1
4	Lei de Improbidade Administrativa Comentada	Marino Pazzaglini Filho	Juspodvim	2025	9788544253922	1
5	Planejamento das contratações públicas: conforme a lei nº 14.133/2021	Carlos Henrique Harper Cox	Juspodvim	2026	9788544269855	1
6	Manual de direito digital	Walter Aranha Capanema	Juspodvim	2026	9788544274958	1
7	Finanças públicas	José Matias-Pereira	Juspodvim	2026	9788544269640	1
8	Parecer jurídico nas contratações públicas: análise prática e teórica	Matheus Carvalho, Lais Cristina Bandeira	Juspodvim	2025	9788544264331	1
9	Prática administrativa	Ana Carolina Victalino, Daniel Lamounier, Darlan Barroso, Marco Antonio Araujo Junior, Marcos Oliveira	Juspodvim	2026	9788544265772	1
10	Direito contratual das obras públicas	Rafael Alves Menezes	Juspodvim	2026	9788544268858	1
11	Modulação de efeitos da decisão de invalidação de ato administrativo: participação das partes como caminho para segurança jurídica e eficiência	Aline Aparecida De Miranda	Juspodvim	2026	9788544265406	1

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORIA	ANO	ISBN	QTDE
	GRUPO IX – Editora Juspodvium, Gazeta Jurídica, Senado Federal					
12	Direito municipal brasileiro	Nelson Nery Costa	Juspodvim	2024	9786558131076	1
13	A vinculação da administração pública aos precedentes judiciais obrigatórios	Ana Karenina Silva Ramalho de Andrade	Gazeta Jurídica	2025	9786587255165	1
QUANT. TOTAL						13
VALOR REFERENCIAL ESTIMADO POR GRUPO – GRUPO IX						R\$1.886,42

GRUPO X – Alameda, Almedina, Blucher, Boitempo, Brasiliense, Cengage Learning, Contracorrente, Cortez, Dialética, Edipro, Global, Hucitec, Jandaíra, La Fonte, Leud, Matrioska, Martins Editora, Odysseus Editora, Oficina de Textos, TirantLo Blanch Brasil, WMF Martins Fontes

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORIA	ANO	ISBN	QTDE
1	Da monarquia à oligarquia	Christian Edward Cyril Lynch	Alameda	2014	9788579392641	1
2	Sete lições sobre as interpretações do Brasil	Bernardo Ricupero	Alameda	2005	9788598325569	1
3	Função Social, Competência, ESG e Governança: Estudos de Casos a Partir do TCM-SP - De Acordo com a Lei n. 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Públicos)	Eduardo Tuma (coordenador)	Almedina	2023	9786556278483	1
4	A Técnica de Edificar	Walid Yazigi	Blucher	2024	9788521221104	1

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ANO	ISBN	QTDE
5	Elementos de amostragem	Heleno Bolfarine, Wilton De Oliveira Bussab	Blucher	2005	9788521203674	1
6	Esgoto Sanitário: Coleta, Transporte, Tratamento e Reúso Agrícola	Ariovaldo Nuvolari (Coord.)	Blucher	2011	9788521205685	1
7	Impermeabilização: Construindo o Conhecimento	Maraysa Woloszyn, Gihad Mohamad, Rogério Cattelan Antochaves de Lima, Alexandre Silva de Vargas	Blucher	2024	9786555066555	1
8	Matemática financeira e engenharia econômica: Princípios e aplicações	Luiz Roberto Vannucci	Blucher	2026	9788521227724	1
9	O edifício até sua cobertura	Hélio Alves de Azeredo	Blucher	1997	9788521201298	1
10	O edifício e seu acabamento	Hélio Alves de Azeredo	Blucher	1987	9788521200420	1
11	Prática das pequenas construções - Vol. 1	Alberto de Campos Borges	Blucher	2009	9788521204817	1
12	Prática das pequenas construções - Vol. 2	Alberto de Campos Borges	Blucher	2010	9788521204824	1
13	Concreto armado eu te amo - Vol. 1	Manoel Henrique Campos Botelho, Osvaldemar Marchetti	Blucher	2019	9788521218593	1
14	Concreto armado eu te amo - Vol. 2	Manoel Henrique Campos Botelho, Osvaldemar Marchetti	Blucher	2015	9788521208945	1
15	Crítica da filosofia do direito de Hegel	Karl Max	Boitempo	2005	9788575593332	1
16	Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil	Flávia Biroli	Boitempo	2018	9788575596043	1
17	Sobre a questão judaica	Karl Max	Boitempo	2010	9788575591444	1

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ANO	ISBN	QTDE
18	A revolução brasileira	Caio Prado Jr.	Brasiliense	2020	9788511080049	1
19	História econômica do Brasil	Caio Prado Jr.	Brasiliense	2012	9788511130171	1
20	Análise de políticas públicas: Diagnóstico de problemas, recomendação de soluções	Leonardo Secchi	Cengage Learning	2016	9788522125463	1
21	Manual De Estruturação De Concessões E Parcerias Público-Privadas	Carlos José Guimarães Cova	Cengage Learning	2018	9788522127788	1
22	Contabilidade financeira: Introdução aos conceitos, métodos e práticas	Jannifer Francis , Katherine Schipper , Roman Weil	Cengage Learning	2016	9788522125012	1
23	A integração do negro na sociedade de classes	Florestan Fernandes	Contracorrente	2021	9786588470350	1
24	A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica	Florestan Fernandes	Contracorrente	2020	9788569220749	1
25	Avaliação de Políticas Públicas e Garantia de Direitos	Silvia da Silva Tejedas	Cortez	2020	9788524927621	1
26	Conselhos Gestores e Participação sociopolítica	Maria da Gloria Gohn	Cortez		9788524917639	1
27	Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática	Raquel Raichelis	Cortez		9788524923241	1
28	Estado, Classe e Movimento Social	Carlos Montañó, Maria Lucia Duriguetto	Cortez	2017	9788524918575	1
29	O Local e o global: limites e desafios da	Elenaldo Teixeira	Cortez	2012	9788524907951	1

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ANO	ISBN	QTDE
	participação cidadã					
30	Política Social - fundamentos e história	Elaine Rossetti Behring, Ivanete Boschetti	Cortez	2018	9788524912597	1
31	Serviço Social e reforma sanitária - lutas sociais e práticas profissionais	Maria Inês Souza Bravo	Cortez	2015	9788524918506	1
32	A Consensualidade na Administração Pública e as Parcerias com as Organizações sociais	Edson Alves Filho	Dialética	2025	9786527085140	1
33	A Resolução Alternativa de Conflitos Verticais: a mediação na Administração Pública	Jammes Miller Bessa	Dialética	2024	9786527037392	1
34	Auditoria governamental na gestão pública e eficácia de gestão: para um modelo organizacional integrador	Edmilson Borges de Moura	Dialética	2024	9786527015048	1
35	Concurso de pessoas nos crimes contra a Administração Pública: um estudo sobre a teoria do domínio do fato	Guilherme de Sá Meneghin	Dialética	2024	9786527029151	1
36	Contribuição para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos de obras da construção civil	Thiago de Oliveira Ribeiro	Dialética	2022	9786525235349	1
37	Crimes contra as Finanças Públicas e Responsabilidade Fiscal	Divo Augusto P. A. Cavadas	Dialética	2025	9786527083726	1

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ANO	ISBN	QTDE
38	Direito Fundamental à Cidade Inteligente: Marco Jurídico, Fontes de Financiamento e Estratégias para os Gestores Públicos Municipais	Diogo de Calasans Melo Andrade	Dialética	2025	9786527083894	1
39	Dolo na Improbidade Administrativa: A exigência do dolo específico no ato ímprobo e suas implicações ao princípio da moralidade	Paulo Ayres Filho	Dialética	2025	9786527064985	1
40	Função Social dos Tribunais de Contas no Sistema Constitucional Brasileiro: Probidade - Direitos Coletivos	Jorge R. V. Aguiar Filho	Dialética	2025	9786527069904	1
41	Gestão Democrática Municipal: a experiência do Plano Diretor Participativo	Daniel Ivo Neri Grave	Dialética	2025	9786525262659	1
42	Instrumental Metodológico para Avaliação de Acessibilidade Física em Edificações de Interesse Histórico	Gisela Aguiar Soares Coutinho Seixas	Dialética	2025	9786527041924	1
43	Lei de responsabilidade fiscal: a institucionalização do estado brasileiro em defesa do capital financeiro	Samuel Costa Filho	Dialética	2021	9786559569069	1
44	Manual de Direito Previdenciário: Um roteiro de estudo	Mauro Salles Ferreira Leite	Dialética	2025	9786527073482	1

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ANO	ISBN	QTDE
	esquemático					
45	O controle do orçamento público como instrumento de responsabilidade fiscal e probidade administrativa	Cristina Elena Bernardi Iaroszski	Dialética	2021	9786558779490	1
46	O direito à cidade e o financiamento da política urbana pelas Operações Urbanas: perspectivas críticas e interdisciplinares sobre a encriptação na cidade	Bruno Fernandes	Dialética	2026	9786527085119	1
47	O Impacto das Políticas Públicas no Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres	Claudia Ribeiro	Dialética	2025	9786527070818	1
48	O Município: A estrutura organizacional	Marco Antonio Ferreira	Dialética	2025	9786527079057	1
49	Obras e serviços de engenharia na nova lei de licitações e contratos administrativos: novas perspectivas	Patricia Andreato Leme	Dialética	2023	9786525280752	2
50	Registro dos resultados e benefícios da atividade de auditoria interna: sistema criado a partir do PMBOK®	Eufrásia de Souza Melo	Dialética	2024	9786527047964	1
51	Da República	Cícero	Edipro	2021	9786556600369	1
52	Política	Aristóteles	Edipro	2019	9788552100355	1

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORIA	ANO	ISBN	QTDE
53	Branco e negro em São Paulo	Florestan Fernandes, Roger Bastide	Global	2008	9788526012585	1
54	Linhagens do pensamento político brasileiro	Gildo Marçal Brandão	Hucitec	2010	9788560438365	1
55	Violências e suas configurações: vulnerabilidades, injustiças e desigualdades sociais	organização Lina Faria	Hucitec	2020	9786586039160	1
56	A loteria do nascimento: Filha do porteiro termina universidade, mas não alcança filho do rico	Michael França e Fillipi Nascimento	Jandaíra	2025	9786550941598	1
57	Considerações sobre o governo representativo	Stuart Mill	LaFonte		9786558701927	1
58	Monarquia	Dante Alighieri	LaFonte	2017	9788581862453	1
59	Engenharia legal aplicada ao labirinto das obras públicas	José Eduardo Guidi	Leud	2023	978-8574564463	1
60	Dois tratados sobre o governo	John Locke	Martins Editora	2020	9788580633801	1
61	Teoria Geral do Direito e do Estado	Hans Kelsen	Martins Editora	2016	9788580632668	1
62	Teoria Geral do Estado	Thomas Fleiner-Gerster	Martins Editora	2006	9788533622746	1
63	Mudanças climáticas e a COP 30: Justiça climática, direitos humanos e a governança ambiental internacional	Coords. André Geraldes, Marijane Vieira Lisboa, Fabrizio Ridolfo Prado	Matrioska Editora	2025	9786584999657	1
64	Os estoicos	Organizador Brad Inwood	Odyseus Editora	2022	9786588738092	1

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ANO	ISBN	QTDE
65	Perícia e auditoria de obras públicas	Raul Omar de Oliveira Dantas	Oficina de Textos	2024	9788579753718	1
66	Planejamento e controle de obras	Aldo Dórea Mattos	Oficina de Textos	2019	9788579753459	1
67	Defesa Recursal nos Tribunais de Contas	Coordenador Rennan Thamay ; Autores: Sergio Ricardo de Almeida, Grhegory Paiva Pires Moreira Maia, Carlos Alexandre Pereir, Vitor Gonçalves Pinho	Tirant Lo Blanch	2025	9788594776754	1
68	Lições sobre Probidade Administrativa : de acordo com as modificações da lei 14.230/21	José Alexandre Zachia Alan	Tirant Lo Blanch Brasil	2025	9788594777256	1
69	Tribunais de contas e o acesso à justiça consensual no Brasil	coord. Rennan Thamay	Tirant Lo Blanch Brasil	2025	9788594776983	1
70	A democracia e seus críticos	Robert A. Dahl	WMF Martins Fontes	2012	9788578274863	1
71	Força de lei	Jacques Derrida	WMF Martins Fontes	2018	9788546901883	1
72	Teoria Geral do Direito	Jean-Louis Bergel	WMF Martins Fontes	2006	9788533621763	1
73	Tratado sobre a tolerância: a propósito da morte de Jean Calas	Voltaire ; tradutor Paulo Neves	WMF Martins Fontes	2024	9788546904907	1
74	Uma breve história da teoria do direito ocidental	John Maurice Kelly	WMF Martins Fontes	2010	9788578271282	1

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ANO	ISBN	QTDE
75	Uma introdução aos direitos	William A. Edmundson	WMF Martins Fontes	2006	9788533623101	1
QUANT. TOTAL						76
VALOR REFERENCIAL ESTIMADO POR GRUPO – GRUPO X						R\$8.857,74

1.2. Os itens desta contratação não se enquadram como sendo de bem de luxo, conforme Portaria 66/2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação será de 90 (noventa) dias, contados da publicação no PNCP.

1.4. O CONTRATO ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Aquisição de material bibliográfico impresso novo, nacional, constituído por livros, destinado a compor o acervo da biblioteca e para atender às demandas dos Gabinetes, Unidades do TCMSP, professores e alunos da pós-graduação da EGC.

2.2. Esta solicitação pretende atender às necessidades de informação técnico- científica-histórica dos Conselheiros, Assessores Jurídicos, Auditores, Advogados, Coordenadores e demais servidores e unidades administrativas deste Tribunal, atender às necessidades do corpo docente e discente da Escola de Contas (EGC), além de acompanhar a produção intelectual nacional, mantendo o acervo da Biblioteca bem constituído, atualizado e relevante, com foco na área jurídica e técnica em constante e dinâmica atualização.

2.3. Conforme estabelecido no artigo 21, incisos VI e VII do Regulamento Interno da Secretaria Geral, a Unidade Técnica de Biblioteca e Documentação (UTBD) tem como competência:

2.3.1 Atualização de obras de legislação de uso constante, especialmente as Constituições, Leis Orgânicas, Códigos, Estatutos, Regimentos e Leis de Licitação e Contratos; e

2.3.2 Acompanhamento e seleção da literatura, nas áreas de atuação do Tribunal, para subsidiar o desenvolvimento da coleção;

2.4 Além disso, na Portaria Conjunta SG/GAB e EGC nº 01/2019, que Institui o Regime de Empréstimo e Uso da Unidade Técnica de Biblioteca e Documentação - UTBD pelos alunos de pós-graduação e demais usuários da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, confirma-se a necessidade de atualização do acervo para atendimento dos referidos usuários;

2.5 Portanto, para garantir a disponibilidade de informações sempre atualizadas, é imprescindível manter vigente, de forma contínua, contrato para aquisição de material bibliográfico;

2.6. A lista compreende as sugestões de diversas Unidades do TCMSP e EGC do período de 2025 a 2026, além de levantamento de títulos pertinentes ao TCMSP para atualização do acervo da Biblioteca.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A aquisição ocorrerá por meio de Dispensa de Licitação, sendo os itens divididos em **10 grupos**: Grupo I, composto por livros do Grupo Gen (editoras Atlas, Forense, LTC, Método e SaraivaJur) com um total de 61 itens (71 unidades/exemplares no total); Grupo II, referente a editoras Fórum, Casa do Direito e D'Plácido, com um total de 43 itens (47 unidades/ exemplares no total); Grupo III, referente às Editoras Universitárias (Ed. UNESP, Ed. FGV, Ed. UNICAMP, EDUSP, Ed. UFMG, PUCMG), com um total de 21 itens (21 unidades/ exemplares no total); Grupo IV, referente às editoras Companhia das Letras, Objetiva, Penguin-Companhia e Zahar, com um total de 23 itens (23 unidades/ exemplares no total); Grupo V, referente à editora Revista dos Tribunais, com um total de 11 itens (12 unidades/ exemplares no total); Grupo VI, referente às

editoras Alínea, Foco e Mizuno, com um total de 26 itens (26 unidades/ exemplares no total); Grupo VII, referente às editoras Bertrand Brasil, Contraponto, Elsevier, Garamond, GZ, Intrínseca, Lúmen Juris, Nau Editora, Paz&Terra e TopBooks, com um total de 29 itens (29 unidades/exemplares no total); Grupo VIII, referente às editoras Appris, Bookman, Clube dos Autores, CRV, Intersaberes, Juruá, Livraria do Advogado, Livre Escrita e Thoth Editora, com um total de 44 itens (44 unidades/exemplares no total); Grupo IX, referente às editoras Juspodivm, Gazeta Jurídica e Senado Federal, com um total de 13 itens (13 unidades/exemplares no total) e Grupo X, referente às editoras restantes, localizadas no estado de São Paulo (Alameda, Almedina, Blucher, Boitempo, Brasiliense, Cengage Learning, Contracorrente, Cortez, Dialética, Edipro, Global, Hucitec, Jandaíra, La Fonte, Leud Editora, Matrioska, Martins Editora, Odysseus Editora, Oficina de Textos, Tirant Lo Blanch Brasil, WMF Martins Fontes, com um total de 75 iten (76 unidades/exemplares no total). Perfazendo um total **de 346 itens/títulos (362 unidades/exemplares)**.

3.1.1 Quadro Resumo

GRUPOS	EDITORAS	TOTAL DE TÍTULOS	TOTAL DE EXEMPLARES	VALOR TOTAL ESTIMADO POR GRUPO (R\$)
Grupo I	Grupo Gen (Atlas, Forense, LTC, Método, Saraiva Jur)	61	71	15.338,44
Grupo II	Editora Fórum, Casa do Direito e D'Plácido	43	47	7.631,37
Grupo III	Editoras Universitárias (Ed. UNESP, Ed. FGV, Ed. UNICAMP, EDUSP, Ed. UFMG, PUCMG)	21	21	1.939,03
Grupo IV	Grupo Cia das Letras, Objetiva, Penguin-Cia, Zahar	23	23	2.001,79
Grupo V	Editora Revista dos Tribunais	11	12	3.008,00

GRUPOS	EDITORAS	TOTAL DE TÍTULOS	TOTAL DE EXEMPLARES	VALOR TOTAL ESTIMADO POR GRUPO (R\$)
Grupo VI	Editoras Alínea, Foco e Mizuno	26	26	4.515,84
Grupo VII	Editoras Rio de Janeiro (Bertrand Brasil, Contraponto, Elsevier, Garamond, GZ, Intrínseca, Lúmen Juris, 'Nau Editora, Paz&Terra, TopBook	29	29	2.801,76
Grupo VIII	Editoras da região Sul (Appris, Bookman, Clube dos Autores, CRV, Intersaberes, Juruá, Livraria do Advogado, Livre Escrita e Thoth Editora	44	44	5.715,54
Grupo IX	Editora Juspodvium, Gazeta Jurídica, Senado Federal	13	13	1.886,42
Grupo X	Alameda, Almedina, Blucher, Boitempo, Brasiliense, Cengage Learning, Contracorrente, Cortez, Dialética, Edipro, Global, Hucitec, Jandaíra, La Fonte, Leud editora, Matrioska, Martins Editora, Odysseus Editora, Oficina de Textos, Tirant Lo Blanch Brasil, WMF Martins Fontes	75	76	8.857,74
TOTAL		346	362	R\$53.695,93

3.2. A descrição detalhada dos itens a serem adquiridos e seus respectivos quantitativos constam do Subitem **1.1**

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A contratação de fornecedor de material bibliográfico pleiteado neste processo requer a seleção de empresa especializada para fornecer os títulos solicitados pela biblioteca do TCMSP.

4.1.2. O licitante deverá apresentar atestado de Aptidão Técnica, para comprovar a sua efetiva execução, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o bom e regular fornecimento de bens, em condições compatíveis de quantidade e prazos.

4.1.3. A CONTRATADA deverá fornecer livros/exemplares novos e edição mais atualizada (ou seja, em sua última edição), sem rasuras, sem manchas, sem defeitos de impressão e encadernação e devidamente embalados, devendo, quando necessário, ser realizada troca, sem quaisquer ônus adicionais para a CONTRATANTE, caso se encontrem com algum defeito de edição ou que divirjam do que foi proposto.

4.1.4. A CONTRATADA deverá entregar os bens no prazo, local, data e horários indicados no Termo de Referência, Edital e anexos, devendo a CONTRATADA prever todo o serviço logístico necessário para realização da (s) entrega (s);

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho.

5.1.1. O fornecimento poderá ocorrer de forma parcelada, desde que cada entrega parcial respeite o prazo global estabelecido no item 5.1. Cada entrega deverá ser acompanhada

da respectiva Nota Fiscal/Fatura referente exclusivamente aos itens entregues, permitindo a realização de ateste e liquidação parcial, conforme art. 63 da Lei nº 4.320/1964.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. O envio da Nota de Empenho se dará de forma eletrônica, com prazo de 48 horas para confirmação do recebimento do e-mail. Transcorrido o referido prazo, iniciará automaticamente a contagem do prazo estabelecido no item **5.1** para a entrega do material.

5.4. Os bens deverão ser entregues no local de entrega e conforme descrito no item **7.1.19** deste Termo de Referência.

5.5. O descarregamento da mercadoria no local determinado, no momento da entrega, será de inteira responsabilidade do fornecedor.

5.6. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.7. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.8. Os itens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.9. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O CONTRATO deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do CONTRATO, o prazo de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. A **CONTRATADA** designará formalmente seu o preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.5. O **CONTRATANTE** poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da **CONTRATADA**, hipótese em que a **CONTRATADA** designará outro para o exercício da atividade.

6.6. O **CONTRATANTE** poderá convocar o preposto da **CONTRATADA** para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.7. A execução do CONTRATO deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo responsável pela fiscalização do CONTRATO, ou pelos respectivos substitutos.

6.8. O responsável pela fiscalização do CONTRATO deverá:

6.8.1. Manter, em custódia, os autos do processo de contratação;

- 6.8.2.** Acompanhar a execução do objeto do CONTRATO, apontando as faltas cometidas pela **CONTRATADA** e, se for o caso, promover os registros pertinentes no processo de contratação;
- 6.8.3.** Proceder às anotações, em registro próprio, de todas as ocorrências relacionadas com a execução do CONTRATO e determinar a correção e readequação das faltas cometidas pela **CONTRATADA**;
- 6.8.4.** Informar à **CONTRATADA** da necessidade de constante atualização documental, a fim de manter as condições de habilitação e o atendimento das exigências legais;
- 6.8.5.** Esclarecer que toda a comunicação entre a fiscalização e a **CONTRATADA** será formalizada por escrito, com confirmação de recebimento;
- 6.8.6.** Esclarecer à **CONTRATADA** que eventual omissão da fiscalização durante a realização dos trabalhos não poderá ser invocada para eximi-la da responsabilidade pela inexecução contratual.
- 6.9.** Durante a execução do CONTRATO, o responsável pela fiscalização do CONTRATO deverá:
- 6.9.1.** Manter contato com o preposto ou representante da **CONTRATADA**, durante toda a execução do CONTRATO, com o objetivo de garantir o cumprimento integral das obrigações pactuadas;
- 6.9.2.** Esclarecer as dúvidas do preposto ou representante da **CONTRATADA**, direcionando-as, quando for o caso, ao gestor de CONTRATO;
- 6.9.3.** Acompanhar os prazos de execução;
- 6.9.4.** Registrar, nos autos do processo de contratação, todas as ocorrências relacionadas à execução do CONTRATO, em especial as que repercutem na qualidade do objeto e que acarretam retenção no pagamento;
- 6.9.5.** Conferir a nota fiscal ou documento equivalente, confirmar o serviço e/ou fornecimento, juntar sua cópia e documentos pertinentes no respectivo processo e, na

hipótese de erro ou divergência com as condições contratadas, aquela deverá ser recusada, mediante declaração expressa das razões da desconformidade;

6.9.6. Verificar se houve subcontratação

6.9.7. Caso a execução não esteja plenamente de acordo com o disposto no CONTRATO, sugerir, em entendendo necessária, a readequação deste, mediante termo aditivo. Na hipótese de a readequação ser necessária, encaminhar ao gestor do CONTRATO documento apontando as alterações cabíveis, acompanhado das justificativas pertinentes, não sendo permitida a redução ou ampliação de obrigações das partes;

6.9.8. Nos casos em que for constatada falha na execução, não havendo acordo com a **CONTRATADA** para a correção, realizar as glosas pertinentes;

6.9.9. Comunicar, por escrito, ao gestor do CONTRATO a ocorrência de danos causados pela **CONTRATADA** ao Tribunal ou a terceiros durante toda a execução do CONTRATO;

6.9.10. Atestar, quando for o caso, para fins de restituição da garantia, que a **CONTRATADA** cumpriu integralmente todas as obrigações contratuais, inclusive as trabalhistas e previdenciárias;

6.9.11. Exigir a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e demais certidões exigidas por ocasião da habilitação/contratação, no caso de expiração do prazo de validade;

6.9.12. Efetuar análises a respeito da forma de execução mais adequada ao CONTRATO e remetê-las, por escrito, ao gestor do CONTRATO, a fim de subsidiá-lo com informações para as próximas contratações.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

7.1.1. Designar preposto aceito pelo **CONTRATANTE**, para orientar a execução dos serviços, bem como manter contato com o responsável pela fiscalização do CONTRATO, o qual poderá solicitar as providências que se fizerem necessárias ao bom cumprimento de suas obrigações, receber reclamações daquele e tomar todas as medidas cabíveis para a solução das falhas detectadas.

7.1.1.1. Deverão ser informados número de telefone e endereço de *e-mail* para contato, os quais servirão de meio de comunicação entre o **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**.

7.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

7.1.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições deste Termo de Referência, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

7.1.4. Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo responsável pela fiscalização do CONTRATO, os bens nos quais se verificarem vícios e defeitos.

7.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), bem como por todo e qualquer dano causado ao **CONTRATANTE** ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo

CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.1.6. Efetuar comunicação ao **CONTRATANTE**, assim que tiver ciência da impossibilidade de fornecimento dos bens no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

7.1.7. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE** ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021;

7.1.8. A **CONTRATADA** deverá entregar ao responsável pela fiscalização do CONTRATO, no prazo que for estipulado, os seguintes documentos:

7.1.8.1. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

7.1.8.2. Certidão que comprove a regularidade com a Dívida Ativa do Estado do domicílio ou sede da **CONTRATADA**;

7.1.8.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da **CONTRATADA**;

7.1.8.4. Certidão que comprove a regularidade perante a Fazenda Municipal de São Paulo – SP;

7.1.8.5. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;

7.1.8.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

7.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as

demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**.

7.1.10. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

7.1.11. Comunicar, imediatamente, ao responsável pela fiscalização do CONTRATO, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local do fornecimento dos bens.

7.1.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos.

7.1.13. Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

7.1.14. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta, compreendendo seus dados cadastrais.

7.1.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

7.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

7.1.17. Condições do Fornecimento

7.1.17.1 O aceite/aprovação dos bens/materiais pelo órgão interessado não exclui a responsabilidade civil da empresa por vícios de quantidade ou qualidade dos objetos ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente.

7.1.17.2 Nos preços propostos deverão estar inclusos todas as despesas com transporte, seguros, impostos, taxas e contribuições, despesas administrativas, lucro

e demais insumos necessários à sua composição.

7.1.17.3 A CONTRATADA deverá fornecer o material na edição/ano mais atualizada em circulação no mercado, na data da entrega do objeto, salvo quando outra for especificamente definida pela CONTRATANTE.

7.1.17.4 A busca do material ficará a cargo da CONTRATADA

7.1.17.5 Caso a obra requisitada da Lista esteja esgotada ou ainda no prelo, a CONTRATADA deverá comprovar o alegado por escrito, através de Declaração ou Carta, em original ou em cópia autenticada, emitida pela Editora e enviada por e-mail em até 5 (cinco) dias corridos antes da entrega da aquisição.

7.1.17.6 Os materiais bibliográficos fornecidos deverão ser novos, estar devidamente acondicionados em embalagens apropriadas e em bom estado de conservação, sem uso ou defeito, caso contrário não serão aceitos pela CONTRATANTE.

7.1.17.7 A CONTRATADA deverá especificar em cada Nota Fiscal, a descrição detalhada do item, incluindo, título, autor da obra, editora e ISBN

7.1.18. Os bens serão recebidos:

7.1.18.1 Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

7.1.18.2 Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 05 (cinco) dias corridos do recebimento provisório.

7.1.18.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, inclusive quanto a defeitos de fabricação, má qualidade, ou na hipótese de ser verificada qualquer outra irregularidade, devendo ser substituídos no prazo de

até 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades

7.1.19. Local de entrega do material:

7.1.19.1 Os bens deverão ser entregues de segunda a sexta-feira, no horário das 9h00 às 17h00, na Unidade Técnica de Biblioteca e Documentação (UTBD), localizada na Avenida Professor Ascendino Reis, 1130 – Portão B - 1º andar da Escola de Contas, bairro de Vila Clementino.

7.1.19.2 O endereço de entrega é integrante da Zona de Máxima Restrição de Circulação (ZMRC), nos termos do Decreto Municipal nº 56.920/2016 e da Portaria nº 031/16 - SMT, que proíbem o trânsito de caminhões nos seguintes dias e horários, excetuados os feriados: segundas às sextas-feiras: das 5h às 21h; sábados: das 10h às 14h.

7.1.19.3 Caberá ao fornecedor verificar se o veículo utilizado para a entrega enquadra-se nas condições de restrição previstas no referido decreto. O descarregamento da mercadoria no local determinado, no momento da entrega, será de inteira responsabilidade do fornecedor.

8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Executar todas as obrigações legais e as contidas neste Termo de Referência e no CONTRATO.

8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.3. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que

seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**;

8.5. Comunicar a empresa para emissão de nota fiscal ou documento equivalente em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021;

8.6. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Termo de Referência;

8.7. Aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas na lei, neste Termo de Referência e no CONTRATO;

8.7.1. Caberá ao(à) responsável pela fiscalização do CONTRATO propor, à autoridade competente, a aplicação de penalidades, mediante caracterização da infração imputada à **CONTRATADA**.

8.8. Analisar e responder a todos os documentos encaminhados pela **CONTRATADA**, em prazo hábil, para que não haja prejuízo ao andamento dos serviços.

8.9. Comunicar a **CONTRATADA** na hipótese de posterior alteração do projeto pelo **CONTRATANTE**, no caso do art. 93, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.10. Sustar, no todo ou em parte, a execução do objeto, sempre que a medida for considerada necessária.

8.11. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento do objeto do CONTRATO.

8.12. O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.13. Proporcionar à **CONTRATADA** as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente o objeto contratado, prestando as informações e os esclarecimentos que venham a ser por ela solicitados.

8.14. Verificar, durante a vigência do CONTRATO, a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

8.15. Verificar minuciosamente, nos prazos fixados, a conformidade do objeto perante as especificações constantes deste Termo de Referência e da Proposta Comercial, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

8.16. Emitir os Termos de Recebimento Provisório e Definitivo, conforme disposto no artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e artigos 140 e 141 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. Os fornecimentos dos bens serão medidos e atestados pelo responsável pela fiscalização do CONTRATO.

9.2. Aprovada a medição, o fiscal do CONTRATO encaminhará mensagem, por correio eletrônico (*e-mail*), à **CONTRATADA**, informando sobre o aceite da medição e autorizando a emissão da nota fiscal ou documento equivalente.

9.3. O(s) pagamento(s) será(ão) realizado(s) em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da nota fiscal ou documento equivalente, mediante ateste do responsável pela fiscalização do

CONTRATO, dos documentos exigidos em lei ou em CONTRATO, desde que cumpridas todas as exigências legais e contratuais pela **CONTRATADA**, por meio de depósito em conta corrente ou de ficha de compensação, ambas de titularidade da **CONTRATADA**.

9.4. Na hipótese de erro ou divergência em relação às condições contratadas, a nota fiscal ou documento equivalente será recusada pelo CONTRATANTE mediante declaração expressa das razões da desconformidade, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data da apresentação da nova nota fiscal ou documento equivalente devidamente corrigida.

9.5. Antes do pagamento, o CONTRATANTE efetuará consulta dos dados da CONTRATADA no Cadastro Informativo Municipal (CADIN), observando-se que a existência de registro no CADIN impede a realização de pagamento, conforme estabelecido no inciso II, artigo 3.º, da Lei Municipal nº 14.094/2005.

9.6. Os pagamentos efetuados com atraso por culpa exclusiva do CONTRATANTE terão o valor do principal reajustado pelo índice de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% “pro-rata temporis”), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorrer (OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA).

10. RECEBIMENTO

10.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, de forma sumária, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, em até 02 (dois) dias úteis da comunicação escrita da **CONTRATADA** do encerramento da execução contratual.

10.1.1. A **CONTRATADA** fica obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, cabendo à fiscalização não

atestar a última e/ou única medição até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

10.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.2. O objeto será recebido definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, cabendo ao(s) responsável(is) pelo recebimento definitivo:

10.2.1. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos bens fornecidos, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

10.3. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela **CONTRATADA**, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

10.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do CONTRATO.

11. REAJUSTE

11.1. Os preços serão reajustados aplicando-se o índice IPC-FIPE (mês de referência ____/____), acumulado em 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado (____/____/____) e, caso ocorram novas prorrogações, os reajustes subsequentes ao primeiro serão contados da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, acumulado em 12 (doze) meses.

11.1.1. A **CONTRATADA** deverá, caso seja solicitado pelo **CONTRATANTE**, instruir o pedido de reajuste com a documentação pertinente, para conferência e para homologação dos cálculos pelo **CONTRATANTE**.

11.1.2. O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da **CONTRATADA**, nos termos do subitem 11.1.

11.1.3. Na hipótese de divergência de valores entre o apresentado pela **CONTRATADA** e o conferido pelo **CONTRATANTE**, prevalecerá o verificado pelo **CONTRATANTE**, até que as partes dirimam a controvérsia.

11.1.4. O reajuste concedido será registrado por meio de apostila.

12. PENALIDADES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a **CONTRATADA** que:

- a) Der causa à inexecução parcial do CONTRATO;
- b) Der causa à inexecução parcial do CONTRATO que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do CONTRATO;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do CONTRATO;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do CONTRATO;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

12.2. O cometimento destas ou de qualquer outra infração prevista em Lei, condizente com a execução contratual, sujeitará a **CONTRATADA** à aplicação das penalidades descritas neste item 12.

12.3. Serão aplicadas à **CONTRATADA** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.3.1. Advertência, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do CONTRATO, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.3.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

12.3.4. Multa:

12.3.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d” do subitem 12.1, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total da contratação, até o limite de 10 (dez) dias corridos.

12.3.4.1.1 Nos casos em que o atraso na entrega dos bens comprometa sua finalidade, prejudique ou inviabilize o objeto, será caracterizada a inexecução total do CONTRATO, inclusive sem haver o pagamento dos serviços contratados pela ausência de sua execução.

12.3.4.2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

12.3.4.3. Compensatória, para a infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, de 12% (doze por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

12.3.4.4. Compensatória, para a inexecução total do CONTRATO prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

12.3.4.5. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, de 10% (dez por cento) do valor da contratação.

12.3.4.6. Compensatória, de 1% (um por cento) por ocorrência que caracterize o descumprimento das demais obrigações decorrentes do CONTRATO e deste Termo de Referência, calculada sobre o seu valor total, limitada a 10% (dez por cento).

12.3.5. As penalidades serão aplicadas, salvo se houver motivo de força maior ou caso fortuito, justificado e aceito, a critério exclusivo do **CONTRATANTE**.

12.3.6. A soma das penalidades não excederá a 30% (trinta por cento) do valor total do CONTRATO.

12.3.7. As penalidades são independentes, ou seja, a aplicação de uma não exclui a das outras, devendo ser recolhidas ou descontadas de pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE**, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir de sua comunicação à **CONTRATADA** ou, ainda, se for o caso, cobradas judicialmente.

12.3.8. O não recolhimento das multas, no prazo previsto, ensejará a incidência de atualização monetária e juros moratórios, calculados em conformidade com a Lei Municipal nº 13.275/2002 e sujeitará a **CONTRATADA** à aplicação do disposto no art. 156, §8º da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.3.9. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE**.

12.3.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12.3.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.3.13. No caso de aplicação de eventuais penalidades, será observado o procedimento previsto no Título IV, do Capítulo I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

13.1. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, com base na justificativa constante do Documento de Formalização de Demanda e do Estudo Técnico Preliminar.

13.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas resultantes do presente instrumento correrão por conta dos recursos constantes da(s) dotação(ões) orçamentária(s) _____ - _____, e, no próximo exercício, se for o caso, à conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s) prevista(s) para atender a despesas da mesma natureza.

DENISE MANCERA SALGADO
Unidade Técnica de Biblioteca e Documentação

ANEXO II MODELO DE PROPOSTA

Ao Tribunal de Contas do Município de São Paulo
Endereço: Av. Professor Ascendino Reis 1.130, São Paulo
Processo: TC/003235/2026
Dispensa Eletrônica nº 073/2026

A empresa _____ CNPJ. nº _____, estabelecida na _____ nº _____, complemento: _____, Bairro: _____, Cidade: _____, Estado: _____, telefone: _____, e-mail: _____, por meio de seu representante legal, Sr.(a) _____, _____ (estado civil), _____ (profissão), portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____, **observadas as especificações constantes do Anexo I do Edital**, propõe o seguinte

GRUPO I – Grupo Gen (Atlas, Forense, LTC, Método, Saraiva Jur)

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORIA	ANO	ISBN	QTDE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	Administração financeira: teoria e prática	Alexandre Assaf Neto e Fabiano Guasti Lima	Atlas	2025	9786559776733	1		
02	Contabilidade avançada	Ricardo Rios, José Carlos Marion	Atlas	2024	9786559775477	1		
03	Curso de Filosofia do Direito	Eduardo Bittar, Guilherme Assis de Almeida	Atlas	2026	9786559778102	1		
04	Economia brasileira contemporânea	Amaury P. Gremaud, Marco Antonio S. de Vasconcellos, Rudinei Toneto Jr., Sérgio N. Sakurai	Atlas	2024	9786559776443	1		
05	Fundamentos de Metodologia Científica	Marina de Andrade Marconi, Eva	Atlas	2021	9788597026566	1		

		Maria Lakatos						
06	Gestão da qualidade: teoria e prática	Edson Paladini	Atlas	2024	9786559776566	1		
07	Introdução ao Estudo do Direito: Técnica, Decisão, Dominação	Tercio Sampaio Ferraz Jr.	Atlas	2025	9786559777488	1		
08	LC 214/2025 comentada: reforma tributária - IBS, CBS e IS	Hugo de Brito Machado Segundo	Atlas	2025	9786559777112	1		
09	Métodos e Técnicas de Pesquisa Social	Antonio Carlos Gil	Atlas	2019	9788597020571	1		
10	Orçamento, Contabilidade e Gestão No Setor Público	Diana Vaz de Lima	Atlas	2022	9786559773121	1		
11	Constituição da República Federativa do Brasil		Atlas	2026	9786559778423	10		
12	Contabilidade básica	José Carlos Marion	Atlas	2022	9786559773213	1		
13	LC 227/2026 comentada: reforma tributária - IBS (processo administrativo) e ITCDM	Hugo de Brito Machado Segundo	Atlas	2026	9786559778300	1		
14	Gestão pública	Edson Ronaldo Nascimento	Atlas	2025	9788571442450	1		
15	A condição humana	Hannah Arendt	Forense	2016	9788530972165	1		
16	Curso de direito processual civil, volume 1	Humberto Theodoro Junior	Forense	2026	9788530998288	1		

17	Curso de direito processual civil, volume 2	Humberto Theodoro Junior	Forense	2026	9788530998325	1		
18	Curso de direito processual civil, volume 3	Humberto Theodoro Junior	Forense	2026	9788530998363	1		
19	Curso de direito processual penal	Guilherme de Souza Nucci	Forense	2025	9788530996635	1		
20	Curso de direito tributário	Solon Sehn	Forense	2025	9788530996697	1		
21	Ética a Nicômaco	Aristóteles	Forense	2017	9788530976378	1		
22	Introdução Ao Estudo do Direito	Paulo Nader	Forense	2025	9788530996895	1		
23	Lei de responsabilidade fiscal comentada	Marcus Abraham	Forense	2021	9788530990459	1		
24	Teoria do Estado e da Constituição	Jorge Miranda	Forense	2019	9788530979881	1		
25	Teoria pura do direito	Hans Kelsen	Forense	2021	9788530992071	1		
26	Manual de Licitações e Contratos Administrativos	Maria S. Di Pietro, Edgar Guimarães, Fabrício Motta, Luciano Ferraz, Thiago Marrara e Victor Amorim	Forense	2026	9788530999483	1		
27	Curso de Direito Ambiental	Ingo Wolfgang Sarlet, Tiago Fensterseifer	Forense	2026	9788530998608	1		
28	Estatística para cursos de engenharia, computação e ciência de dados	Pedro Alberto Barbeta, Antonio Cezar Bornia e Marcelo	LTC	2024	9788521638810	1		

		Menezes Reis						
29	Estruturas de Madeira	Walter Pfeil, Michèle Pfeil	LTC	2003	9788521613855	1		
30	Materiais de Construção - Volume Único	Luiz Alfredo Falcão Bauer, João Fernando Dias	LTC	2025	9788521639053	1		
31	Patologia das Construções	Jean Rodrigo Garcia e Paulo José Rocha de Albuquerque	LTC	2025	9788521639091	1		
32	Algoritmos	Thomas Cormen, Charles E. Leiserson, Clifford Stein	LTC	2024	9788595159907	1		
33	Inteligência Artificial - Uma Abordagem de Aprendizado de Máquina	Katti Faceli, Ana Carolina Lorena, João Gama, Tiago A. de Almeida e André C. P. L. F de Carvalho	LTC	2025	9788521639206	1		
34	Fundamentos e Exemplos de Aplicação da NBR-6123	Acir Mercio Loredo Souza, Marcelo Maia Rocha e Michèle Pfeil	LTC	2026	9788521639183	1		
35	BIM e Inovação em Gestão de Projetos	Leonardo Manzione, Silvio Melhado e Claudino Lins Nóbrega Jr.	LTC	2021	9788521637592	1		
36	BIM: Concepção, Construção e Operação - Ensino e Prática	Regina Coeli Ruschel, Mariana Monteiro Xavier e Jeferson	LTC	2025	9788521639015	1		

		Spiering Bões						
37	Engenharia ambiental: conceitos, tecnologias e gestão	Maria Calijuri e Davi Gasparini	LTC	2019	9788535290479	1		
38	Engenharia e Meio Ambiente: Aspectos Conceituais e Práticos	Ana Silvia P. Santos, Alfredo A. Ohnuma Jr.	LTC	2021	9788521636274	1		
39	Afo e orçamento público	Marcus Abraham	Método	2025	9788530995553	1		
40	Controle Externo Teoria e Jurisprudência para os Tribunais de Contas	Luiz Henrique Lima	Método	2025	9788530997236	1		
41	Curso de direitos humanos	Valerio de Oliveira Mazzuoli	Método	2026	9788530998882	1		
42	Manual de direito tributário: volume único	Gabriel Quintanilha	Método	2025	9788530997120	1		
43	Constituição da República Federativa do Brasil		Saraiva Jur	2026	9786551771156	2		
44	Contabilidade geral e avançada	Eugenio Montoto	SaraivaJur	2025	9788553624447	1		
45	Curso de Direito Constitucional	Andre Ramos Tavares	SaraivaJur	2025	9788553624461	1		
46	Curso de direito tributário	Alexandre Mazza	SaraivaJur	2025	9788553625925	1		
47	Curso de direito tributário e financeiro	Claudio Carneiro	SaraivaJur	2025	9788553624324	1		
48	Curso de processo penal	Edilson Mougenot Bonfim	SaraivaJur	2025	9788553625840	1		

49	Direitos fundamentais	Thorsten Kingreen e Ralf Poscher	SaraivaJur	2025	9786553629394	1		
50	Fundamentos do processo penal	Aury Lopes Jr.	SaraivaJur	2025	9788553625604	1		
51	Manual de Direito Ambiental	Terence Trennepohl	SaraivaJur	2025	9788553625369	1		
52	Manual de direito penal: parte geral	Gustavo Octaviano Diniz Junqueira, Maria Patrícia Vanzolini Figueiredo	SaraivaJur	2025	9788553625246	1		
53	Manual de direito processual civil	Cassio Scarpinella Bueno	SaraivaJur	2026	9786551770623	1		
54	Teoria Geral do Estado	Reinhold Zippelius	SaraivaJur	2016	9788502617971	1		
55	Tratado de direito penal, volume 1: parte geral	Cezar Roberto Bitencourt	SaraivaJur	2025	9788553627622	1		
56	Tratado de direito penal, volume 2: parte especial	Cezar Roberto Bitencourt	SaraivaJur	2025	9788553627608	1		
57	Tratado de direito penal, volume 3: parte especial	Cezar Roberto Bitencourt	SaraivaJur	2025	9788553627585	1		
58	Tratado de direito penal, volume 4: parte especial	Cezar Roberto Bitencourt	SaraivaJur	2025	9788553627578	1		
59	Tratado de direito penal, volume 5: parte especial	Cezar Roberto Bitencourt	SaraivaJur	2025	9788553627523	1		
60	Tratado de direito penal,	Cezar Roberto Bitencourt	SaraivaJur	2025	9788553627547	1		

	volume 6: parte especial							
61	Matemática financeira	Abelardo de Lima Puccini	SaraivaUni	2022	9786587958057	1		
					TOTAL	71	R\$	R\$

GRUPO II – Editora Fórum, Casa do Direito

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORIA	ANO	ISBN	QTDE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	Direitos humanos e políticas públicas: o direito como instrumento de inclusão social	Humberto Bersani (org.)	Casa do Direito	2020	9786586025767	1		
02	A celebração de acordos pela administração pública	Stela Hühne Porto	Fórum	2025	9788545008439	1		
03	A legalidade administrativa	Odete Medauar	Fórum	2025	9788545009979	1		
04	A licitação como instrumento de efetivação de políticas públicas sociais	Tiago Nunes	Fórum	2025	9788545008071	1		
05	Agências reguladoras: da organização administrativa piramidal à governança em rede	Sérgio Guerra	Fórum	2023	9786555185010	1		
06	Arbitragem e obras públicas: em busca do interesse público e da eficiência	Nicola Espinheira da Costa Khoury	Fórum	2025	9786555188059	1		
07	As sanções nas contratações públicas	Aniello Parziale	Fórum	2025	9788545008293	1		
08	Bem jurídico e funcionalismo sistêmico	Carlos Augusto Machado de Brito	Fórum	2025	9786555188790	1		
09	Bens públicos em rede	Fábio Paulo Reis de Santana	Fórum	2025	9788545008569	1		

10	Comentários à lei de licitações e contratos administrativos – volume 1	coord. Cristiana Fortini, Rafael Sérgio Lima de Oliveira, Tatiana Camarão	Fórum	2023	9786555185744	1		
11	Comentários à lei de processo administrativo	coord. Rafael Ramos	Fórum	2025	9788545009672	1		
12	Comentários aos crimes em licitação e contratos	Flávio Garcia Cabral, Fábio Ianni Goldfinger	Fórum	2025	9786545007869	1		
13	Compliance nas contratações públicas	Rodrigo Pironti Aguirre de Castro, Mirela Miró Ziliotto	Fórum	2021	9786555182781	1		
14	Contratações públicas para a inovação	Rafael Carvalho de Fassio	Fórum	2025	9786555189209	1		
15	Contratos administrativos: manual para gestores e fiscais de acordo com a Lei nº 14.133/2021	Gabriela Verona Pércio	Fórum	2025	978-65-5518-860-8	2		
16	Contratos de obras públicas: uma visão gerencial	André Kuhn	Fórum	2022	978-6555183498	1		
17	Controle da Eficiência do Gasto Orçamentário	Ana Carla Bliacheriene	Fórum	2016	9788545001461	1		
18	Controle externo e as mutações do direito público	Luiz Henrique Lima, Daniela Zago Gonçalves da Cunda	Fórum	2025	9786555189490	1		
19	Curso de Direito Administrativo	Carolina Zancaner Zockun , Celso Antônio Bandeira de Mello , Weida Zancaner , Maurício Zockun	Fórum	2025	9786555189711	2		
20	Curso de direito financeiro	Regis Fernandes de Oliveira	Fórum	2025	9786555189353	1		
21	Diálogo competitivo	Guilherme F. Dias Reisdorfer	Fórum	2025	9786555187939	1		

22	Direito à cidade: fundamentos jurídicos e desafios urbanos	Harley Diniz Sousa de Carvalho	Fórum	2025	9788545009139	1		
23	Direito administrativo e controle de contas	org. André Rosilho	Fórum	2023	9786555184914	1		
24	Discrecionalidade e controle jurisdicional	Celso Antônio Bandeira de Mello	Fórum	2025	9786555187922	1		
25	Eficácia das normas constitucionais e direitos sociais	Celso Antônio Bandeira de Mello	Fórum	2025	9786555188042	1		
26	Grandes temas de direito administrativo	Celso Antônio Bandeira de Mello	Fórum	2025	9786555187908	1		
27	Julgamento e juízo de contas no Brasil	Weder de Oliveira	Fórum	2025	9788545008767	1		
28	O novo sistema de registro de preços	Aniello Parziale, Antonio Cecílio Moreira Pires	Fórum	2025	9786555186758	1		
29	O planejamento das contratações: estudos técnicos preliminares e termos de referência	coordenadoras Madeline Rocha Furtado , Monique Rafaella Rocha Furtado	Fórum	2025	9786555189445	2		
30	Obras públicas: manual de planejamento, contratação e fiscalização	Paulo Sérgio de Monteiro Reis	Fórum	2025	9786555189391	1		
31	Parcerias com o terceiro setor	coord. Fabrício Motta , Rafael Arruda Oliveira , Fernando Mânica	Fórum	2025	9788545009269	1		
32	Pareceres de direito administrativo	Celso Antônio Bandeira de Mello	Fórum	2025	9786555187830	1		
33	Planejamento da licitação de obras públicas de edificação e saneamento	Gustavo Ferreira Olkowski, Marcelo Ribeiro, Rommel Dias Marques Ribas Brandão, Victor Hugo Moreira Ribeiro	Fórum	2024	9786555185560	1		
34	Processo Administrativo: Comentários à Lei nº 9.784/1999	Cristiana Fortini , Tatiana Camarão , Caio Mário Lana Cavalcanti , Maria	Fórum	2023	9786555185676	1		

		Fernanda Veloso Pires						
35	Processo administrativo: princípios constitucionais e a Lei 9.784/1999 (com especial atenção a LINDB)	Egon Bockmann Moreira	Fórum	2025	978655518871-4	1		
36	Processo orçamentário	coord. Gustavo Fossati	Fórum	2024	9786555186512	1		
37	Tribunais de contas do Brasil: jurisdição e competência	Jorge Ulisses jacoby Fernandes	Fórum	2025	9788545009665	2		
38	Gestão participativa dos riscos & cidades sustentáveis	Benedito Antonio da Costa	Fórum	2025	9786555188493	1		
39	(Des)ordem climática: propostas para um mundo em transformação	coorde. Enrique Ricardo Lewandowski	Fórum	2025	9788545007807	1		
40	ESG no setor público	Glenda Grando de Meira Menezes	Fórum	2025	9788545009085	1		
41	Direito ambiental: noções fundamentais e de direito comparado	Ricardo Luis Lorenzetti, Pablo Lorenzetti	Fórum	2022	9786555183139	1		
42	Direito, sustentabilidade e inovação	coords. Alexandre Pasqualini, Daniela Zago Gonçalves Cunda, Rafael Ramos	Fórum	2025	9786555189575	1		
43	Planejamento urbano e desenvolvimento sustentável	Giovani Ferri	Fórum	2024	9786555186161	1		
TOTAL						47	R\$	R\$

GRUPO III – Editoras Universitárias (Ed. UNESP, Ed. FGV, Ed. UNICAMP, EDUSP, Ed. UFMG PUCMG)

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ANO	ISBN	QTDE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
------	--------	-------	---------	-----	------	------	--------------------	-----------------

01	A instituição da religião cristã - Tomo 1: Livros I e II	João Calvino	Editora da Unesp	2008	9788571398047	1		
02	A instituição da religião cristã - Tomo 2: Livros III e IV	João Calvino	Editora da Unesp	2009	9788571399006	1		
03	A política pública como campo multidisciplinar	Eduardo Marques e Carlos Aurélio Pimenta de Faria (org.)	Editora da Unesp	2018	9788539307470	1		
04	Dicionário de Políticas Públicas	organizadores Geraldo Di Giovanni, Marco Aurélio Nogueira	Editora da Unesp	2018	9788539307364	1		
05	Estado, política e classes sociais	Armando Boito Jr.	Editora da Unesp	2011	9788571397835	1		
06	Bases do autoritarismo brasileiro	Simon Schwartzman	Editora da Unicamp	2015	9788526812246	1		
07	Democracia, federalismo e centralização no Brasil	Marta Arretche	FGV	2012	9788522512317	1		
08	Perspectivas analíticas em políticas públicas	Vanessa Elias de Oliveira (Compilador)	Editora Fiocruz	2025	9786557082010	1		
09	Implementação de políticas públicas: teoria e prática	Carlos Aurélio Pimenta de Faria (org.)	Editora PUCMinas	2012		1		
10	História do Brasil	Boris Fausto	Edusp	2024	9788531413520	1		
11	Cidade e Meio Ambiente: A Apropriação do Relevo no Desenho Ambiental Urbano	José Guilherme Schutzer	Edusp	2025	9788531412783	1		
12	Introdução ao estudo das políticas públicas: uma visão interdisciplinar e contextualizada	Alvaro Chrispino	FGV	2016	9788522517800	1		
13	Burocracia e política no Brasil: desafios para o Estado democrático no século XXI	Organizadores Fernando Luiz Abrucio, Maria Rita Loureiro, Regina Silvia Pacheco	FGV	2010	9788522507771	1		

14	Construindo o estado republicano: democracia e reforma da gestão pública	Luiz Carlos Bresser-Pereira	FGV	2019	9788522507108	1		
15	Reforma do Estado e administração pública gerencial	Luiz Carlos Bresser Gonçalves Pereira, Peter Kevin Spink	FGV	2007	9788522502363	1		
16	Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos (Princípios do tratamento biológico de águas residuárias).	Marcos Von Sperling	UFMG		9788542300536	1		
17	Lagoas de Estabilização (Princípios do tratamento biológico de águas residuárias).	Marcos Von Sperling	UFMG		9788585266066	1		
18	Lodo de esgotos: tratamento e disposição final Princípios do tratamento biológico d águas residuárias)	Cleverson V.Andreoli; Marcos Von Sperling; Fernando Fernandes	UFMG		9788542300857	1		
19	Princípios básicos do tratamento de esgotos (Princípios do tratamento biológico de águas residuárias).	Marcos Von Sperling	UFMG		9788542301748	1		
20	Reatores anaeróbios (Princípios do tratamento biológico de águas residuárias).	Carlos Augusto de Lemos Chernicharo	UFMG		9788542301724	1		
21	Poder político e classes sociais	Nicos Poulantzas	Unicamp	2020	9788526814882	1		
					TOTAL	21	R\$	R\$

GRUPO IV – Grupo Cia das Letras, Objetiva, Penguin-Cia, Zahar

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORIA	ANO	ISBN	QTDE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
------	--------	-------	----------	-----	------	------	--------------------	-----------------

01	A república inacabada	organizadores Fábio Konder Comparato, Raymundo Faoro	Companhia das Letras	2022	9786559213191	1		
02	Além do bem e do mal	Friedrich Nietzsche	Companhia das Letras	2005	9788535906417	1		
03	Evolução política do Brasil	Caio Prado Jr.	Companhia das Letras	2012	9788535921359	1		
04	Formação do Brasil contemporâneo	Caio Prado Jr.	Companhia das Letras	2011	9788535919622	1		
05	Formação econômica do Brasil	Celso Furtado	Companhia das Letras	2007	9788535909524	1		
06	Introdução à História da Filosofia, v.1	Marilena Chauí	Companhia das Letras	2002	9788535901702	1		
07	Introdução à História da Filosofia, v.2	Marilena Chauí	Companhia das Letras	2010	9788535917154	1		
08	Introdução à História da Filosofia, v.3	Marilena Chauí	Companhia das Letras	2023	9788535935714	1		
09	Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo	Jean Starobinski	Companhia das Letras	2011	9788535918519	1		
10	Monções e capítulos de expansão paulista	Sérgio Buarque de Holanda	Companhia das Letras	2014	9788535925050	1		
11	Origens do totalitarismo	Hannah Arendt	Companhia das Letras	2013	978853592204-2	1		
12	Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro	Raymundo Faoro	Companhia das Letras	2021	9786559210961	1		
13	Os ricos e os pobres: o Brasil e a desigualdade	Marcelo Medeiros	Companhia das Letras	2023	9788535935646	1		
14	Pensadores que inventaram o Brasil	Fernando Henrique Cardoso	Companhia das Letras	2013	9788535922875	1		
15	Raízes do Brasil	Sérgio Buarque de Holanda	Companhia das Letras	2015	9788535925487	1		
16	Visão do paraíso	Sérgio Buarque de Holanda, organizadores Lilia Moritz Schwarcz e	Companhia das Letras	2010	9788535916676	1		

		Pedro Meira Monteiro						
17	Sobre a China	Henry Kissinger	Objetiva	2011	9788539002993	1		
18	A origem da desigualdade entre os homens	Jean-Jacques Rousseau	Penguin-Companhia	2017	9788582850626	1		
19	Essencial Sérgio Buarque de Holanda	Sérgio Buarque de Holanda	Penguin-Companhia	2023	9788582851579	1		
20	Estatística: o que é para que serve como funciona	Charles Wheelan	Zahar	2016	9788537815120	1		
21	Marco Aurélio: O imperador filósofo	Pierre Grimal	Zahar	2018	9788537817513	1		
22	O processo civilizador, 1	Norbert Elias	Zahar	1990	9788571101067	1		
23	O processo civilizador, 2	Norbert Elias	Zahar	1993	9788571102576	1		
					TOTAL	23	R\$	R\$

GRUPO V – Editora Revista dos Tribunais

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ANO	ISBN	QTDE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	Arbitragem, infraestrutura e direito da construção	coordenadores Adriana Sarra, Fernando Maluf, Ricardo Medina Salla, Virginia Mesquita Nasser	RT	2024	9786526012567	1		
02	Constituição econômica brasileira	Egon Bockmann Moreira	RT	2024	9786526013595	1		
03	Contratos Administrativos na Lei de licitações	Egon Bockman, Flávio Amaral Garcial	RT	2025	9786526028094	2		
04	Contratos e tributação	José Eduardo Soares de Melo	RT	2023	9786526000786	1		
05	Curso de direito tributário	Tathiane Piscitelli	RT	2024	9786526017579	1		

06	Fundações privadas	Marcelo Vieira von Adamek, André Nunes Conti	RT	2024	9786526014042	1		
07	Jurimetria	Marcelo Guedes Nunes	RT	2024	9786559916382	1		
08	Manual Planejamento e Orçamento Público: Da elaboração das leis orçamentárias à prestação de contas	Roberto Sérgio Do Nascimento, Ricardo Viotto	RT	2022	9786526006061	1		
09	Manual de Direito Urbanístico	Leandro Teodoro Andrade	RT	2024	9786526012581	1		
10	Mudanças Climáticas e Respostas Jurídicas	Ana Maria de Oliveira Nusdeo	RT	2025	9786526029169	1		
11	Usucapião	Fábio Caldas De Araújo	RT	2025	9786526029916	1		
					TOTAL	12	R\$	R\$

GRUPO VI – Editoras Alínea, Foco e Mizuno

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ANO	ISBN	QTDE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	Indicadores Sociais no Brasil: Conceitos, Fontes de Dados e Aplicações	Paulo de Martino Jannuzzi	Alínea	2017	9788575168073	1		
02	Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais: Uma Introdução aos Conceitos e Técnicas	Paulo de Martino Jannuzzi	Alínea	2016	978-8575167618	1		
03	Políticas públicas, valores e evidências em tempos de inteligência artificial	Paulo de Martino Jannuzzi	Alínea	2024	9786557550748	1		
04	Administração Pública Digital	José Luiz de Moura Faleiros Júnior	Foco	2026	9786561208956	1		
05	Astreintes	Marcelo Abelha Rodrigues	Foco	2025	9786561206099	1		

06	Bens públicos: o domínio público no direito administrativo	Carlos Eduardo Ferreira dos Santos	Foco	2023	9786555158137	1		
07	Código penal interpretado	Julio Fabbrini Mirabete, Renato N. Fabbrini	Foco	2025	9786561202268	1		
08	Direito da Infraestrutura: aspectos financeiros e administrativos	coordenadores José Mauricio Conti, Thiago Marrara, Sabrina Nunes locken, Augusto Neves Dal Pozzo	Foco	2025	9786561203913	1		
09	Direito econômico tributário, volume 1: fundamentos, teoria e sistema tributário	Caio Bartine	Foco	2026	9786561207850	1		
10	Direito, Políticas Públicas e Controle Externo	coordenador Dimas Ramalho	Foco	2022	9786555155549	1		
11	Estatuto da metrópole	Coord. Thiago Marrara, Mariano Menzio	Foco	2026	9786561206372	1		
12	Fundamentos do direito	Hugo de Brito Machado Segundo	Foco	2024	9786555159899	1		
13	Manual de direito administrativo, volume 1	Thiago Marrara	Foco	2025	9786561203166	1		
14	Manual de direito administrativo, volume 2	Thiago Marrara	Foco	2025	9786561203173	1		
15	Manual de direito administrativo, volume 3	Thiago Marrara	Foco	2025	9786561203180	1		
16	Manual de direito administrativo, volume 4	Thiago Marrara	Foco	2025	9786561203890	1		
17	Manual de direito penal	Cristiano Rodrigues	Foco	2025	9786561205078	1		
18	Metodologia da ciência do direito	Fernando Herren Aguillar	Foco	2026	9786561208451	1		
19	Políticas Públicas: Conformação e	Vlândia Pompeu Silva	Foco	2022	9786555155440	1		

	Efetivação de Direitos							
20	Risco e causalidade	Rafael Viola	Foco	2025	9786561205573	1		
21	Políticas Públicas: Elementos Para uma Teoria Geral	Rodolfo Pamplona Filho, Bacildes Terceiro, Marcella Pinto de Almeida, Edson Ribeiro. Saldanha Neto	Mizuno	2024	9786555267990	1		
22	Gestão de Risco da Terceirização	org. Adriano Dutra da Silveira	Mizuno	2026	9788577899388	1		
23	A Reforma Tributária e os Municípios	Renaldo R. Júnior	Mizuno	2026	9788577899326	1		
24	Elementos de Direito Constitucional	José Cretella Júnior	Mizuno	2026	9788577898701	1		
25	A Atuação do Pregoeiro e Agente de Contratação nas Licitações Sob a Égide da Lei nº 14.133/2021 - Teoria e Prática	org. Alcione Silva Quintas, Fabio Vilas Gonçalves Filho e Jamil Manasfi da Cruz	Mizuno	2026	9788577898534	1		
26	ESG+i: Governança Ambiental, Social e Corporativa	Cláudio Carloto, Ivani Contini Bramante, Simone Bramante e Selma Carloto	Mizuno	2025	9788577896677	1		
					TOTAL	26	R\$	R\$

GRUPO VII – Editoras Rio de Janeiro (Bertrand Brasil, Contraponto, Elsevier, Garamond, GZ, Intrínseca, Lúmen Juris, Nau Editora, Paz&Terra, TopBook

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORIA	ANO	ISBN	QTDE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	Mudar a cidade: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos	Marcelo Lopes de Souza	Bertrand Brasil	2002	9788528608564	1		

02	Dicionário de direitos humanos e afins	Nei Lopes	Civilização Brasileira	2025	9786558021940	1		
03	O Longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo	Giovanni Arrighi	Contraponto	2007	9788585910105	1		
04	Diário de obra: gestão de projetos, licitações e prática profissional	Fábio Guerrini, Marcel Musetti e Luiz Philippsen Jr.	Elsevier	2019	9788535292985	1		
05	O que é justiça ambiental	Henri Acselrad, Cecília Campello Amaral Mello, Gustavo das Neves Bezerra	Garamond	2011	9788576171591	1		
06	Direito ao erro do administrador público no Brasil	Pedro de Hollanda Dionísio	GZ	2019	9788595240681	1		
07	Como mentir com estatística	Darrell Huff	Intrínseca	2016	9788580579529	1		
08	Servidores Públicos no Brasil	Anna Carolina Migueis	Lúmen Juris	2023	9788551925096	1		
09	A Lei de Responsabilidade Fiscal e as Renúncias de Receitas Tributárias	Núbia Nette Alves Oliveira de Castilhos	Lúmen Juris	2024	9788551931110	1		
10	As Câmaras Municipais em Juízo e o Mito da Personalidade Judiciária	Rodrigo Emanuel de Araújo Dantas	Lúmen Juris	2026	9788551937501	1		
11	Análise jurídica de políticas públicas	Pablo Rangell Mendes Rios Pereira	Lúmen Juris	2023	9788551925843	1		
12	Plano diretor e audiência pública	Karine Grassi	Lúmen Juris	2023	9788551924143	1		
13	O Ativismo do Tribunal de Contas da União no Âmbito das Licitações e Contratos Públicos	Keila Kremer	Lúmen Juris	2024	9788551928271	1		
14	Blockchain e a Administração Pública	Camilla Ellen Aragão Costa	Lúmen Juris	2025	9788551934463	1		

15	A Cessão Onerosa dos Naming Rights de Bens Públicos	Nícolas Schuindt de Andrade	Lúmen Juris	2025	9788551935439	1		
16	Mulheres no controle externo	Andressa Guimarães Torquato Fernandes, Adriana Cavalcanti Magalhães Faustino Ferreira, Ana Cristina Moraes	Lúmen Juris	2023	9788551927137	1		
17	Conteúdo Jurídico da Juridicidade Administrativa	Ivon Jorge da Silva	Lúmen Juris	2025	9788551933268	1		
18	Controle Democrático sobre as Decisões Públicas	Jorge Vilchez Guerrero	Lúmen Juris	2025	9788551937136	1		
19	Direito Administrativo do Risco	Leonardo Antoun	Lúmen Juris	2024	9788551933176	1		
20	Discrecionalidade Técnica: A Administração Pública sob a Influência de Normas Técnicas	Felipe Ribeiro	Lúmen Juris	2025	9788551934852	1		
21	A Verdade e as Formas Jurídicas	Michel Foucault	Nau Editora	2009	9788581280165	1		
22	A era dos impérios: 1875-1914	Eric Hobsbawm	Paz e Terra	2012	9788577531011	1		
23	A formação da classe operária inglesa, v. 1	E. P. Thompson	Paz e Terra	2012	9788577531691	1		
24	A formação da classe operária inglesa, v. 2	E. P. Thompson	Paz e Terra	2012	9788577532070	1		
25	A formação da classe operária inglesa, v. 3	E. P. Thompson	Paz e Terra	2012	9788577532087	1		
26	Microfísica do poder	Michel Foucault	Paz e Terra	2021	9786555480078	1		
27	Sociedade digital	Manuel Castells	Paz e Terra	2026	9786555481679	1		
28	Fundações do pensamento político brasileiro: a construção intelectual do Estado no Brasil	Christian Lynch	TopBooks	2024	9786558970347	1		

29	Vigiar e punir: Nascimento da prisão	Michel Foucault	Vozes	2014	9788532605085	1		
					TOTAL	29	R\$	R\$

GRUPO VIII – Editoras da região Sul (Appris, Bookman, Clube dos Autores, CRV, Intersaberes, Juruá, Livraria do Advogado, Livre Escrita e Thoth Editora)

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORIA	ANO	ISBN	QTDE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	Implementação de políticas públicas: autonomia e democracia - teoria e prática	Sullivan Desirée Fischer	Appris	2019	978-8547326241	1		
02	Pensamento Político Brasileiro: Temas, Problemas e Perspectivas	organizadores Christian Edward Cyril Lynch, Elizeu Santiago Tavares de Sousa, Paulo Henrique Paschoeto Cassimiro	Appris	2019	9788547327699	1		
03	Políticas públicas: princípio da eficiência e a responsabilidade do agente político	Lúisa Fófano Chudzij	Appris	2021	9786558203254	1		
04	Arte de projetar em arquitetura	Ernest Neufert	Bookman	2022	9788582605752	1		
05	Contabilidade gerencial	Peter C. Brewer , Eric W. Noreen , Ray H. Garrison	Bookman	2026	9788582607039	1		
06	Estudo de Caso: Planejamento e Métodos	Robert K. Yin	Bookman	2015	9788582602317	1		
07	Introdução à Economia	N. Gregory Mankiw	Bookman	2025	9788582606766	1		
08	Manual de BIM: Um Guia de Modelagem da Informação da Construção para	Rafael Sacks, Charles Eastman, Paul Teicholz, Lee Ghang, Eduardo	Bookman	2021	9788582605516	1		

	Arquitetos, Engenheiros, Gerentes, Construtores e Incorporadores	Toledo Santos, Sergio Scheer						
09	Manual do Arquiteto	Pamela Buxton	Bookman	2017	9788582604311	1		
10	Introdução à engenharia ambiental	Ronan Contrera etc.	Bookman	2021	9788582605578	1		
11	Introdução ao pensamento político brasileiro no século XX	coordenador Gustavo César Machado Cabral	CRV	2019	9788544430392	1		
12	Mudança climática:Planejando Municípios Resilientes com Inteligência Artificial	Albert Moreira	CRV	2025	9786525175058	1		
13	Controle Interno e Externo da Administração Pública	Ely Célia Corbari, Joel De Jesus Macedo	Intersaberes	2012	9788582121252	1		
14	Gestão de políticas públicas:: conceitos, aportes teóricos e modelos analíticos	Paulo Nascimento Neto	InterSaberes	2021	978-6555178838	1		
15	Noções Gerais sobre Orçamento Público e Responsabilidade Fiscal	Elizabeth Bezerra Lopes Murakami	InterSaberes	2021	9788522703395	1		
16	Pensamento social e político brasileiro	Gustavo Biscaia de Lacerda	InterSaberes	2017	9788559724349	1		
17	Servidor Público: Reforma Administrativa, Estabilidade, Empregado Público, Direito Adquirido	Ana Luísa Celino Coutinho	Juruá	2003	8536204826	1		
18	Sistema de Controle Interno da Administração Pública	José Osvaldo Glock	Juruá	2015	9788536253565	1		
19	Desastres Ambientais e Violação de Direitos Humanos e Fundamentais - A Mudança Climática	Joana D'Arc Dias Martins	Juruá	2025	9786526311134	1		

	como Multiplicador de Riscos							
20	A eficácia dos Direitos Fundamentais	Ingo Wolfgang Sarlet	Livraria do Advogado	2024	9788595901131	1		
21	Dignidade (da Pessoa) Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988	Ingo Wolfgang Sarlet	Livraria do Advogado	2024	9788595901018	1		
22	Licitações de obras públicas	Juliano Rodrigues Machado	Livraria do Advogado	2023	9786586017861	1		
23	Precificação: Precificar Serviços e Empreitadas em Engenharia	Antonio Victorino Avila e Antônio Edésio Jungles	Livre Escrita	2024	9786525054537	1		
24	A administração pública e a opção pela utilização da arbitragem: a preservação da autonomia do método de solução de disputas contratuais e a criação de ambiente negocial favorável	João Paulo Santos Borba	Thoth Editora	2024	9786559597604	1		
25	Acordo de não persecução civil: primazia do consenso na improbidade administrativa - segurança jurídica e transversalidade	Rubens Soares Sá Viana Junior	Thoth Editora	2023	9786559595419	1		
26	Amicus curiae: pluralismo democrático no controle judicial de políticas públicas	Hélio Donisete Cavallaro Filho	Thoth Editora	2024	9786559599394	1		
27	As concessões administrativas de serviços públicos e a privatização da saúde no Brasil: uma análise sobre a efetiva contribuição das parcerias público-privadas para a	Cintia Barudi Lopes	Thoth Editora	2024	9786559599745	1		

	melhoria das ações e serviços do SUS							
28	Direito administrativo explicado	Vinícius Alves Scherch	Thoth Editora	2023	9786559594528	1		
29	Direito municipal: teoria e prática	coordenadores Daniela Copetti Cravo , Rafael Ramos , Vanêscia Buzelato Prestes	Thoth Editora	2023	9786559596485	1		
30	Empresas estatais e integridade: a regulamentação dos processos de contratação pública como ferramenta de gestão	Philippe Magalhães Bezerra	Thoth Editora	2024	9786559597390	1		
31	Entre as alternativas possíveis e o erro grosseiro nas contratações públicas: a LINDB e os impactos na responsabilização do agente público	Carlos Henrique Benedito Nitão Loureiro	Thoth Editora	2022	9786559593903	1		
32	Fundamentação das decisões judiciais: direito-garantia fundamental à justificação e instrumentos de controle	Stanlei Ernesto Prause Fontana	Thoth Editora	2024	9786559597628	1		
33	Manual de soluções extrajudiciais de conflitos na administração pública	João Eduardo Lopes de Queiroz	Thoth Editora	2021	9786559590643	1		
34	Manual dos precatórios: como entender e trabalhar com esse método de pagamento das dívidas públicas	Ravi Peixoto	Thoth Editora	2024	9786559597109	1		
35	Manual objetivo de direito administrativo	Rafael Freire Ferreira	Thoth Editora	2024	9786559597451	1		
36	Manual prático de contratações públicas: redigido por advogados públicos	Carolina Zancaner Zockun , Flávio Garcia Cabral , Mônica Ellen	Thoth Editora	2023	9786559594894	1		

		Pinto Bezerra Antinarelli						
37	O controle do direito flexível (soft law) interno: a normatividade, a efetividade e a abusividade de atos sem vinculatividade imediata	Soraya Noura Y Maturity	Thoth Editora	2025	9786551130731	1		
38	O incidente de desconsideração da personalidade jurídica: genealogia, fundamentos e interpretação	Bruno Miola da Silva	Thoth Editora	2021	9786559590308	1		
39	Os precedentes judiciais na visão da administração pública	Rebeca Santa Cruz	Thoth Editora	2025	9786559599868	1		
40	Perspectivas, possibilidades e desafios do direito público	Felipe Chiarello de Souza Pinto , Gianpaolo Poggio Smanio , Michelle Asato Junqueira	Thoth Editora	2024	9786559597642	1		
41	Programa de integridade e compliance como direito fundamental à boa administração pública	Carolina de Carvalho Miranda Marques	Thoth Editora	2024	9786559597352	1		
42	Súmulas administrativas e pareceres normativos como fontes do direito processual: por uma intrínseca efetivação da redução de litigiosidade pelo poder público	Marco Aurélio Ventura Peixoto	Thoth Editora	2025	9786551130465	1		
43	Superação do precedente e modulação de efeitos	Ravi Peixoto	Thoth Editora	2024	9786559597826	1		
44	Terceirização na administração pública: composição de custos, reajustes, repactuações e	Thiago Anderson Zagatto	Thoth Editora	2023	9786559594962	1		

	reequilíbrios contratuais							
					TOTAL	44	R\$	R\$

GRUPO IX – Editora Juspodvium, Gazeta Jurídica, Senado Federal

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ANO	ISBN	QTDE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	Administração Financeira e Orçamentária	Giovanni Pacelli	Juspodvim	2026	9788544265321	1		
02	Direito administrativo brasileiro	Hely Lopes Meirelles	Juspodvim	2025	9788544269800	1		
03	Guia de Sobrevivência do Ordenador de Despesas: União, Estados e Municípios	Giovanni Pacelli	Juspodvim	2026	9788544263648	1		
04	Lei de Improbidade Administrativa Comentada	Marino Pazzaglini Filho	Juspodvim	2025	9788544253922	1		
05	Planejamento das contratações públicas: conforme a lei nº 14.133/2021	Carlos Henrique Harper Cox	Juspodvim	2026	9788544269855	1		
06	Manual de direito digital	Walter Aranha Capanema	Juspodvim	2026	9788544274958	1		
07	Finanças públicas	José Matias-Pereira	Juspodvim	2026	9788544269640	1		
08	Parecer jurídico nas contratações públicas: análise prática e teórica	Matheus Carvalho, Lais Cristina Bandeira	Juspodvim	2025	9788544264331	1		
09	Prática administrativa	Ana Carolina Victalino, Daniel Lamounier ,	Juspodvim	2026	9788544265772	1		

		Darlan Barroso, Marco Antonio Araujo Junior, Marcos Oliveira						
10	Direito contratual das obras públicas	Rafael Alves Menezes	Juspodvim	2026	9788544268858	1		
11	Modulação de efeitos da decisão de invalidação de ato administrativo: participação das partes como caminho para segurança jurídica e eficiência	Aline Aparecida De Miranda	Juspodvim	2026	9788544265406	1		
12	Direito municipal brasileiro	Nelson Nery Costa	Juspodvim	2024	9786558131076	1		
13	A vinculação da administração pública aos precedentes judiciais obrigatórios	Ana Karenina Silva Ramalho de Andrade	Gazeta Jurídica	2025	9786587255165	1		
					TOTAL	13	R\$	R\$

GRUPO X – Alameda, Almedina, Blucher, Boitempo, Brasiliense, Cengage Learning, Contracorrente, Cortez, Dialética, Edipro, Global, Hucitec, Jandaíra, La Fonte, Matrioska, Martins Editora, Odysseus Editora, Oficina de Textos, Tirant Lo Blanch Brasil, WMF Martins Fontes

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ANO	ISBN	QTDE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	Da monarquia à oligarquia	Christian Edward Cyril Lynch	Alameda	2014	9788579392641	1		
02	Sete lições sobre as interpretações do Brasil	Bernardo Ricupero	Alameda	2005	9788598325569	1		
03	Função Social, Competência, ESG e Governança: Estudos de Casos a Partir do TCM-SP - De acordo com a Lei n. 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Públicos)	Eduardo Tuma (coordenador)	Almedina	2023	9786556278483	1		
04	A Técnica de Edificar	Walid Yazigi	Blucher	2024	9788521221104	1		

05	Elementos de amostragem	Helena Bolfarine, Wilton De Oliveira Bussab	Blucher	2005	9788521203674	1		
06	Esgoto Sanitário: Coleta, Transporte, Tratamento e Reúso Agrícola	Ariovaldo Nuvolari (Coord.)	Blucher	2011	9788521205685	1		
07	Impermeabilização: Construindo o Conhecimento	Maraysa Woloszyn, Gihad Mohamad, Rogério Cattelan Antochaves de Lima, Alexandre Silva de Vargas	Blucher	2024	9786555066555	1		
08	Matemática financeira e engenharia econômica: Princípios e aplicações	Luiz Roberto Vannucci	Blucher	2026	9788521227724	1		
09	O edifício até sua cobertura	Hélio Alves de Azeredo	Blucher	1997	9788521201298	1		
10	O edifício e seu acabamento	Hélio Alves de Azeredo	Blucher	1987	9788521200420	1		
11	Prática das pequenas construções - Vol. 1	Alberto de Campos Borges	Blucher	2009	9788521204817	1		
12	Prática das pequenas construções - Vol. 2	Alberto de Campos Borges	Blucher	2010	9788521204824	1		
13	Concreto armado eu te amo - Vol. 1	Manoel Henrique Campos Botelho, Osvaldemar Marchetti	Blucher	2019	9788521218593	1		
14	Concreto armado eu te amo - Vol. 2	Manoel Henrique Campos Botelho, Osvaldemar Marchetti	Blucher	2015	9788521208945	1		
15	Crítica da filosofia do direito de Hegel	Karl Max	Boitempo	2005	9788575593332	1		
16	Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil	Flávia Biroli	Boitempo	2018	9788575596043	1		
17	Sobre a questão judaica	Karl Max	Boitempo	2010	9788575591444	1		

18	A revolução brasileira	Caio Prado Jr.	Brasiliense	2020	9788511080049	1		
19	História econômica do Brasil	Caio Prado Jr.	Brasiliense	2012	9788511130171	1		
20	Análise de políticas públicas: Diagnóstico de problemas, recomendação de soluções	Leonardo Secchi	Cengage Learning	2016	9788522125463	1		
21	Manual De Estruturação De Concessões E Parcerias Público-Privadas	Carlos José Guimarães Cova	Cengage Learning	2018	9788522127788	1		
22	Contabilidade financeira: Introdução aos conceitos, métodos e práticas	Jannifer Francis , Katherine Schipper , Roman Weil	Cengage Learning	2016	9788522125012	1		
23	A integração do negro na sociedade de classes	Florestan Fernandes	Contracorrente	2021	9786588470350	1		
24	A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica	Florestan Fernandes	Contracorrente	2020	9788569220749	1		
25	Avaliação de Políticas Públicas e Garantia de Direitos	Silvia da Silva Tejedás	Cortez	2020	9788524927621	1		
26	Conselhos Gestores e Participação sociopolítica	Maria da Gloria Gohn	Cortez		9788524917639	1		
27	Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática	Raquel Raichelis	Cortez		9788524923241	1		
28	Estado, Classe e Movimento Social	Carlos Montañó, Maria Lucia Duriguetto	Cortez	2017	9788524918575	1		
29	O Local e o global: limites e desafios da participação cidadã	Elenaldo Teixeira	Cortez	2012	9788524907951	1		

30	Política Social - fundamentos e história	Elaine Rossetti Behring, Ivanete Boschetti	Cortez	2018	9788524912597	1		
31	Serviço Social e reforma sanitária - lutas sociais e práticas profissionais	Maria Inês Souza Bravo	Cortez	2015	9788524918506	1		
32	A Consensualidade na Administração Pública e as Parcerias com as Organizações sociais	Edson Alves Filho	Dialética	2025	9786527085140	1		
33	A Resolução Alternativa de Conflitos Verticais: a mediação na Administração Pública	Jammes Miller Bessa	Dialética	2024	9786527037392	1		
34	Auditoria governamental na gestão pública e eficácia de gestão: para um modelo organizacional integrador	Edmilson Borges de Moura	Dialética	2024	9786527015048	1		
35	Concurso de pessoas nos crimes contra a Administração Pública: um estudo sobre a teoria do domínio do fato	Guilherme de Sá Meneghin	Dialética	2024	9786527029151	1		
36	Contribuição para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos de obras da construção civil	Thiago de Oliveira Ribeiro	Dialética	2022	9786525235349	1		
37	Crimes contra as Finanças Públicas e Responsabilidade Fiscal	Divo Augusto P. A. Cavadas	Dialética	2025	9786527083726	1		
38	Direito Fundamental à Cidade Inteligente: Marco Jurídico, Fontes de Financiamento e Estratégias para os	Diogo de Calasans Melo Andrade	Dialética	2025	9786527083894	1		

	Gestores Públicos Municipais							
39	Dolo na Improbidade Administrativa: A exigência do dolo específico no ato ímprobo e suas implicações ao princípio da moralidade	Paulo Ayres Filho	Dialética	2025	9786527064985	1		
40	Função Social dos Tribunais de Contas no Sistema Constitucional Brasileiro: Probidade - Direitos Coletivos	Jorge R. V. Aguiar Filho	Dialética	2025	9786527069904	1		
41	Gestão Democrática Municipal: a experiência do Plano Diretor Participativo	Daniel Ivo Neri Grave	Dialética	2025	9786525262659	1		
42	Instrumental Metodológico para Avaliação de Acessibilidade Física em Edificações de Interesse Histórico	Gisela Aguiar Soares Coutinho Seixas	Dialética	2025	9786527041924	1		
43	Lei de responsabilidade fiscal: a institucionalização do estado brasileiro em defesa do capital financeiro	Samuel Costa Filho	Dialética	2021	9786559569069	1		
44	Manual de Direito Previdenciário: Um roteiro de estudo esquematizado	Mauro Salles Ferreira Leite	Dialética	2025	9786527073482	1		
45	O controle do orçamento público como instrumento de responsabilidade fiscal e probidade administrativa	Cristina Elena Bernardi Iaroszkeski	Dialética	2021	9786558779490	1		
46	O direito à cidade e o financiamento da política urbana pelas Operações Urbanas: perspectivas críticas e	Bruno Fernandes	Dialética	2026	9786527085119	1		

	interdisciplinares sobre a encriptação na cidade							
47	O Impacto das Políticas Públicas no Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres	Claudia Ribeiro	Dialética	2025	9786527070818	1		
48	O Município: A estrutura organizacional	Marco Antonio Ferreira	Dialética	2025	9786527079057	1		
49	Obras e serviços de engenharia na nova lei de licitações e contratos administrativos: novas perspectivas	Patricia Andreato Leme	Dialética	2023	9786525280752	2		
50	Registro dos resultados e benefícios da atividade de auditoria interna: sistema criado a partir do PMBOK®	Eufrásia de Souza Melo	Dialética	2024	9786527047964	1		
51	Da República	Cícero	Edipro	2021	9786556600369	1		
52	Política	Aristóteles	Edipro	2019	9788552100355	1		
53	Branco e negro em São Paulo	Florestan Fernandes, Roger Bastide	Global	2008	9788526012585	1		
54	Linhagens do pensamento político brasileiro	Gildo Marçal Brandão	Hucitec	2010	9788560438365	1		
55	Violências e suas configurações: vulnerabilidades, injustiças e desigualdades sociais	organização Lina Faria	Hucitec	2020	9786586039160	1		
56	A loteria do nascimento: Filha do porteiro termina universidade, mas não alcança filho do rico	Michael França e Fillipi Nascimento	Jandaíra	2025	9786550941598	1		

57	Considerações sobre o governo representativo	Stuart Mill	LaFonte		9786558701927	1		
58	Monarquia	Dante Alighieri	LaFonte	2017	9788581862453	1		
59	Engenharia legal aplicada ao labirinto das obras públicas	José Eduardo Guidi	Leud	2023	978-8574564463	1		
60	Dois tratados sobre o governo	John Locke	Martins Editora	2020	9788580633801	1		
61	Teoria Geral do Direito e do Estado	Hans Kelsen	Martins Editora	2016	9788580632668	1		
62	Teoria Geral do Estado	Thomas Fleiner-Gerster	Martins Editora	2006	9788533622746	1		
63	Mudanças climáticas e a COP 30: Justiça climática, direitos humanos e a governança ambiental internacional	Coords. André Geraldes, Marijane Vieira Lisboa, Fabrizio Ridolfo Prado	Matrioska Editora	2025	9786584999657	1		
64	Os estoicos	Organizador Brad Inwood	Odysseus Editora	2022	9786588738092	1		
65	Perícia e auditoria de obras públicas	Raul Omar de Oliveira Dantas	Oficina de Textos	2024	9788579753718	1		
66	Planejamento e controle de obras	Aldo Dórea Mattos	Oficina de Textos	2019	9788579753459	1		
67	Defesa Recursal nos Tribunais de Contas	Coordenador Rennan Thamay ; Autores: Sergio Ricardo de Almeida, Grhegory Paiva Pires Moreira Maia, Carlos Alexandre Pereir, Vitor Gonçalves Pinho	Tirant Lo Blanch	2025	9788594776754	1		
68	Lições sobre Proibidade Administrativa : de acordo com as modificações da lei 14.230/21	José Alexandre Zachia Alan	Tirant Lo Blanch Brasil	2025	9788594777256	1		

69	Tribunais de contas e o acesso à justiça consensual no Brasil	coord. Rennan Thamay	Tirant Lo Blanch Brasil	2025	9788594776983	1		
70	A democracia e seus críticos	Robert A. Dahl	WMF Martins Fontes	2012	9788578274863	1		
71	Força de lei	Jacques Derrida	WMF Martins Fontes	2018	9788546901883	1		
72	Teoria Geral do Direito	Jean-Louis Bergel	WMF Martins Fontes	2006	9788533621763	1		
73	Tratado sobre a tolerância: a propósito da morte de Jean Calas	Voltaire ; tradutor Paulo Neves	WMF Martins Fontes	2024	9788546904907	1		
74	Uma breve história da teoria do direito ocidental	John Maurice Kelly	WMF Martins Fontes	2010	9788578271282	1		
75	Uma introdução aos direitos	William A. Edmundson	WMF Martins Fontes	2006	9788533623101	1		
					TOTAL	76	R\$	R\$

Valor total R\$___ (por extenso).

VALIDADE DA PROPOSTA: Será de _____ dias contados a partir da data de abertura da Sessão Pública (mínimo de 60 dias).

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: conforme Anexo III - Minuta de Dados para Empenho

INFORMAÇÕES PARA PAGAMENTO: banco____, número da conta _____ e agência ____.

[Local], ____ de _____ de 2026.

(Assinatura do responsável da proponente)

NOME:/RG -----

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME/EPP E INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES

Processo: TC/ 003532/2026

Dispensa Eletrônica nº 073/2026

A empresa, inscrita no CNPJ sob nº....., por intermédio de seu representante legal infra-assinado, Sr(a)., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, **DECLARA**, sob as penas do artigo 299 do Código Penal que:

I – Se enquadra na condição de **Microempresa (ME)** ou **Empresa de Pequeno Porte (EPP)**, nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006;

II – Não incorre em nenhuma das vedações previstas no § 4º do artigo 3º da referida Lei, especialmente aquelas relacionadas à participação societária, faturamento, natureza jurídica e atividades impeditivas;

III – Inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento da condição de ME ou EPP.

[Local], ____ de _____ de 2026.

Assinatura do responsável pela empresa proponente

Nome legível: _____

RG: _____

Cargo: _____

Empresa: _____

Obs. A declaração de ME/EPP deverá ser apresentada com os documentos de HABILITAÇÃO (subitem 8.14.1 do Edital).

ANEXO IV

ANEXO DE EMPENHO – GRUPO I

CONTRATANTE: TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

CONTRATADA: <DENOMINAÇÃO SOCIAL EMPRESA>

CNPJ: Nº

ENDEREÇO:

TELEFONE:

ENDEREÇO ELETRÔNICO (e-mail):

OBJETO DO CONTRATO: Aquisição de material bibliográfico, constituído por livros impressos, destinado a compor o acervo da biblioteca e para atender às demandas dos Gabinetes, Unidades do TCMSP, professores e alunos da pós-graduação da EGC.

GRUPO: I

VALOR: R\$ _____

PROCESSO Nº: TC/003235/2026

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente Nota de Empenho a aquisição de material bibliográfico, constituído por livros impressos, destinado a compor o acervo da biblioteca e para atender às demandas dos Gabinetes, Unidades do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, professores e alunos da pós-graduação da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. A proposta da **CONTRATADA**;

1.2.3. Demais documentos que instruem esta contratação e anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. O valor total desta Nota de Empenho é de <R\$ _____, __> <(valor por extenso)>, estando o preço unitário e a quantidade a seguir discriminados:

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORIA	ANO	ISBN	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Administração financeira: teoria e prática	Alexandre Assaf Neto e Fabiano Guasti Lima	Atlas	2025	9786559776733	1	R\$	R\$
02	Contabilidade avançada	Ricardo Rios, José Carlos Marion	Atlas	2024	9786559775477	1	R\$	R\$
03	Curso de Filosofia do Direito	Eduardo Bittar, Guilherme Assis de Almeida	Atlas	2026	9786559778102	1	R\$	R\$
04	Economia brasileira contemporânea	Amaury P. Gremaud, Marco Antonio S. de Vasconcellos, Rudinei Toneto Jr., Sérgio N. Sakurai	Atlas	2024	9786559776443	1	R\$	R\$

05	Fundamentos de Metodologia Científica	Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos	Atlas	2021	9788597026566	1	R\$	R\$
06	Gestão da qualidade: teoria e prática	Edson Paladini	Atlas	2024	9786559776566	1	R\$	R\$
07	Introdução ao Estudo do Direito: Técnica, Decisão, Dominação	Tercio Sampaio Ferraz Jr.	Atlas	2025	9786559777488	1	R\$	R\$
08	LC 214/2025 comentada: reforma tributária - IBS, CBS e IS	Hugo de Brito Machado Segundo	Atlas	2025	9786559777112	1	R\$	R\$
09	Métodos e Técnicas de Pesquisa Social	Antonio Carlos Gil	Atlas	2019	9788597020571	1	R\$	R\$
10	Orçamento, Contabilidade e Gestão No Setor Público	Diana Vaz de Lima	Atlas	2022	9786559773121	1	R\$	R\$
11	Constituição da República Federativa do Brasil		Atlas	2026	9786559778423	10	R\$	R\$
12	Contabilidade básica	José Carlos Marion	Atlas	2022	9786559773213	1	R\$	R\$
13	LC 227/2026 comentada: reforma tributária - IBS (processo administrativo) e ITCDM	Hugo de Brito Machado Segundo	Atlas	2026	9786559778300	1	R\$	R\$
14	Gestão pública	Edson Ronaldo Nascimento	Atlas	2025	9788571442450	1	R\$	R\$

15	A condição humana	Hannah Arendt	Forense	2016	9788530972165	1	R\$	R\$
16	Curso de direito processual civil, volume 1	Humberto Theodoro Junior	Forense	2026	9788530998288	1	R\$	R\$
17	Curso de direito processual civil, volume 2	Humberto Theodoro Junior	Forense	2026	9788530998325	1	R\$	R\$
18	Curso de direito processual civil, volume 3	Humberto Theodoro Junior	Forense	2026	9788530998363	1	R\$	R\$
19	Curso de direito processual penal	Guilherme de Souza Nucci	Forense	2025	9788530996635	1	R\$	R\$
20	Curso de direito tributário	Solon Sehn	Forense	2025	9788530996697	1	R\$	R\$
21	Ética a Nicômaco	Aristóteles	Forense	2017	9788530976378	1	R\$	R\$
22	Introdução Ao Estudo do Direito	Paulo Nader	Forense	2025	9788530996895	1	R\$	R\$
23	Lei de responsabilidade fiscal comentada	Marcus Abraham	Forense	2021	9788530990459	1	R\$	R\$
24	Teoria do Estado e da Constituição	Jorge Miranda	Forense	2019	9788530979881	1	R\$	R\$
25	Teoria pura do direito	Hans Kelsen	Forense	2021	9788530992071	1	R\$	R\$
26	Manual de Licitações e Contratos Administrativos	Maria S. Di Pietro, Edgar Guimarães, Fabrício Motta, Luciano Ferraz, Thiago Marrara e Victor Amorim	Forense	2026	9788530999483	1	R\$	R\$
27	Curso de Direito Ambiental	Ingo Wolfgang Sarlet, Tiago	Forense	2026	9788530998608	1	R\$	R\$

		Fensterseifer						
28	Estatística para cursos de engenharia, computação e ciência de dados	Pedro Alberto Barbeta, Antonio Cezar Bornia e Marcelo Menezes Reis	LTC	2024	9788521638810	1	R\$	R\$
29	Estruturas de Madeira	Walter Pfeil, Michèle Pfeil	LTC	2003	9788521613855	1	R\$	R\$
30	Materiais de Construção - Volume Único	Luiz Alfredo Falcão Bauer, João Fernando Dias	LTC	2025	9788521639053	1	R\$	R\$
31	Patologia das Construções	Jean Rodrigo Garcia e Paulo José Rocha de Albuquerque	LTC	2025	9788521639091	1	R\$	R\$
32	Algoritmos	Thomas Cormen, Charles E. Leiserson, Clifford Stein	LTC	2024	9788595159907	1	R\$	R\$
33	Inteligência Artificial - Uma Abordagem de Aprendizado de Máquina	Katti Faceli, Ana Carolina Lorena, João Gama, Tiago A. de Almeida e André C. P. L. F de Carvalho	LTC	2025	9788521639206	1	R\$	R\$
34	Fundamentos e Exemplos de Aplicação da NBR-6123	Acir Mercio Loredou Souza, Marcelo Maia Rocha e Michèle Pfeil	LTC	2026	9788521639183	1	R\$	R\$
35	BIM e Inovação em Gestão de Projetos	Leonardo Manzione, Silvio Melhado e Claudino Lins	LTC	2021	9788521637592	1	R\$	R\$

		Nóbrega Jr.						
36	BIM: Concepção, Construção e Operação - Ensino e Prática	Regina Coeli Ruschel, Mariana Monteiro Xavier e Jeferson Spiering Böes	LTC	2025	9788521639015	1	R\$	R\$
37	Engenharia ambiental: conceitos, tecnologias e gestão	Maria Calijuri e Davi Gasparini	LTC	2019	9788535290479	1	R\$	R\$
38	Engenharia e Meio Ambiente: Aspectos Conceituais e Práticos	Ana Silvia P. Santos, Alfredo A. Ohnuma Jr.	LTC	2021	9788521636274	1	R\$	R\$
39	Afo e orçamento público	Marcus Abraham	Método	2025	9788530995553	1	R\$	R\$
40	Controle Externo Teoria e Jurisprudência para os Tribunais de Contas	Luiz Henrique Lima	Método	2025	9788530997236	1	R\$	R\$
41	Curso de direitos humanos	Valerio de Oliveira Mazzuoli	Método	2026	9788530998882	1	R\$	R\$
42	Manual de direito tributário: volume único	Gabriel Quintanilha	Método	2025	9788530997120	1	R\$	R\$
43	Constituição da República Federativa do Brasil		Saraiva Jur	2026	9786551771156	1	R\$	R\$
44	Contabilidade geral e avançada	Eugenio Montoto	SaraivaJur	2025	9788553624447	2	R\$	R\$

45	Curso de Direito Constitucional	Andre Ramos Tavares	SaraivaJur	2025	9788553624461	1	R\$	R\$
46	Curso de direito tributário	Alexandre Mazza	SaraivaJur	2025	9788553625925	1	R\$	R\$
47	Curso de direito tributário e financeiro	Claudio Carneiro	SaraivaJur	2025	9788553624324	1	R\$	R\$
48	Curso de processo penal	Edilson Mougnot Bonfim	SaraivaJur	2025	9788553625840	1	R\$	R\$
49	Direitos fundamentais	Thorsten Kingreen e Ralf Poscher	SaraivaJur	2025	9786553629394	1	R\$	R\$
50	Fundamentos do processo penal	Aury Lopes Jr.	SaraivaJur	2025	9788553625604	1	R\$	R\$
51	Manual de Direito Ambiental	Terence Trennepohl	SaraivaJur	2025	9788553625369	1	R\$	R\$
52	Manual de direito penal: parte geral	Gustavo Octaviano Diniz Junqueira, Maria Patrícia Vanzolini Figueiredo	SaraivaJur	2025	9788553625246	1	R\$	R\$
53	Manual de direito processual civil	Cassio Scarpinella Bueno	SaraivaJur	2026	9786551770623	1	R\$	R\$
54	Teoria Geral do Estado	Reinhold Zippelius	SaraivaJur	2016	9788502617971	1	R\$	R\$
55	Tratado de direito penal, volume 1: parte geral	Cezar Roberto Bitencourt	SaraivaJur	2025	9788553627622	1	R\$	R\$
56	Tratado de direito penal, volume 2: parte especial	Cezar Roberto Bitencourt	SaraivaJur	2025	9788553627608	1	R\$	R\$
57	Tratado de direito	Cezar Roberto	SaraivaJur	2025	9788553627585	1	R\$	R\$

	penal, volume 3: parte especial	Bitencourt						
58	Tratado de direito penal, volume 4: parte especial	Cezar Roberto Bitencourt	SaraivaJur	2025	9788553627578	1	R\$	R\$
59	Tratado de direito penal, volume 5: parte especial	Cezar Roberto Bitencourt	SaraivaJur	2025	9788553627523	1	R\$	R\$
60	Tratado de direito penal, volume 6: parte especial	Cezar Roberto Bitencourt	SaraivaJur	2025	9788553627547	1	R\$	R\$
61	Matemática financeira	Abelardo de Lima Puccini	SaraivaUni	2022	9786587958057	1	R\$	R\$

2.1.1. No valor contratado estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, tais como impostos (federais, estaduais e/ou municipais), taxas, salários, transporte, seguros, fretes, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e seguros de acidente de trabalho, despesas com deslocamentos, enfim, todas as despesas e materiais necessários para atender o objeto desta contratação, bem assim deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos.

2.1.2. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos valores, não se justificando pedidos de acréscimos a qualquer título.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA, DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

3.1. O prazo de vigência da contratação será de 90 (noventa) dias corridos, contados da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

3.2. A Nota de Empenho será emitida em data a ser definida pelo **CONTRATANTE**.

3.2.1. O envio da Nota de Empenho se dará de forma eletrônica (*e-mail*), com prazo de 48 (quarenta e oito) horas para confirmação do recebimento do *e-mail*. Transcorrido o referido prazo sem manifestação expressa da **CONTRATADA**, considerar-se-á iniciada a contagem do prazo estabelecido na subcláusula 3.3 para entrega dos bens.

3.3. O prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho.

3.3.1. O fornecimento poderá ocorrer de forma parcelada, desde que cada entrega parcial respeite o prazo global estabelecido no item 3.1. Cada entrega deverá ser acompanhada da respectiva Nota Fiscal/Fatura referente exclusivamente aos itens entregues, permitindo a realização de ateste e liquidação parcial, conforme art. 63 da Lei nº 4.320/1964.

3.4. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

3.5. O objeto ora contratado será recebido, provisória e definitivamente, pelo fiscal da contratação, conforme estabelecido no Termo de Referência, observadas as disposições do artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e dos artigos 140 e 141 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

CLÁUSULA QUARTA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO DO OBJETO E GESTÃO DO CONTRATO

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam do Termo de Referência, anexo a esta Nota de Empenho.

CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1. É vedada à **CONTRATADA** a subcontratação total ou parcial do objeto deste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1. Os critérios de medição e as demais condições a eles referentes encontram-se definidos no Termo de Referência anexo a esta Nota de Empenho.

6.2. O(s) pagamento(s) será(ão) realizado(s) em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da nota fiscal ou documento equivalente, mediante ateste do responsável pela fiscalização da contratação, dos documentos exigidos em lei ou nesta Nota de Empenho, desde que cumpridas todas as exigências legais e contratuais pela **CONTRATADA**, por meio de depósito em conta corrente ou de ficha de compensação, ambas de titularidade da **CONTRATADA**.

6.3. Antes dos pagamentos, o **CONTRATANTE** efetuará consulta ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN. A existência de registro no CADIN impede a realização de pagamento, conforme estabelecido no inciso II, art. 3º, da Lei Municipal nº 14.094/2005.

6.4. Na hipótese de erro ou divergência com as condições contratadas, a nota fiscal ou documento equivalente será recusada pelo **CONTRATANTE**, mediante declaração expressa das razões da desconformidade, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data da apresentação da nova nota fiscal ou documento equivalente, devidamente corrigida.

6.5. Os pagamentos efetuados com atraso, por culpa exclusiva do **CONTRATANTE**, terão o valor do principal corrigido monetariamente pelo índice de remuneração básica da caderneta de poupança e incidência de juros simples, no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, para fins de compensação da mora (TR + 0,5% *pro-rata tempore*), observando-se, para

tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorrer (conforme Portaria nº 05/2012-SF).

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações do CONTRATANTE:

7.1.1. Exigir, da **CONTRATADA**, o cumprimento de todas as obrigações descritas no Termo de Referência, neste instrumento, bem como dos demais documentos vinculantes à execução do objeto desta contratação e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, bem como no artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e nos artigos 140 e 141 do Decreto Municipal nº 62.100/2022;

7.1.3. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto e o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**;

7.1.5. Indicar o servidor que atuará como fiscal da contratação;

7.1.6. Rejeitar, justificadamente, no todo ou em parte, a execução do objeto da contratação realizada em desacordo com a especificação, inclusive na hipótese execução por terceiros sem autorização;

7.1.7. Comunicar a **CONTRATADA** para emissão de nota fiscal ou documento equivalente relativa à parcela incontroversa da execução deste instrumento, para efeito de liquidação e

pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade e quantidade, conforme o artigo 143 da Lei Federal nº 14.133/2021;

7.1.8. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** do valor correspondente à execução deste instrumento, no prazo, forma e condições estabelecidos na presente Nota de Empenho e no Termo de Referência;

7.1.9. Aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas na lei e neste instrumento;

7.1.10. Não praticar atos de ingerência na administração da **CONTRATADA**;

7.1.11. Cientificar os setores competentes para a adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela **CONTRATADA**;

7.1.12. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente instrumento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução contratual.

7.2. O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.3. Proporcionar à **CONTRATADA** as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente a entrega e, quando aplicável, a montagem e a instalação dos bens contratados, prestando as informações e os esclarecimentos que venham a ser por ela solicitados.

7.4. Verificar, durante a vigência da contratação, a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

7.5. Verificar minuciosamente, nos prazos fixados, a conformidade do objeto perante as especificações constantes deste Termo de Referência e da Proposta Comercial, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

7.6. Emitir os Termos de Recebimento Provisório e Definitivo, conforme disposto no artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e artigos 140 e 141 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência, de sua proposta, deste instrumento e de eventuais anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

8.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da presente contratação ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

8.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao **CONTRATANTE** ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos o valor correspondente aos danos sofridos.

8.4. Manter atualizadas, durante a vigência da contratação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para esta contratação, compreendendo seus dados cadastrais.

8.5. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas por este instrumento, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE** e não poderá onerar o objeto deste instrumento.

- 8.6.** Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 8.7.** Efetuar comunicação ao **CONTRATANTE**, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização da entrega no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 8.8.** Manter, durante toda a vigência deste instrumento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação.
- 8.9.** Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação que for solicitado pela fiscalização deste instrumento.
- 8.10.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento deste instrumento.
- 8.11.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 124, inciso II, alínea d, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 8.12.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.
- 8.13.** Alocar os empregados e recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste instrumento, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- 8.14.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos.

8.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.

8.16. Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações referentes a esta contratação.

8.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho.

8.18. Designar e manter preposto aceito pelo **CONTRATANTE** para representá-la na execução deste instrumento.

8.18.1. A indicação ou a manutenção do preposto da **CONTRATADA** poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.19. Não contratar, durante a vigência deste instrumento, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE** ou de agente público que tenha desempenhado função na contratação direta ou que atue na fiscalização ou gestão deste instrumento, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.20. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto contratado.

8.21. Garantir o acesso do **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, aos documentos relativos à execução do objeto contratado.

8.22. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo responsável pela fiscalização do objeto contratado, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

8.23. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas do **CONTRATANTE**.

8.24. Responsabilizar-se por quaisquer ações judiciais, reivindicações ou reclamações, sendo a **CONTRATADA** considerada como única e exclusiva responsável por todos os ônus com que o **CONTRATANTE** venha a arcar, em qualquer época, decorrentes de tais ações oriundas do objeto do presente instrumento.

CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a **CONTRATADA** ao:

- a) Dar causa à inexecução parcial deste instrumento;
- b) Dar causa à inexecução parcial deste instrumento que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total deste instrumento;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução deste instrumento;
- f) Praticar ato fraudulento na execução deste instrumento;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

9.2. O cometimento destas ou de qualquer outra infração prevista em Lei, condizente com a execução deste instrumento, sujeitará a **CONTRATADA** à aplicação das penalidades descritas nesta cláusula nona.

9.3. Serão aplicadas à **CONTRATADA** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.3.1. Advertência, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do objeto da contratação, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.3.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subcláusula 9.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subcláusula 9.1, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

9.3.4. Multa:

9.3.4.1. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a” da subcláusula 9.1, de 10% (dez por cento) do valor da contratação.

9.3.4.2. Compensatória, para a infração descrita na alínea “b” da subcláusula 9.1, de 12% (doze por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

9.3.4.3. Compensatória, para a inexecução total do objeto, prevista na alínea “c” da subcláusula 9.1, de 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

9.3.4.4. Moratória, para as infrações descritas na alínea “d” da subcláusula 9.1, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total da contratação, até o limite de 10 (dez) dias corridos.

9.3.4.4.1. Nos casos em que o atraso na entrega dos bens comprometa sua finalidade, prejudique ou inviabilize o objeto, será caracterizada a inexecução total do objeto, inclusive sem haver o pagamento dos serviços contratados pela ausência de sua execução.

9.3.4.5. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” da subcláusula 9.1, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

9.3.4.6. Compensatória, de 1% (um por cento) por ocorrência que caracterize o descumprimento das demais obrigações decorrentes deste instrumento e do Termo de Referência, calculada sobre o seu valor total, limitada a 10% (dez por cento).

9.4. As penalidades serão aplicadas, salvo se houver motivo de força maior ou caso fortuito, justificado e aceito, a critério exclusivo do **CONTRATANTE**.

9.5. A soma das penalidades não excederá a 30% (trinta por cento) do valor total deste instrumento.

9.6. As penalidades são independentes, ou seja, a aplicação de uma não exclui a das outras, devendo ser recolhidas ou descontadas de pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE**, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir de sua comunicação à **CONTRATADA** ou, ainda, se for o caso, cobradas judicialmente.

9.7. O não recolhimento das multas, no prazo previsto, ensejará a incidência de atualização monetária e juros moratórios, calculados em conformidade com a Lei Municipal nº 13.275/2002 e sujeitará a **CONTRATADA** à aplicação do disposto no artigo 156, §8º da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.8. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE**.

9.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos

do artigo 158 da Lei Federal nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.12. No caso de aplicação de eventuais penalidades, será observado o procedimento previsto no Título IV, do Capítulo I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.13. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.13.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

9.13.2. As peculiaridades do caso concreto;

9.13.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.13.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.13.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. O uso de dados, informações e conteúdo eventualmente oriundos do objeto contratado está limitado à finalidade da prestação do objeto, sendo vedado seu uso para finalidades diferentes da expressamente determinada neste documento, sem o prévio consentimento do **CONTRATANTE**, não podendo os dados serem tratados posteriormente de forma incompatível com essa finalidade, incluindo operações de coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação

ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração dos dados.

10.1.1. As políticas de proteção de dados pessoais estabelecidas pelo **CONTRATANTE** e as previsões da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD prevalecerão sobre quaisquer disposições eventualmente diversas no presente instrumento e demais documentos que instruem este procedimento.

10.2. A **CONTRATADA** deverá prestar esclarecimentos ao **CONTRATANTE**, sobre eventuais atos ou fatos noticiados que se refiram ao tema desta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência da garantia de execução contratual, prevista nos artigos 96 e seguintes da Lei nº Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica do **CONTRATANTE**.

12.3. Registros que não caracterizam alteração do instrumento podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do artigo 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - REAJUSTE

13.1. Os preços serão reajustados aplicando-se o índice IPC-FIPE (mês de referência ____/____), acumulado em 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado (____/____/____).

13.2. A **CONTRATADA** deverá, caso seja solicitado pelo **CONTRATANTE**, instruir o pedido de reajuste com a documentação pertinente, para conferência e para homologação dos cálculos pelo **CONTRATANTE**.

13.3. O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da **CONTRATADA**, nos termos da subcláusula 13.1.

13.4. Na hipótese de divergência de valores entre o apresentado pela **CONTRATADA** e o conferido pelo **CONTRATANTE**, prevalecerá o verificado pelo **CONTRATANTE**, até que as partes dirimam a controvérsia.

13.5. O reajuste concedido será registrado por meio de apostila.

13.6. Eventuais revisões extraordinárias de preços somente poderão ser admitidas nos termos do artigo 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que comprovada a ocorrência de fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, devidamente demonstrada a variação dos custos e mediante autorização formal da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas resultantes do presente instrumento correrão por conta dos recursos constantes da(s) _____ dotação(ões) _____ orçamentária(s) < _____ > e, no próximo exercício, se for o caso, à conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s) prevista(s) para atender a despesas da mesma natureza.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Aplicam-se ao presente a Lei Federal nº 14.133/2021, o Decreto Municipal nº 62.100/2022 e legislação correlata, e, quando for o caso, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado, inclusive as específicas para o objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no artigo 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao artigo 91, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca desta Capital para solução de quaisquer litígios relativos ao presente instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ANTICORRUPÇÃO

18.1. Para a execução deste instrumento, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta, quanto ao objeto deste instrumento, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma, conforme disposto no artigo 114, inciso II, do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

ANEXO DE EMPENHO – GRUPO II

CONTRATANTE: **TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

CONTRATADA: **<DENOMINAÇÃO SOCIAL EMPRESA>**

CNPJ: **Nº**

ENDEREÇO:

TELEFONE:

ENDEREÇO ELETRÔNICO (*e-mail*):

OBJETO DO CONTRATO: Aquisição de material bibliográfico, constituído por livros impressos, destinado a compor o acervo da biblioteca e para atender às demandas dos Gabinetes, Unidades do TCMSP, professores e alunos da pós-graduação da EGC.

GRUPO: **II**

VALOR: **R\$ _____**

PROCESSO Nº: **TC/003235/2026**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.3. Constitui objeto da presente Nota de Empenho a aquisição de material bibliográfico, constituído por livros impressos, destinado a compor o acervo da biblioteca e para atender às demandas dos Gabinetes, Unidades do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, professores e alunos da pós-graduação da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

1.4. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.4.1. O Termo de Referência;

1.4.2. A proposta da **CONTRATADA**;

1.4.3. Demais documentos que instruem esta contratação e anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. O valor total desta Nota de Empenho é de <R\$ _____,> <(valor por extenso)>, estando o preço unitário e a quantidade a seguir discriminados:

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORIA	ANO	ISBN	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Direitos humanos e políticas públicas: o direito como instrumento de inclusão social	Humberto Bersani (org.)	Casa do Direito	2020	9786586025767	1	R\$	R\$
02	A celebração de acordos pela administração pública	Stela Hühne Porto	Fórum	2025	9788545008439	1	R\$	R\$
03	A legalidade administrativa	Odete Medauar	Fórum	2025	9788545009979	1	R\$	R\$
04	A licitação como instrumento de efetivação de políticas públicas sociais	Tiago Nunes	Fórum	2025	9788545008071	1	R\$	R\$

05	Agências reguladoras: da organização administrativa piramidal à governança em rede	Sérgio Guerra	Fórum	2023	9786555185010	1	R\$	R\$
06	Arbitragem e obras públicas: em busca do interesse público e da eficiência	Nicola Espinheira da Costa Khoury	Fórum	2025	9786555188059	1	R\$	R\$
07	As sanções nas contratações públicas	Aniello Parziale	Fórum	2025	9788545008293	1	R\$	R\$
08	Bem jurídico e funcionalismo sistêmico	Carlos Augusto Machado de Brito	Fórum	2025	9786555188790	1	R\$	R\$
09	Bens públicos em rede	Fábio Paulo Reis de Santana	Fórum	2025	9788545008569	1	R\$	R\$
10	Comentários à lei de licitações e contratos administrativos – volume 1	coord. Cristiana Fortini, Rafael Sérgio Lima de Oliveira, Tatiana Camarão	Fórum	2023	9786555185744	1	R\$	R\$
11	Comentários à lei de processo administrativo	coord. Rafael Ramos	Fórum	2025	9788545009672	10	R\$	R\$
12	Comentários aos crimes em licitação e contratos	Flávio Garcia Cabral, Fábio Ianni	Fórum	2025	9786545007869	1	R\$	R\$

		Goldfinger						
13	Compliance nas contratações públicas	Rodrigo Pironti Aguirre de Castro, Mirela Miró Ziliotto	Fórum	2021	9786555182781	1	R\$	R\$
14	Contratações públicas para a inovação	Rafael Carvalho de Fassio	Fórum	2025	9786555189209	1	R\$	R\$
15	Contratos administrativos: manual para gestores e fiscais de acordo com a Lei nº 14.133/2021	Gabriela Verona Pércio	Fórum	2025	978-65-5518-860-8	1	R\$	R\$
16	Contratos de obras públicas: uma visão gerencial	André Kuhn	Fórum	2022	978-6555183498	2	R\$	R\$
17	Controle da Eficiência do Gasto Orçamentário	Ana Carla Bliacheriene	Fórum	2016	9788545001461	1	R\$	R\$
18	Controle externo e as mutações do direito público	Luiz Henrique Lima, Daniela Zago Gonçalves da Cunda	Fórum	2025	9786555189490	1	R\$	R\$
19	Curso de Direito Administrativo	Carolina Zancaner Zockun , Celso Antônio Bandeira de Mello , Weida Zancaner , Maurício	Fórum	2025	9786555189711	1	R\$	R\$

		Zockun						
20	Curso de direito financeiro	Regis Fernandes de Oliveira	Fórum	2025	9786555189353	2	R\$	R\$
21	Diálogo competitivo	Guilherme F. Dias Reisdorfer	Fórum	2025	9786555187939	1	R\$	R\$
22	Direito à cidade: fundamentos jurídicos e desafios urbanos	Harley Diniz Sousa de Carvalho	Fórum	2025	9788545009139	1	R\$	R\$
23	Direito administrativo e controle de contas	org. André Rosilho	Fórum	2023	9786555184914	1	R\$	R\$
24	Discricionariedade e controle jurisdicional	Celso Antônio Bandeira de Mello	Fórum	2025	9786555187922	1	R\$	R\$
25	Eficácia das normas constitucionais e direitos sociais	Celso Antônio Bandeira de Mello	Fórum	2025	9786555188042	1	R\$	R\$
26	Grandes temas de direito administrativo	Celso Antônio Bandeira de Mello	Fórum	2025	9786555187908	1	R\$	R\$
27	Julgamento e juízo de contas no Brasil	Weder de Oliveira	Fórum	2025	9788545008767	1	R\$	R\$
28	O novo sistema de registro de preços	Aniello Parziale, Antonio Cecílio Moreira Pires	Fórum	2025	9786555186758	1	R\$	R\$

29	O planejamento das contratações: estudos técnicos preliminares e termos de referência	coordenador as Madeline Rocha Furtado , Monique Rafaella Rocha Furtado	Fórum	2025	9786555189445	1	R\$	R\$
30	Obras públicas: manual de planejamento, contratação e fiscalização	Paulo Sérgio de Monteiro Reis	Fórum	2025	9786555189391	1	R\$	R\$
31	Parcerias com o terceiro setor	coord. Fabrício Motta , Rafael Arruda Oliveira , Fernando Mânica	Fórum	2025	9788545009269	1	R\$	R\$
32	Pareceres de direito administrativo	Celso Antônio Bandeira de Mello	Fórum	2025	9786555187830	2	R\$	R\$
33	Planejamento da licitação de obras públicas de edificação e saneamento	Gustavo Ferreira Olkowski, Marcelo Ribeiro, Rommel Dias Marques Ribas Brandão, Victor Hugo Moreira Ribeiro	Fórum	2024	9786555185560	1	R\$	R\$
34	Processo Administrativo:	Cristiana Fortini ,	Fórum	2023	9786555185676	1	R\$	R\$

	Comentários à Lei nº 9.784/1999	Tatiana Camarão , Caio Mário Lana Cavalcanti , Maria Fernanda Veloso Pires						
35	Processo administrativo: princípios constitucionais e a Lei 9.784/1999 (com especial atenção a LINDB)	Egon Bockmann Moreira	Fórum	2025	978655518871-4	1	R\$	R\$
36	Processo orçamentário	coord. Gustavo Fossati	Fórum	2024	9786555186512	1	R\$	R\$
37	Tribunais de contas do Brasil: jurisdição e competência	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes	Fórum	2025	9788545009665	1	R\$	R\$
38	Gestão participativa dos riscos & cidades sustentáveis	Benedito Antonio da Costa	Fórum	2025	9786555188493	1	R\$	R\$
39	(Des)ordem climática: propostas para um mundo em transformação	coorde. Enrique Ricardo Lewandowski	Fórum	2025	9788545007807	1	R\$	R\$
40	ESG no setor público	Glenda Grando de Meira Menezes	Fórum	2025	9788545009085	2	R\$	R\$
41	Direito ambiental: noções	Ricardo Luis Lorenzetti,	Fórum	2022	9786555183139	1	R\$	R\$

	fundamentais e de direito comparado	Pablo Lorenzetti						
42	Direito, sustentabilidade e inovação	coords. Alexandre Pasqualini, Daniela Zago Gonçalves Cunda, Rafael Ramos	Fórum	2025	9786555189575	1	R\$	R\$
43	Planejamento urbano e desenvolvimento sustentável	Giovani Ferri	Fórum	2024	9786555186161	1	R\$	R\$

2.1.1. No valor contratado estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, tais como impostos (federais, estaduais e/ou municipais), taxas, salários, transporte, seguros, fretes, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e seguros de acidente de trabalho, despesas com deslocamentos, enfim, todas as despesas e materiais necessários para atender o objeto desta contratação, bem assim deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos.

2.1.2. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos valores, não se justificando pedidos de acréscimos a qualquer título.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA, DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

3.1. O prazo de vigência da contratação será de 90 (noventa) dias corridos, contados da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

3.2. A Nota de Empenho será emitida em data a ser definida pelo **CONTRATANTE**.

3.2.1. O envio da Nota de Empenho se dará de forma eletrônica (*e-mail*), com prazo de 48 (quarenta e oito) horas para confirmação do recebimento do *e-mail*. Transcorrido o referido prazo sem manifestação expressa da **CONTRATADA**, considerar-se-á iniciada a contagem do prazo estabelecido na subcláusula 3.3 para entrega dos bens.

3.3. O prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho.

3.3.1. O fornecimento poderá ocorrer de forma parcelada, desde que cada entrega parcial respeite o prazo global estabelecido no item 3.1. Cada entrega deverá ser acompanhada da respectiva Nota Fiscal/Fatura referente exclusivamente aos itens entregues, permitindo a realização de ateste e liquidação parcial, conforme art. 63 da Lei nº 4.320/1964.

3.4. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

3.5. O objeto ora contratado será recebido, provisória e definitivamente, pelo fiscal da contratação, conforme estabelecido no Termo de Referência, observadas as disposições do artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e dos artigos 140 e 141 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

CLÁUSULA QUARTA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO DO OBJETO E GESTÃO DO CONTRATO

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam do Termo de Referência, anexo a esta Nota de Empenho.

CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1. É vedada à **CONTRATADA** a subcontratação total ou parcial do objeto deste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1. Os critérios de medição e as demais condições a eles referentes encontram-se definidos no Termo de Referência anexo a esta Nota de Empenho.

6.2. O(s) pagamento(s) será(ão) realizado(s) em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da nota fiscal ou documento equivalente, mediante ateste do responsável pela fiscalização da contratação, dos documentos exigidos em lei ou nesta Nota de Empenho, desde que cumpridas todas as exigências legais e contratuais pela **CONTRATADA**, por meio de depósito em conta corrente ou de ficha de compensação, ambas de titularidade da **CONTRATADA**.

6.3. Antes dos pagamentos, o **CONTRATANTE** efetuará consulta ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN. A existência de registro no CADIN impede a realização de pagamento, conforme estabelecido no inciso II, art. 3º, da Lei Municipal nº 14.094/2005.

6.4. Na hipótese de erro ou divergência com as condições contratadas, a nota fiscal ou documento equivalente será recusada pelo **CONTRATANTE**, mediante declaração expressa das razões da desconformidade, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data da apresentação da nova nota fiscal ou documento equivalente, devidamente corrigida.

6.5. Os pagamentos efetuados com atraso, por culpa exclusiva do **CONTRATANTE**, terão o valor do principal corrigido monetariamente pelo índice de remuneração básica da caderneta de poupança e incidência de juros simples, no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, para fins de compensação da mora (TR + 0,5% *pro-rata tempore*), observando-se, para

tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorrer (conforme Portaria nº 05/2012-SF).

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações do CONTRATANTE:

7.1.1. Exigir, da **CONTRATADA**, o cumprimento de todas as obrigações descritas no Termo de Referência, neste instrumento, bem como dos demais documentos vinculantes à execução do objeto desta contratação e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, bem como no artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e nos artigos 140 e 141 do Decreto Municipal nº 62.100/2022;

7.1.3. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto e o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**;

7.1.5. Indicar o servidor que atuará como fiscal da contratação;

7.1.6. Rejeitar, justificadamente, no todo ou em parte, a execução do objeto da contratação realizada em desacordo com a especificação, inclusive na hipótese execução por terceiros sem autorização;

7.1.7. Comunicar a **CONTRATADA** para emissão de nota fiscal ou documento equivalente relativa à parcela incontroversa da execução deste instrumento, para efeito de liquidação e

pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade e quantidade, conforme o artigo 143 da Lei Federal nº 14.133/2021;

7.1.8. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** do valor correspondente à execução deste instrumento, no prazo, forma e condições estabelecidos na presente Nota de Empenho e no Termo de Referência;

7.1.9. Aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas na lei e neste instrumento;

7.1.10. Não praticar atos de ingerência na administração da **CONTRATADA**;

7.1.11. Cientificar os setores competentes para a adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela **CONTRATADA**;

7.1.12. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente instrumento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução contratual.

7.2. O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.3. Proporcionar à **CONTRATADA** as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente a entrega e, quando aplicável, a montagem e a instalação dos bens contratados, prestando as informações e os esclarecimentos que venham a ser por ela solicitados.

7.4. Verificar, durante a vigência da contratação, a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

7.5. Verificar minuciosamente, nos prazos fixados, a conformidade do objeto perante as especificações constantes deste Termo de Referência e da Proposta Comercial, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

7.6. Emitir os Termos de Recebimento Provisório e Definitivo, conforme disposto no artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e artigos 140 e 141 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência, de sua proposta, deste instrumento e de eventuais anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

8.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da presente contratação ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

8.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao **CONTRATANTE** ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos o valor correspondente aos danos sofridos.

8.4. Manter atualizadas, durante a vigência da contratação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para esta contratação, compreendendo seus dados cadastrais.

8.5. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas por este instrumento, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE** e não poderá onerar o objeto deste instrumento.

- 8.6.** Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 8.7.** Efetuar comunicação ao **CONTRATANTE**, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização da entrega no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 8.8.** Manter, durante toda a vigência deste instrumento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação.
- 8.9.** Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação que for solicitado pela fiscalização deste instrumento.
- 8.10.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento deste instrumento.
- 8.11.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 124, inciso II, alínea d, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 8.12.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.
- 8.13.** Alocar os empregados e recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste instrumento, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- 8.14.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos.

8.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.

8.16. Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações referentes a esta contratação.

8.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho.

8.18. Designar e manter preposto aceito pelo **CONTRATANTE** para representá-la na execução deste instrumento.

8.18.1. A indicação ou a manutenção do preposto da **CONTRATADA** poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.19. Não contratar, durante a vigência deste instrumento, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE** ou de agente público que tenha desempenhado função na contratação direta ou que atue na fiscalização ou gestão deste instrumento, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.20. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto contratado.

8.21. Garantir o acesso do **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, aos documentos relativos à execução do objeto contratado.

8.22. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo responsável pela fiscalização do objeto contratado, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

8.23. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas do **CONTRATANTE**.

8.24. Responsabilizar-se por quaisquer ações judiciais, reivindicações ou reclamações, sendo a **CONTRATADA** considerada como única e exclusiva responsável por todos os ônus com que o **CONTRATANTE** venha a arcar, em qualquer época, decorrentes de tais ações oriundas do objeto do presente instrumento.

CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a **CONTRATADA** ao:

- a) Dar causa à inexecução parcial deste instrumento;
- b) Dar causa à inexecução parcial deste instrumento que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total deste instrumento;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução deste instrumento;
- f) Praticar ato fraudulento na execução deste instrumento;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

9.2. O cometimento destas ou de qualquer outra infração prevista em Lei, condizente com a execução deste instrumento, sujeitará a **CONTRATADA** à aplicação das penalidades descritas nesta cláusula nona.

9.3. Serão aplicadas à **CONTRATADA** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.3.1. Advertência, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do objeto da contratação, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.3.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subcláusula 9.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subcláusula 9.1, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

9.3.4. Multa:

9.3.4.1. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a” da subcláusula 9.1, de 10% (dez por cento) do valor da contratação.

9.3.4.2. Compensatória, para a infração descrita na alínea “b” da subcláusula 9.1, de 12% (doze por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

9.3.4.3. Compensatória, para a inexecução total do objeto, prevista na alínea “c” da subcláusula 9.1, de 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

9.3.4.4. Moratória, para as infrações descritas na alínea “d” da subcláusula 9.1, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total da contratação, até o limite de 10 (dez) dias corridos.

9.3.4.4.1. Nos casos em que o atraso na entrega dos bens comprometa sua finalidade, prejudique ou inviabilize o objeto, será caracterizada a inexecução total do objeto, inclusive sem haver o pagamento dos serviços contratados pela ausência de sua execução.

9.3.4.5. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” da subcláusula 9.1, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

9.3.4.6. Compensatória, de 1% (um por cento) por ocorrência que caracterize o descumprimento das demais obrigações decorrentes deste instrumento e do Termo de Referência, calculada sobre o seu valor total, limitada a 10% (dez por cento).

9.4. As penalidades serão aplicadas, salvo se houver motivo de força maior ou caso fortuito, justificado e aceito, a critério exclusivo do **CONTRATANTE**.

9.5. A soma das penalidades não excederá a 30% (trinta por cento) do valor total deste instrumento.

9.6. As penalidades são independentes, ou seja, a aplicação de uma não exclui a das outras, devendo ser recolhidas ou descontadas de pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE**, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir de sua comunicação à **CONTRATADA** ou, ainda, se for o caso, cobradas judicialmente.

9.7. O não recolhimento das multas, no prazo previsto, ensejará a incidência de atualização monetária e juros moratórios, calculados em conformidade com a Lei Municipal nº 13.275/2002 e sujeitará a **CONTRATADA** à aplicação do disposto no artigo 156, §8º da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.8. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE**.

9.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos

do artigo 158 da Lei Federal nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.12. No caso de aplicação de eventuais penalidades, será observado o procedimento previsto no Título IV, do Capítulo I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.13. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.13.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

9.13.2. As peculiaridades do caso concreto;

9.13.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.13.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.13.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. O uso de dados, informações e conteúdo eventualmente oriundos do objeto contratado está limitado à finalidade da prestação do objeto, sendo vedado seu uso para finalidades diferentes da expressamente determinada neste documento, sem o prévio consentimento do **CONTRATANTE**, não podendo os dados serem tratados posteriormente de forma incompatível com essa finalidade, incluindo operações de coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento,

armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração dos dados.

10.1.1. As políticas de proteção de dados pessoais estabelecidas pelo **CONTRATANTE** e as previsões da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD prevalecerão sobre quaisquer disposições eventualmente diversas no presente instrumento e demais documentos que instruem este procedimento.

10.2. A **CONTRATADA** deverá prestar esclarecimentos ao **CONTRATANTE**, sobre eventuais atos ou fatos noticiados que se refiram ao tema desta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência da garantia de execução contratual, prevista nos artigos 96 e seguintes da Lei nº Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica do **CONTRATANTE**.

12.3. Registros que não caracterizam alteração do instrumento podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do artigo 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - REAJUSTE

13.1. Os preços serão reajustados aplicando-se o índice IPC-FIPE (mês de referência ____/____/____), acumulado em 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado (____/____/____).

13.2. A **CONTRATADA** deverá, caso seja solicitado pelo **CONTRATANTE**, instruir o pedido de reajuste com a documentação pertinente, para conferência e para homologação dos cálculos pelo **CONTRATANTE**.

13.3. O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da **CONTRATADA**, nos termos da subcláusula 13.1.

13.4. Na hipótese de divergência de valores entre o apresentado pela **CONTRATADA** e o conferido pelo **CONTRATANTE**, prevalecerá o verificado pelo **CONTRATANTE**, até que as partes dirimam a controvérsia.

13.5. O reajuste concedido será registrado por meio de apostila.

13.6. Eventuais revisões extraordinárias de preços somente poderão ser admitidas nos termos do artigo 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que comprovada a ocorrência de fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, devidamente demonstrada a variação dos custos e mediante autorização formal da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas resultantes do presente instrumento correrão por conta dos recursos constantes da(s) dotação(ões) orçamentária(s) < _____ > e, no próximo exercício, se for o caso, à conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s) prevista(s) para atender a despesas da mesma natureza.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Aplicam-se ao presente a Lei Federal nº 14.133/2021, o Decreto Municipal nº 62.100/2022 e legislação correlata, e, quando for o caso, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado, inclusive as específicas para o objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no artigo 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao artigo 91, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca desta Capital para solução de quaisquer litígios relativos ao presente instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ANTICORRUPÇÃO

18.1. Para a execução deste instrumento, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta, quanto ao objeto deste instrumento, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma, conforme disposto no artigo 114, inciso II, do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

ANEXO DE EMPENHO – GRUPO III

CONTRATANTE: **TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

CONTRATADA: **<DENOMINAÇÃO SOCIAL EMPRESA>**

CNPJ: **Nº**

ENDEREÇO:

TELEFONE:

ENDEREÇO ELETRÔNICO (*e-mail*):

OBJETO DO CONTRATO: Aquisição de material bibliográfico, constituído por livros impressos, destinado a compor o acervo da biblioteca e para atender às demandas dos Gabinetes, Unidades do TCMSP, professores e alunos da pós-graduação da EGC.

GRUPO: **III**

VALOR: **R\$ _____**

PROCESSO Nº: **TC/003235/2026**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1.** Constitui objeto da presente Nota de Empenho a aquisição de material bibliográfico, constituído por livros impressos, destinado a compor o acervo da biblioteca e para atender às demandas dos Gabinetes, Unidades do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, professores e alunos da pós-graduação da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.2.1.** O Termo de Referência;

1.2.2. A proposta da **CONTRATADA**;

1.2.3. Demais documentos que instruem esta contratação e anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. O valor total desta Nota de Empenho é de <R\$ _____,> <(valor por extenso)>, estando o preço unitário e a quantidade a seguir discriminados:

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORIA	ANO	ISBN	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	A instituição da religião cristã - Tomo 1: Livros I e II	João Calvino	Editora da Unesp	2008	9788571398047	1	R\$	R\$
02	A instituição da religião cristã - Tomo 2: Livros III e IV	João Calvino	Editora da Unesp	2009	9788571399006	1	R\$	R\$
03	A política pública como campo multidisciplinar	Eduardo Marques e Carlos Aurélio Pimenta de Faria (org.)	Editora da Unesp	2018	9788539307470	1	R\$	R\$
04	Dicionário de Políticas Públicas	organizadores Geraldo Di Giovanni, Marco Aurélio Nogueira	Editora da Unesp	2018	9788539307364	1	R\$	R\$

05	Estado, política e classes sociais	Armando Boito Jr.	Editora da Unesp	2011	9788571397835	1	R\$	R\$
06	Bases do autoritarismo brasileiro	Simon Schwartzman	Editora da Unicamp	2015	9788526812246	1	R\$	R\$
07	Democracia, federalismo e centralização no Brasil	Marta Arretche	FGV	2012	9788522512317	1	R\$	R\$
08	Perspectivas analíticas em políticas públicas	Vanessa Elias de Oliveira (Compilador)	Editora Fiocruz	2025	9786557082010	1	R\$	R\$
09	Implementação de políticas públicas: teoria e prática	Carlos Aurélio Pimenta de Faria (org.)	Editora PUCMinas	2012		1	R\$	R\$
10	História do Brasil	Boris Fausto	Edusp	2024	9788531413520	1	R\$	R\$
11	Cidade e Meio Ambiente: A Apropriação do Relevô no Desenho Ambiental Urbano	José Guilherme Schutzer	Edusp	2025	9788531412783	1	R\$	R\$
12	Introdução ao estudo das políticas públicas: uma visão interdisciplinar e contextualizada	Alvaro Chrispino	FGV	2016	9788522517800	1	R\$	R\$
13	Burocracia e política no Brasil: desafios para o Estado democrático no século XXI	Organizadores Fernando Luiz Abrucio, Maria Rita Loureiro,	FGV	2010	9788522507771	1	R\$	R\$

		Regina Silvia Pacheco						
14	Construindo o estado republicano: democracia e reforma da gestão pública	Luiz Carlos Bresser-Pereira	FGV	2019	9788522507108	1	R\$	R\$
15	Reforma do Estado e administração publica gerencial	Luiz Carlos Bresser Gonçalves Pereira, Peter Kevin Spink	FGV	2007	9788522502363	1	R\$	R\$
16	Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos (Princípios do tratamento biológico de águas residuárias).	Marcos Von Sperling	UFMG		9788542300536	1	R\$	R\$
17	Lagoas de Estabilização (Princípios do tratamento biológico de águas residuárias).	Marcos Von Sperling	UFMG		9788585266066	1	R\$	R\$
18	Lodo de esgotos: tratamento e disposição final Princípios do tratamento biológico d águas residuárias)	Cleverson V.Andreoli; Marcos Von Sperling; Fernando Fernandes	UFMG		9788542300857	1	R\$	R\$
19	Princípios básicos do tratamento de esgotos (Princípios do tratamento biológico de águas residuárias).	Marcos Von Sperling	UFMG		9788542301748	1	R\$	R\$

20	Reatores anaeróbios (Princípios do tratamento biológico de águas residuárias).	Carlos Augusto de Lemos Chernicharo	UFMG		9788542301724	1	R\$	R\$
21	Poder político e classes sociais	Nicos Poulantzas	Unicamp	2020	9788526814882	1	R\$	R\$

2.1.1. No valor contratado estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, tais como impostos (federais, estaduais e/ou municipais), taxas, salários, transporte, seguros, fretes, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e seguros de acidente de trabalho, despesas com deslocamentos, enfim, todas as despesas e materiais necessários para atender o objeto desta contratação, bem assim deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos.

2.1.2. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos valores, não se justificando pedidos de acréscimos a qualquer título.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA, DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

3.1. O prazo de vigência da contratação será de 90 (noventa) dias corridos, contados da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

3.2. A Nota de Empenho será emitida em data a ser definida pelo **CONTRATANTE**.

3.2.1. O envio da Nota de Empenho se dará de forma eletrônica (*e-mail*), com prazo de 48 (quarenta e oito) horas para confirmação do recebimento do *e-mail*. Transcorrido o referido prazo sem manifestação expressa da **CONTRATADA**, considerar-se-á iniciada a contagem do prazo estabelecido na subcláusula 3.3 para entrega dos bens.

3.3. O prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho.

3.3.1. O fornecimento poderá ocorrer de forma parcelada, desde que cada entrega parcial respeite o prazo global estabelecido no item 3.1. Cada entrega deverá ser acompanhada da respectiva Nota Fiscal/Fatura referente exclusivamente aos itens entregues, permitindo a realização de ateste e liquidação parcial, conforme art. 63 da Lei nº 4.320/1964.

3.4. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

3.5. O objeto ora contratado será recebido, provisória e definitivamente, pelo fiscal da contratação, conforme estabelecido no Termo de Referência, observadas as disposições do artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e dos artigos 140 e 141 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

CLÁUSULA QUARTA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO DO OBJETO E GESTÃO DO CONTRATO

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam do Termo de Referência, anexo a esta Nota de Empenho.

CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1. É vedada à **CONTRATADA** a subcontratação total ou parcial do objeto deste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 6.1.** Os critérios de medição e as demais condições a eles referentes encontram-se definidos no Termo de Referência anexo a esta Nota de Empenho.
- 6.2.** O(s) pagamento(s) será(ão) realizado(s) em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da nota fiscal ou documento equivalente, mediante ateste do responsável pela fiscalização da contratação, dos documentos exigidos em lei ou nesta Nota de Empenho, desde que cumpridas todas as exigências legais e contratuais pela **CONTRATADA**, por meio de depósito em conta corrente ou de ficha de compensação, ambas de titularidade da **CONTRATADA**.
- 6.3.** Antes dos pagamentos, o **CONTRATANTE** efetuará consulta ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN. A existência de registro no CADIN impede a realização de pagamento, conforme estabelecido no inciso II, art. 3º, da Lei Municipal nº 14.094/2005.
- 6.4.** Na hipótese de erro ou divergência com as condições contratadas, a nota fiscal ou documento equivalente será recusada pelo **CONTRATANTE**, mediante declaração expressa das razões da desconformidade, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data da apresentação da nova nota fiscal ou documento equivalente, devidamente corrigida.
- 6.5.** Os pagamentos efetuados com atraso, por culpa exclusiva do **CONTRATANTE**, terão o valor do principal corrigido monetariamente pelo índice de remuneração básica da caderneta de poupança e incidência de juros simples, no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, para fins de compensação da mora (TR + 0,5% *pro-rata tempore*), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorrer (conforme Portaria nº 05/2012-SF).

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações do CONTRATANTE:

7.1.1. Exigir, da **CONTRATADA**, o cumprimento de todas as obrigações descritas no Termo de Referência, neste instrumento, bem como dos demais documentos vinculantes à execução do objeto desta contratação e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, bem como no artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e nos artigos 140 e 141 do Decreto Municipal nº 62.100/2022;

7.1.3. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto e o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**;

7.1.5. Indicar o servidor que atuará como fiscal da contratação;

7.1.6. Rejeitar, justificadamente, no todo ou em parte, a execução do objeto da contratação realizada em desacordo com a especificação, inclusive na hipótese execução por terceiros sem autorização;

7.1.7. Comunicar a **CONTRATADA** para emissão de nota fiscal ou documento equivalente relativa à parcela incontroversa da execução deste instrumento, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade e quantidade, conforme o artigo 143 da Lei Federal nº 14.133/2021;

7.1.8. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** do valor correspondente à execução deste instrumento, no prazo, forma e condições estabelecidos na presente Nota de Empenho e no Termo de Referência;

7.1.9. Aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas na lei e neste instrumento;

7.1.10. Não praticar atos de ingerência na administração da **CONTRATADA**;

7.1.11. Cientificar os setores competentes para a adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela **CONTRATADA**;

7.1.12. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente instrumento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução contratual.

7.2. O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.3. Proporcionar à **CONTRATADA** as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente a entrega e, quando aplicável, a montagem e a instalação dos bens contratados, prestando as informações e os esclarecimentos que venham a ser por ela solicitados.

7.4. Verificar, durante a vigência da contratação, a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

7.5. Verificar minuciosamente, nos prazos fixados, a conformidade do objeto perante as especificações constantes deste Termo de Referência e da Proposta Comercial, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

7.6. Emitir os Termos de Recebimento Provisório e Definitivo, conforme disposto no artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e artigos 140 e 141 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1.** A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência, de sua proposta, deste instrumento e de eventuais anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.
- 8.2.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da presente contratação ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- 8.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao **CONTRATANTE** ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos o valor correspondente aos danos sofridos.
- 8.4.** Manter atualizadas, durante a vigência da contratação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para esta contratação, compreendendo seus dados cadastrais.
- 8.5.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas por este instrumento, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE** e não poderá onerar o objeto deste instrumento.
- 8.6.** Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

- 8.7.** Efetuar comunicação ao **CONTRATANTE**, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização da entrega no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 8.8.** Manter, durante toda a vigência deste instrumento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação.
- 8.9.** Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação que for solicitado pela fiscalização deste instrumento.
- 8.10.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento deste instrumento.
- 8.11.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 124, inciso II, alínea d, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 8.12.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.
- 8.13.** Alocar os empregados e recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste instrumento, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- 8.14.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos.
- 8.15.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.

8.16. Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações referentes a esta contratação.

8.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho.

8.18. Designar e manter preposto aceito pelo **CONTRATANTE** para representá-la na execução deste instrumento.

8.18.1. A indicação ou a manutenção do preposto da **CONTRATADA** poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.19. Não contratar, durante a vigência deste instrumento, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE** ou de agente público que tenha desempenhado função na contratação direta ou que atue na fiscalização ou gestão deste instrumento, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.20. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto contratado.

8.21. Garantir o acesso do **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, aos documentos relativos à execução do objeto contratado.

8.22. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo responsável pela fiscalização do objeto contratado, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

8.23. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas do **CONTRATANTE**.

8.24. Responsabilizar-se por quaisquer ações judiciais, reivindicações ou reclamações, sendo a **CONTRATADA** considerada como única e exclusiva responsável por todos os ônus com que o **CONTRATANTE** venha a arcar, em qualquer época, decorrentes de tais ações oriundas do objeto do presente instrumento.

CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a **CONTRATADA** ao:

- a) Dar causa à inexecução parcial deste instrumento;
- b) Dar causa à inexecução parcial deste instrumento que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total deste instrumento;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução deste instrumento;
- f) Praticar ato fraudulento na execução deste instrumento;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

9.2. O cometimento destas ou de qualquer outra infração prevista em Lei, condizente com a execução deste instrumento, sujeitará a **CONTRATADA** à aplicação das penalidades descritas nesta cláusula nona.

9.3. Serão aplicadas à **CONTRATADA** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.3.1. Advertência, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do objeto da contratação, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.3.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subcláusula 9.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subcláusula 9.1, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

9.3.4. Multa:

9.3.4.1. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a” da subcláusula 9.1, de 10% (dez por cento) do valor da contratação.

9.3.4.2. Compensatória, para a infração descrita na alínea “b” da subcláusula 9.1, de 12% (doze por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

9.3.4.3. Compensatória, para a inexecução total do objeto, prevista na alínea “c” da subcláusula 9.1, de 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

9.3.4.4. Moratória, para as infrações descritas na alínea “d” da subcláusula 9.1, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total da contratação, até o limite de 10 (dez) dias corridos.

9.3.4.4.1. Nos casos em que o atraso na entrega dos bens comprometa sua finalidade, prejudique ou inviabilize o objeto, será caracterizada a inexecução total do objeto, inclusive sem haver o pagamento dos serviços contratados pela ausência de sua execução.

9.3.4.5. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” da subcláusula 9.1, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

9.3.4.6. Compensatória, de 1% (um por cento) por ocorrência que caracterize o descumprimento das demais obrigações decorrentes deste instrumento e do Termo de Referência, calculada sobre o seu valor total, limitada a 10% (dez por cento).

9.4. As penalidades serão aplicadas, salvo se houver motivo de força maior ou caso fortuito, justificado e aceito, a critério exclusivo do **CONTRATANTE**.

9.5. A soma das penalidades não excederá a 30% (trinta por cento) do valor total deste instrumento.

9.6. As penalidades são independentes, ou seja, a aplicação de uma não exclui a das outras, devendo ser recolhidas ou descontadas de pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE**, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir de sua comunicação à **CONTRATADA** ou, ainda, se for o caso, cobradas judicialmente.

9.7. O não recolhimento das multas, no prazo previsto, ensejará a incidência de atualização monetária e juros moratórios, calculados em conformidade com a Lei Municipal nº 13.275/2002 e sujeitará a **CONTRATADA** à aplicação do disposto no artigo 156, §8º da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.8. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE**.

9.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do artigo 158 da Lei Federal nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.12. No caso de aplicação de eventuais penalidades, será observado o procedimento previsto no Título IV, do Capítulo I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.13. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.13.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

9.13.2. As peculiaridades do caso concreto;

9.13.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.13.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.13.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. O uso de dados, informações e conteúdo eventualmente oriundos do objeto contratado está limitado à finalidade da prestação do objeto, sendo vedado seu uso para finalidades diferentes da expressamente determinada neste documento, sem o prévio consentimento do **CONTRATANTE**, não podendo os dados serem tratados posteriormente de forma incompatível com essa finalidade, incluindo operações de coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração dos dados.

10.1.1. As políticas de proteção de dados pessoais estabelecidas pelo **CONTRATANTE** e as previsões da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD prevalecerão sobre quaisquer disposições

eventualmente diversas no presente instrumento e demais documentos que instruem este procedimento.

10.2. A **CONTRATADA** deverá prestar esclarecimentos ao **CONTRATANTE**, sobre eventuais atos ou fatos noticiados que se refiram ao tema desta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência da garantia de execução contratual, prevista nos artigos 96 e seguintes da Lei nº Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica do **CONTRATANTE**.

12.3. Registros que não caracterizam alteração do instrumento podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do artigo 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - REAJUSTE

13.1. Os preços serão reajustados aplicando-se o índice IPC-FIPE (mês de referência ____/____), acumulado em 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado (____/____/____).

13.2. A **CONTRATADA** deverá, caso seja solicitado pelo **CONTRATANTE**, instruir o pedido de reajuste com a documentação pertinente, para conferência e para homologação dos cálculos pelo **CONTRATANTE**.

13.3. O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da **CONTRATADA**, nos termos da subcláusula 13.1.

13.4. Na hipótese de divergência de valores entre o apresentado pela **CONTRATADA** e o conferido pelo **CONTRATANTE**, prevalecerá o verificado pelo **CONTRATANTE**, até que as partes dirimam a controvérsia.

13.5. O reajuste concedido será registrado por meio de apostila.

13.6. Eventuais revisões extraordinárias de preços somente poderão ser admitidas nos termos do artigo 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que comprovada a ocorrência de fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, devidamente demonstrada a variação dos custos e mediante autorização formal da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas resultantes do presente instrumento correrão por conta dos recursos constantes da(s) dotação(ões) orçamentária(s) < _____ > e, no próximo exercício, se for o caso, à conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s) prevista(s) para atender a despesas da mesma natureza.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Aplicam-se ao presente a Lei Federal nº 14.133/2021, o Decreto Municipal nº 62.100/2022 e legislação correlata, e, quando for o caso, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado, inclusive as específicas para o objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no artigo 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao artigo 91, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca desta Capital para solução de quaisquer litígios relativos ao presente instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ANTICORRUPÇÃO

18.1. Para a execução deste instrumento, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta, quanto ao objeto deste instrumento, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma, conforme disposto no artigo 114, inciso II, do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

ANEXO DE EMPENHO – GRUPO IV

CONTRATANTE: **TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

CONTRATADA: **<DENOMINAÇÃO SOCIAL EMPRESA>**

CNPJ: **Nº**

ENDEREÇO:

TELEFONE:

ENDEREÇO ELETRÔNICO (*e-mail*):

OBJETO DO CONTRATO: Aquisição de material bibliográfico, constituído por livros impressos, destinado a compor o acervo da biblioteca e para atender às demandas dos Gabinetes, Unidades do TCMSP, professores e alunos da pós-graduação da EGC.

GRUPO: **IV**

VALOR: **R\$ _____**

PROCESSO Nº: **TC/003235/2026**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1.** Constitui objeto da presente Nota de Empenho a aquisição de material bibliográfico, constituído por livros impressos, destinado a compor o acervo da biblioteca e para atender às demandas dos Gabinetes, Unidades do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, professores e alunos da pós-graduação da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.2.1.** O Termo de Referência;

1.2.2. A proposta da **CONTRATADA**;

1.2.3. Demais documentos que instruem esta contratação e anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. O valor total desta Nota de Empenho é de <R\$ _____,___> <(valor por extenso)>, estando o preço unitário e a quantidade a seguir discriminados:

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORIA	ANO	ISBN	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	A república inacabada	Organizadores Fábio Konder Comparato, Raymundo Faoro	Companhia das Letras	2022	9786559213191	1	R\$	R\$
02	Além do bem e do mal	Friedrich Nietzsche	Companhia das Letras	2005	9788535906417	1	R\$	R\$
03	Evolução política do Brasil	Caio Prado Jr.	Companhia das Letras	2012	9788535921359	1	R\$	R\$
04	Formação do Brasil contemporâneo	Caio Prado Jr.	Companhia das Letras	2011	9788535919622	1	R\$	R\$
05	Formação econômica do Brasil	Celso Furtado	Companhia das Letras	2007	9788535909524	1	R\$	R\$

06	Introdução à História da Filosofia, v.1	Marilena Chauí	Companhia das Letras	2002	9788535901702	1	R\$	R\$
07	Introdução à História da Filosofia, v.2	Marilena Chauí	Companhia das Letras	2010	9788535917154	1	R\$	R\$
08	Introdução à História da Filosofia, v.3	Marilena Chauí	Companhia das Letras	2023	9788535935714	1	R\$	R\$
09	Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo	Jean Starobinski	Companhia das Letras	2011	9788535918519	1	R\$	R\$
10	Monções e capítulos de expansão paulista	Sérgio Buarque de Holanda	Companhia das Letras	2014	9788535925050	1	R\$	R\$
11	Origens do totalitarismo	Hannah Arendt	Companhia das Letras	2013	978853592204-2	1	R\$	R\$
12	Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro	Raymundo Faoro	Companhia das Letras	2021	9786559210961	1	R\$	R\$
13	Os ricos e os pobres: o Brasil e a desigualdade	Marcelo Medeiros	Companhia das Letras	2023	9788535935646	1	R\$	R\$
14	Pensadores que inventaram o Brasil	Fernando Henrique Cardoso	Companhia das Letras	2013	9788535922875	1	R\$	R\$
15	Raízes do Brasil	Sérgio Buarque de Holanda	Companhia das Letras	2015	9788535925487	1	R\$	R\$
16	Visão do paraíso	Sérgio Buarque de Holanda, organizadores Lília Moritz Schwarcz e	Companhia das Letras	2010	9788535916676	1	R\$	R\$

		Pedro Meira Monteiro						
17	Sobre a China	Henry Kissinger	Objetiva	2011	9788539002993	1	R\$	R\$
18	A origem da desigualdade entre os homens	Jean-Jacques Rousseau	Penguin-Companhia	2017	9788582850626	1	R\$	R\$
19	Essencial Sérgio Buarque de Holanda	Sérgio Buarque de Holanda	Penguin-Companhia	2023	9788582851579	1	R\$	R\$
20	Estatística: o que é para que serve como funciona	Charles Wheelan	Zahar	2016	9788537815120	1	R\$	R\$
21	Marco Aurélio: O imperador filósofo	Pierre Grimal	Zahar	2018	9788537817513	1	R\$	R\$
22	O processo civilizador, 1	Norbert Elias	Zahar	1990	9788571101067	1	R\$	R\$
23	O processo civilizador, 2	Norbert Elias	Zahar	1993	9788571102576	1	R\$	R\$

2.1.1. No valor contratado estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, tais como impostos (federais, estaduais e/ou municipais), taxas, salários, transporte, seguros, fretes, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e seguros de acidente de trabalho, despesas com deslocamentos, enfim, todas as despesas e materiais necessários para atender o objeto desta contratação, bem assim deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos.

2.1.2. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos valores, não se justificando pedidos de acréscimos a qualquer título.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA, DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

3.1. O prazo de vigência da contratação será de 90 (noventa) dias corridos, contados da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

3.2. A Nota de Empenho será emitida em data a ser definida pelo **CONTRATANTE**.

3.2.1. O envio da Nota de Empenho se dará de forma eletrônica (*e-mail*), com prazo de 48 (quarenta e oito) horas para confirmação do recebimento do *e-mail*. Transcorrido o referido prazo sem manifestação expressa da **CONTRATADA**, considerar-se-á iniciada a contagem do prazo estabelecido na subcláusula 3.3 para entrega dos bens.

3.3. O prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho.

3.3.1. O fornecimento poderá ocorrer de forma parcelada, desde que cada entrega parcial respeite o prazo global estabelecido no item 3.1. Cada entrega deverá ser acompanhada da respectiva Nota Fiscal/Fatura referente exclusivamente aos itens entregues, permitindo a realização de ateste e liquidação parcial, conforme art. 63 da Lei nº 4.320/1964.

3.4. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

3.5. O objeto ora contratado será recebido, provisória e definitivamente, pelo fiscal da contratação, conforme estabelecido no Termo de Referência, observadas as disposições do artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e dos artigos 140 e 141 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

CLÁUSULA QUARTA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO DO OBJETO E GESTÃO DO CONTRATO

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam do Termo de Referência, anexo a esta Nota de Empenho.

CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1. É vedada à **CONTRATADA** a subcontratação total ou parcial do objeto deste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1. Os critérios de medição e as demais condições a eles referentes encontram-se definidos no Termo de Referência anexo a esta Nota de Empenho.

6.2. O(s) pagamento(s) será(ão) realizado(s) em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da nota fiscal ou documento equivalente, mediante ateste do responsável pela fiscalização da contratação, dos documentos exigidos em lei ou nesta Nota de Empenho, desde que cumpridas todas as exigências legais e contratuais pela **CONTRATADA**, por meio de depósito em conta corrente ou de ficha de compensação, ambas de titularidade da **CONTRATADA**.

6.3. Antes dos pagamentos, o **CONTRATANTE** efetuará consulta ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN. A existência de registro no CADIN impede a realização de pagamento, conforme estabelecido no inciso II, art. 3º, da Lei Municipal nº 14.094/2005.

6.4. Na hipótese de erro ou divergência com as condições contratadas, a nota fiscal ou documento equivalente será recusada pelo **CONTRATANTE**, mediante declaração expressa das razões da desconformidade, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data da apresentação da nova nota fiscal ou documento equivalente, devidamente corrigida.

6.5. Os pagamentos efetuados com atraso, por culpa exclusiva do **CONTRATANTE**, terão o valor do principal corrigido monetariamente pelo índice de remuneração básica da caderneta de poupança e incidência de juros simples, no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, para fins de compensação da mora (TR + 0,5% *pro-rata tempore*), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorrer (conforme Portaria nº 05/2012-SF).

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações do **CONTRATANTE**:

7.1.1. Exigir, da **CONTRATADA**, o cumprimento de todas as obrigações descritas no Termo de Referência, neste instrumento, bem como dos demais documentos vinculantes à execução do objeto desta contratação e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, bem como no artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e nos artigos 140 e 141 do Decreto Municipal nº 62.100/2022;

7.1.3. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto e o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**;

7.1.5. Indicar o servidor que atuará como fiscal da contratação;

7.1.6. Rejeitar, justificadamente, no todo ou em parte, a execução do objeto da contratação realizada em desacordo com a especificação, inclusive na hipótese execução por terceiros sem autorização;

7.1.7. Comunicar a **CONTRATADA** para emissão de nota fiscal ou documento equivalente relativa à parcela incontroversa da execução deste instrumento, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade e quantidade, conforme o artigo 143 da Lei Federal nº 14.133/2021;

7.1.8. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** do valor correspondente à execução deste instrumento, no prazo, forma e condições estabelecidos na presente Nota de Empenho e no Termo de Referência;

7.1.9. Aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas na lei e neste instrumento;

7.1.10. Não praticar atos de ingerência na administração da **CONTRATADA**;

7.1.11. Cientificar os setores competentes para a adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela **CONTRATADA**;

7.1.12. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente instrumento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução contratual.

7.2. O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.3. Proporcionar à **CONTRATADA** as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente a entrega e, quando aplicável, a montagem e a instalação dos bens contratados, prestando as informações e os esclarecimentos que venham a ser por ela solicitados.

7.4. Verificar, durante a vigência da contratação, a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

7.5. Verificar minuciosamente, nos prazos fixados, a conformidade do objeto perante as especificações constantes deste Termo de Referência e da Proposta Comercial, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

7.6. Emitir os Termos de Recebimento Provisório e Definitivo, conforme disposto no artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e artigos 140 e 141 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência, de sua proposta, deste instrumento e de eventuais anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

8.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da presente contratação ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

8.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao **CONTRATANTE** ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos o valor correspondente aos danos sofridos.

8.4. Manter atualizadas, durante a vigência da contratação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para esta contratação, compreendendo seus dados cadastrais.

8.5. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas por este instrumento, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE** e não poderá onerar o objeto deste instrumento.

8.6. Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.7. Efetuar comunicação ao **CONTRATANTE**, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização da entrega no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

8.8. Manter, durante toda a vigência deste instrumento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação.

8.9. Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação que for solicitado pela fiscalização deste instrumento.

8.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento deste instrumento.

8.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 124, inciso II, alínea d, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.12. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

8.13. Alocar os empregados e recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste instrumento, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

8.14. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos.

8.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.

8.16. Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações referentes a esta contratação.

8.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho.

8.18. Designar e manter preposto aceito pelo **CONTRATANTE** para representá-la na execução deste instrumento.

8.18.1. A indicação ou a manutenção do preposto da **CONTRATADA** poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.19. Não contratar, durante a vigência deste instrumento, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE** ou de agente público que tenha desempenhado função na contratação direta ou que atue na fiscalização ou gestão deste instrumento, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.20. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto contratado.

8.21. Garantir o acesso do **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, aos documentos relativos à execução do objeto contratado.

8.22. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo responsável pela fiscalização do objeto contratado, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

8.23. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas do **CONTRATANTE**.

8.24. Responsabilizar-se por quaisquer ações judiciais, reivindicações ou reclamações, sendo a **CONTRATADA** considerada como única e exclusiva responsável por todos os ônus com que o **CONTRATANTE** venha a arcar, em qualquer época, decorrentes de tais ações oriundas do objeto do presente instrumento.

CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a **CONTRATADA** ao:

- a) Dar causa à inexecução parcial deste instrumento;
- b) Dar causa à inexecução parcial deste instrumento que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total deste instrumento;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução deste instrumento;

- f) Praticar ato fraudulento na execução deste instrumento;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

9.2. O cometimento destas ou de qualquer outra infração prevista em Lei, condizente com a execução deste instrumento, sujeitará a **CONTRATADA** à aplicação das penalidades descritas nesta cláusula nona.

9.3. Serão aplicadas à **CONTRATADA** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.3.1. Advertência, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do objeto da contratação, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.3.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subcláusula 9.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subcláusula 9.1, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

9.3.4. Multa:

9.3.4.1. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a” da subcláusula 9.1, de 10% (dez por cento) do valor da contratação.

9.3.4.2. Compensatória, para a infração descrita na alínea “b” da subcláusula 9.1, de 12% (doze por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

9.3.4.3. Compensatória, para a inexecução total do objeto, prevista na alínea “c” da subcláusula 9.1, de 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

9.3.4.4. Moratória, para as infrações descritas na alínea “d” da subcláusula 9.1, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total da contratação, até o limite de 10 (dez) dias corridos.

9.3.4.4.1. Nos casos em que o atraso na entrega dos bens comprometa sua finalidade, prejudique ou inviabilize o objeto, será caracterizada a inexecução total do objeto, inclusive sem haver o pagamento dos serviços contratados pela ausência de sua execução.

9.3.4.5. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” da subcláusula 9.1, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

9.3.4.6. Compensatória, de 1% (um por cento) por ocorrência que caracterize o descumprimento das demais obrigações decorrentes deste instrumento e do Termo de Referência, calculada sobre o seu valor total, limitada a 10% (dez por cento).

9.4. As penalidades serão aplicadas, salvo se houver motivo de força maior ou caso fortuito, justificado e aceito, a critério exclusivo do **CONTRATANTE**.

9.5. A soma das penalidades não excederá a 30% (trinta por cento) do valor total deste instrumento.

9.6. As penalidades são independentes, ou seja, a aplicação de uma não exclui a das outras, devendo ser recolhidas ou descontadas de pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE**, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir de sua comunicação à **CONTRATADA** ou, ainda, se for o caso, cobradas judicialmente.

9.7. O não recolhimento das multas, no prazo previsto, ensejará a incidência de atualização monetária e juros moratórios, calculados em conformidade com a Lei Municipal nº 13.275/2002 e sujeitará a **CONTRATADA** à aplicação do disposto no artigo 156, §8º da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.8. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE**.

9.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do artigo 158 da Lei Federal nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.12. No caso de aplicação de eventuais penalidades, será observado o procedimento previsto no Título IV, do Capítulo I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.13. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.13.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

9.13.2. As peculiaridades do caso concreto;

9.13.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.13.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.13.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. O uso de dados, informações e conteúdo eventualmente oriundos do objeto contratado está limitado à finalidade da prestação do objeto, sendo vedado seu uso para finalidades diferentes

da expressamente determinada neste documento, sem o prévio consentimento do **CONTRATANTE**, não podendo os dados serem tratados posteriormente de forma incompatível com essa finalidade, incluindo operações de coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração dos dados.

10.1.1. As políticas de proteção de dados pessoais estabelecidas pelo **CONTRATANTE** e as previsões da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD prevalecerão sobre quaisquer disposições eventualmente diversas no presente instrumento e demais documentos que instruem este procedimento.

10.2. A **CONTRATADA** deverá prestar esclarecimentos ao **CONTRATANTE**, sobre eventuais atos ou fatos noticiados que se refiram ao tema desta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência da garantia de execução contratual, prevista nos artigos 96 e seguintes da Lei nº Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica do **CONTRATANTE**.

12.3. Registros que não caracterizam alteração do instrumento podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do artigo 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - REAJUSTE

13.1. Os preços serão reajustados aplicando-se o índice IPC-FIPE (mês de referência ____/____/____), acumulado em 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado (____/____/____).

13.2. A **CONTRATADA** deverá, caso seja solicitado pelo **CONTRATANTE**, instruir o pedido de reajuste com a documentação pertinente, para conferência e para homologação dos cálculos pelo **CONTRATANTE**.

13.3. O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da **CONTRATADA**, nos termos da subcláusula 13.1.

13.4. Na hipótese de divergência de valores entre o apresentado pela **CONTRATADA** e o conferido pelo **CONTRATANTE**, prevalecerá o verificado pelo **CONTRATANTE**, até que as partes dirimam a controvérsia.

13.5. O reajuste concedido será registrado por meio de apostila.

13.6. Eventuais revisões extraordinárias de preços somente poderão ser admitidas nos termos do artigo 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que comprovada a ocorrência de fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, devidamente demonstrada a variação dos custos e mediante autorização formal da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas resultantes do presente instrumento correrão por conta dos recursos constantes da(s) _____ dotação(ões) _____ orçamentária(s) < _____ > e, no próximo exercício,

se for o caso, à conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s) prevista(s) para atender a despesas da mesma natureza.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Aplicam-se ao presente a Lei Federal nº 14.133/2021, o Decreto Municipal nº 62.100/2022 e legislação correlata, e, quando for o caso, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado, inclusive as específicas para o objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no artigo 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao artigo 91, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca desta Capital para solução de quaisquer litígios relativos ao presente instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ANTICORRUPÇÃO

18.1. Para a execução deste instrumento, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta, quanto ao objeto deste instrumento, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma, conforme disposto no artigo 114, inciso II, do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

ANEXO DE EMPENHO – GRUPO V

CONTRATANTE: **TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

CONTRATADA: **<DENOMINAÇÃO SOCIAL EMPRESA>**

CNPJ: **Nº**

ENDEREÇO:

TELEFONE:

ENDEREÇO ELETRÔNICO (*e-mail*):

OBJETO DO CONTRATO: Aquisição de material bibliográfico, constituído por livros impressos, destinado a compor o acervo da biblioteca e para atender às demandas dos Gabinetes, Unidades do TCMSP, professores e alunos da pós-graduação da EGC.

GRUPO: **V**

VALOR: **R\$ _____**

PROCESSO Nº: **TC/003235/2026**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1.** Constitui objeto da presente Nota de Empenho a aquisição de material bibliográfico, constituído por livros impressos, destinado a compor o acervo da biblioteca e para atender às demandas dos Gabinetes, Unidades do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, professores e alunos da pós-graduação da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.2.1.** O Termo de Referência;

1.2.2. A proposta da **CONTRATADA**;

1.2.3. Demais documentos que instruem esta contratação e anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. O valor total desta Nota de Empenho é de <R\$ _____, __> <(valor por extenso)>, estando o preço unitário e a quantidade a seguir discriminados:

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ANO	ISBN	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Arbitragem, infraestrutura e direito da construção	coordenador es Adriana Sarra, Fernando Maluf, Ricardo Medina Salla, Virginia Mesquita Nasser	RT	2024	9786526012567	1	R\$	R\$
02	Constituição econômica brasileira	Egon Bockmann Moreira	RT	2024	9786526013595	1	R\$	R\$
03	Contratos Administrativos na Lei de licitações	Egon Bockman, Flávio Amaral Garcial	RT	2025	9786526028094	2	R\$	R\$

04	Contratos e tributação	José Eduardo Soares de Melo	RT	2023	9786526000786	1	R\$	R\$
05	Curso de direito tributário	Tathiane Piscitelli	RT	2024	9786526017579	1	R\$	R\$
06	Fundações privadas	Marcelo Vieira von Adamek, André Nunes Conti	RT	2024	9786526014042	1	R\$	R\$
07	Jurimetria	Marcelo Guedes Nunes	RT	2024	9786559916382	1	R\$	R\$
08	Manual Planejamento e Orçamento Público: Da elaboração das leis orçamentárias à prestação de contas	Roberto Sérgio Do Nascimento, Ricardo Viotto	RT	2022	9786526006061	1	R\$	R\$
09	Manual de Direito Urbanístico	Leandro Teodoro Andrade	RT	2024	9786526012581	1	R\$	R\$
10	Mudanças Climáticas e Respostas Jurídicas	Ana Maria de Oliveira Nusdeo	RT	2025	9786526029169	1	R\$	R\$
11	Usucapião	Fábio Caldas De Araújo	RT	2025	9786526029916	1	R\$	R\$

2.1.1. No valor contratado estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, tais como impostos (federais, estaduais e/ou municipais), taxas, salários, transporte, seguros, fretes, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e seguros de acidente de trabalho, despesas com deslocamentos, enfim, todas as despesas e materiais necessários para atender o objeto desta contratação, bem assim deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos.

2.1.2. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos valores, não se justificando pedidos de acréscimos a qualquer título.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA, DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

3.1. O prazo de vigência da contratação será de 90 (noventa) dias corridos, contados da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

3.2. A Nota de Empenho será emitida em data a ser definida pelo **CONTRATANTE**.

3.2.1. O envio da Nota de Empenho se dará de forma eletrônica (*e-mail*), com prazo de 48 (quarenta e oito) horas para confirmação do recebimento do *e-mail*. Transcorrido o referido prazo sem manifestação expressa da **CONTRATADA**, considerar-se-á iniciada a contagem do prazo estabelecido na subcláusula 3.3 para entrega dos bens.

3.3. O prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho.

3.3.1. O fornecimento poderá ocorrer de forma parcelada, desde que cada entrega parcial respeite o prazo global estabelecido no item 3.1. Cada entrega deverá ser acompanhada da respectiva Nota Fiscal/Fatura referente exclusivamente aos itens entregues, permitindo a realização de ateste e liquidação parcial, conforme art. 63 da Lei nº 4.320/1964.

3.4. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

3.5. O objeto ora contratado será recebido, provisória e definitivamente, pelo fiscal da contratação, conforme estabelecido no Termo de Referência, observadas as disposições do artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e dos artigos 140 e 141 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

CLÁUSULA QUARTA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO DO OBJETO E GESTÃO DO CONTRATO

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam do Termo de Referência, anexo a esta Nota de Empenho.

CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1. É vedada à **CONTRATADA** a subcontratação total ou parcial do objeto deste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1. Os critérios de medição e as demais condições a eles referentes encontram-se definidos no Termo de Referência anexo a esta Nota de Empenho.

6.2. O(s) pagamento(s) será(ão) realizado(s) em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da nota fiscal ou documento equivalente, mediante ateste do responsável pela fiscalização da contratação, dos documentos exigidos em lei ou nesta Nota de Empenho, desde que cumpridas

todas as exigências legais e contratuais pela **CONTRATADA**, por meio de depósito em conta corrente ou de ficha de compensação, ambas de titularidade da **CONTRATADA**.

6.3. Antes dos pagamentos, o **CONTRATANTE** efetuará consulta ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN. A existência de registro no CADIN impede a realização de pagamento, conforme estabelecido no inciso II, art. 3º, da Lei Municipal nº 14.094/2005.

6.4. Na hipótese de erro ou divergência com as condições contratadas, a nota fiscal ou documento equivalente será recusada pelo **CONTRATANTE**, mediante declaração expressa das razões da desconformidade, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data da apresentação da nova nota fiscal ou documento equivalente, devidamente corrigida.

6.5. Os pagamentos efetuados com atraso, por culpa exclusiva do **CONTRATANTE**, terão o valor do principal corrigido monetariamente pelo índice de remuneração básica da caderneta de poupança e incidência de juros simples, no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, para fins de compensação da mora (TR + 0,5% *pro-rata tempore*), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorrer (conforme Portaria nº 05/2012-SF).

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações do **CONTRATANTE**:

7.1.1. Exigir, da **CONTRATADA**, o cumprimento de todas as obrigações descritas no Termo de Referência, neste instrumento, bem como dos demais documentos vinculantes à execução do objeto desta contratação e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, bem como no artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e nos artigos 140 e 141 do Decreto Municipal nº 62.100/2022;

7.1.3. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto e o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**;

7.1.5. Indicar o servidor que atuará como fiscal da contratação;

7.1.6. Rejeitar, justificadamente, no todo ou em parte, a execução do objeto da contratação realizada em desacordo com a especificação, inclusive na hipótese execução por terceiros sem autorização;

7.1.7. Comunicar a **CONTRATADA** para emissão de nota fiscal ou documento equivalente relativa à parcela incontroversa da execução deste instrumento, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade e quantidade, conforme o artigo 143 da Lei Federal nº 14.133/2021;

7.1.8. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** do valor correspondente à execução deste instrumento, no prazo, forma e condições estabelecidos na presente Nota de Empenho e no Termo de Referência;

7.1.9. Aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas na lei e neste instrumento;

7.1.10. Não praticar atos de ingerência na administração da **CONTRATADA**;

7.1.11. Cientificar os setores competentes para a adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela **CONTRATADA**;

7.1.12. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente instrumento, ressalvados os requerimentos manifestamente

impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução contratual.

7.2. O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.3. Proporcionar à **CONTRATADA** as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente a entrega e, quando aplicável, a montagem e a instalação dos bens contratados, prestando as informações e os esclarecimentos que venham a ser por ela solicitados.

7.4. Verificar, durante a vigência da contratação, a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

7.5. Verificar minuciosamente, nos prazos fixados, a conformidade do objeto perante as especificações constantes deste Termo de Referência e da Proposta Comercial, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

7.6. Emitir os Termos de Recebimento Provisório e Definitivo, conforme disposto no artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e artigos 140 e 141 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência, de sua proposta, deste instrumento e de eventuais anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

8.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da presente contratação ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

8.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao **CONTRATANTE** ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos o valor correspondente aos danos sofridos.

8.4. Manter atualizadas, durante a vigência da contratação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para esta contratação, compreendendo seus dados cadastrais.

8.5. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas por este instrumento, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE** e não poderá onerar o objeto deste instrumento.

8.6. Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.7. Efetuar comunicação ao **CONTRATANTE**, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização da entrega no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

8.8. Manter, durante toda a vigência deste instrumento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação.

8.9. Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação que for solicitado pela fiscalização deste instrumento.

8.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento deste instrumento.

8.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 124, inciso II, alínea d, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.12. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

8.13. Alocar os empregados e recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste instrumento, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

8.14. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos.

8.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.

8.16. Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações referentes a esta contratação.

8.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho.

8.18. Designar e manter preposto aceito pelo **CONTRATANTE** para representá-la na execução deste instrumento.

8.18.1. A indicação ou a manutenção do preposto da **CONTRATADA** poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.19. Não contratar, durante a vigência deste instrumento, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE** ou de agente público que tenha desempenhado função na contratação direta ou que atue na fiscalização ou gestão deste instrumento, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.20. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto contratado.

8.21. Garantir o acesso do **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, aos documentos relativos à execução do objeto contratado.

8.22. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo responsável pela fiscalização do objeto contratado, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

8.23. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas do **CONTRATANTE**.

8.24. Responsabilizar-se por quaisquer ações judiciais, reivindicações ou reclamações, sendo a **CONTRATADA** considerada como única e exclusiva responsável por todos os ônus com que o **CONTRATANTE** venha a arcar, em qualquer época, decorrentes de tais ações oriundas do objeto do presente instrumento.

CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a **CONTRATADA** ao:

- a) Dar causa à inexecução parcial deste instrumento;
- b) Dar causa à inexecução parcial deste instrumento que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total deste instrumento;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução deste instrumento;
- f) Praticar ato fraudulento na execução deste instrumento;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

9.2. O cometimento destas ou de qualquer outra infração prevista em Lei, condizente com a execução deste instrumento, sujeitará a **CONTRATADA** à aplicação das penalidades descritas nesta cláusula nona.

9.3. Serão aplicadas à **CONTRATADA** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.3.1. Advertência, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do objeto da contratação, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.3.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subcláusula 9.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subcláusula 9.1, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

9.3.4. Multa:

9.3.4.1. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a” da subcláusula 9.1, de 10% (dez por cento) do valor da contratação.

9.3.4.2. Compensatória, para a infração descrita na alínea “b” da subcláusula 9.1, de 12% (doze por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

9.3.4.3. Compensatória, para a inexecução total do objeto, prevista na alínea “c” da subcláusula 9.1, de 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

9.3.4.4. Moratória, para as infrações descritas na alínea “d” da subcláusula 9.1, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total da contratação, até o limite de 10 (dez) dias corridos.

9.3.4.4.1. Nos casos em que o atraso na entrega dos bens comprometa sua finalidade, prejudique ou inviabilize o objeto, será caracterizada a inexecução total do objeto, inclusive sem haver o pagamento dos serviços contratados pela ausência de sua execução.

9.3.4.5. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” da subcláusula 9.1, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

9.3.4.6. Compensatória, de 1% (um por cento) por ocorrência que caracterize o descumprimento das demais obrigações decorrentes deste instrumento e do Termo de Referência, calculada sobre o seu valor total, limitada a 10% (dez por cento).

9.4. As penalidades serão aplicadas, salvo se houver motivo de força maior ou caso fortuito, justificado e aceito, a critério exclusivo do **CONTRATANTE**.

9.5. A soma das penalidades não excederá a 30% (trinta por cento) do valor total deste instrumento.

9.6. As penalidades são independentes, ou seja, a aplicação de uma não exclui a das outras, devendo ser recolhidas ou descontadas de pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE**, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir de sua comunicação à **CONTRATADA** ou, ainda, se for o caso, cobradas judicialmente.

9.7. O não recolhimento das multas, no prazo previsto, ensejará a incidência de atualização monetária e juros moratórios, calculados em conformidade com a Lei Municipal nº 13.275/2002 e sujeitará a **CONTRATADA** à aplicação do disposto no artigo 156, §8º da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.8. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE**.

9.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do artigo 158 da Lei Federal nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.12. No caso de aplicação de eventuais penalidades, será observado o procedimento previsto no Título IV, do Capítulo I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.13. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.13.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

9.13.2. As peculiaridades do caso concreto;

9.13.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.13.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.13.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. O uso de dados, informações e conteúdo eventualmente oriundos do objeto contratado está limitado à finalidade da prestação do objeto, sendo vedado seu uso para finalidades diferentes da expressamente determinada neste documento, sem o prévio consentimento do **CONTRATANTE**, não podendo os dados serem tratados posteriormente de forma incompatível com essa finalidade, incluindo operações de coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração dos dados.

10.1.1. As políticas de proteção de dados pessoais estabelecidas pelo **CONTRATANTE** e as previsões da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD prevalecerão sobre quaisquer disposições eventualmente diversas no presente instrumento e demais documentos que instruem este procedimento.

10.2. A **CONTRATADA** deverá prestar esclarecimentos ao **CONTRATANTE**, sobre eventuais atos ou fatos noticiados que se refiram ao tema desta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência da garantia de execução contratual, prevista nos artigos 96 e seguintes da Lei nº Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica do **CONTRATANTE**.

12.3. Registros que não caracterizam alteração do instrumento podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do artigo 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - REAJUSTE

13.1. Os preços serão reajustados aplicando-se o índice IPC-FIPE (mês de referência ____/____), acumulado em 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado (____/____/____).

13.2. A **CONTRATADA** deverá, caso seja solicitado pelo **CONTRATANTE**, instruir o pedido de reajuste com a documentação pertinente, para conferência e para homologação dos cálculos pelo **CONTRATANTE**.

13.3. O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da **CONTRATADA**, nos termos da subcláusula 13.1.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no artigo 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao artigo 91, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca desta Capital para solução de quaisquer litígios relativos ao presente instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ANTICORRUPÇÃO

18.1. Para a execução deste instrumento, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta, quanto ao objeto deste instrumento, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma, conforme disposto no artigo 114, inciso II, do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

ANEXO DE EMPENHO - GRUPO VI

CONTRATANTE: **TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

CONTRATADA: **<DENOMINAÇÃO SOCIAL EMPRESA>**

CNPJ: **Nº**

ENDEREÇO:

TELEFONE:

ENDEREÇO ELETRÔNICO (*e-mail*):

OBJETO DO CONTRATO: Aquisição de material bibliográfico, constituído por livros impressos, destinado a compor o acervo da biblioteca e para atender às demandas dos Gabinetes, Unidades do TCMSP, professores e alunos da pós-graduação da EGC.

GRUPO: **VI**

VALOR: **R\$ _____**

PROCESSO Nº: **TC/003235/2026**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1.** Constitui objeto da presente Nota de Empenho a aquisição de material bibliográfico, constituído por livros impressos, destinado a compor o acervo da biblioteca e para atender às demandas dos Gabinetes, Unidades do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, professores e alunos da pós-graduação da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. A proposta da **CONTRATADA**;

1.2.3. Demais documentos que instruem esta contratação e anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. O valor total desta Nota de Empenho é de <R\$ _____, __> <(valor por extenso)>, estando o preço unitário e a quantidade a seguir discriminados:

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORIA	ANO	ISBN	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Indicadores Sociais no Brasil: Conceitos, Fontes de Dados e Aplicações	Paulo de Martino Jannuzzi	Alínea	2017	9788575168073	1	R\$	R\$
02	Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais: Uma Introdução aos Conceitos e Técnicas	Paulo de Martino Jannuzzi	Alínea	2016	978-8575167618	1	R\$	R\$
03	Políticas públicas, valores e evidências em tempos de inteligência artificial	Paulo de Martino Jannuzzi	Alínea	2024	9786557550748	1	R\$	R\$

04	Administração Pública Digital	José Luiz de Moura Faleiros Júnior	Foco	2026	9786561208956	1	R\$	R\$
05	Astreintes	Marcelo Abelha Rodrigues	Foco	2025	9786561206099	1	R\$	R\$
06	Bens públicos: o domínio público no direito administrativo	Carlos Eduardo Ferreira dos Santos	Foco	2023	9786555158137	1	R\$	R\$
07	Código penal interpretado	Julio Fabbrini Mirabete, Renato N. Fabbrini	Foco	2025	9786561202268	1	R\$	R\$
08	Direito da Infraestrutura: aspectos financeiros e administrativos	coordenador es José Mauricio Conti, Thiago Marrara, Sabrina Nunes locken, Augusto Neves Dal Pozzo	Foco	2025	9786561203913	1	R\$	R\$
09	Direito econômico tributário, volume 1: fundamentos, teoria e sistema tributário	Caio Bartine	Foco	2026	9786561207850	1	R\$	R\$
10	Direito, Políticas Públicas e Controle	coordenador Dimas	Foco	2022	9786555155549	1	R\$	R\$

	Externo	Ramalho						
11	Estatuto da metrópole	Coord. Thiago Marrara, Mariano Menzio	Foco	2026	9786561206372	1	R\$	R\$
12	Fundamentos do direito	Hugo de Brito Machado Segundo	Foco	2024	9786555159899	1	R\$	R\$
13	Manual de direito administrativo, volume 1	Thiago Marrara	Foco	2025	9786561203166	1	R\$	R\$
14	Manual de direito administrativo, volume 2	Thiago Marrara	Foco	2025	9786561203173	1	R\$	R\$
15	Manual de direito administrativo, volume 3	Thiago Marrara	Foco	2025	9786561203180	1	R\$	R\$
16	Manual de direito administrativo, volume 4	Thiago Marrara	Foco	2025	9786561203890	1	R\$	R\$
17	Manual de direito penal	Cristiano Rodrigues	Foco	2025	9786561205078	1	R\$	R\$
18	Metodologia da ciência do direito	Fernando Herren Aguillar	Foco	2026	9786561208451	1	R\$	R\$
19	Políticas Públicas: Conformação e Efetivação de Direitos	Vlória Pompeu Silva	Foco	2022	9786555155440	1	R\$	R\$
20	Risco e causalidade	Rafael Viola	Foco	2025	9786561205573	1	R\$	R\$
21	Políticas Públicas: Elementos Para uma Teoria Geral	Rodolfo Pamplona Filho, Bacildes	Mizuno	2024	9786555267990	1	R\$	R\$

		Terceiro, Marcella Pinto de Almeida, Edson Ribeiro. Saldanha Neto						
22	Gestão de Risco da Terceirização	org. Adriano Dutra da Silveira	Mizuno	2026	9788577899388	1	R\$	R\$
23	A Reforma Tributária e os Municípios	Renaldo R. Júnior	Mizuno	2026	9788577899326	1	R\$	R\$
24	Elementos de Direito Constitucional	José Cretella Júnior	Mizuno	2026	9788577898701	1	R\$	R\$
25	A Atuação do Pregoeiro e Agente de Contratação nas Licitações Sob a Égide da Lei nº 14.133/2021 - Teoria e Prática	org. Alcione Silva Quintas, Fabio Vilas Gonçalves Filho e Jamil Manasfi da Cruz	Mizuno	2026	9788577898534	1	R\$	R\$
26	ESG+i: Governança Ambiental, Social e Corporativa	Cláudio Carloto, Ivani Contini Bramante, Simone Bramante e Selma Carloto	Mizuno	2025	9788577896677	1	R\$	R\$

2.1.1. No valor contratado estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, tais como impostos (federais, estaduais e/ou municipais), taxas, salários, transporte, seguros, fretes, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e seguros

de acidente de trabalho, despesas com deslocamentos, enfim, todas as despesas e materiais necessários para atender o objeto desta contratação, bem assim deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos.

2.1.2. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos valores, não se justificando pedidos de acréscimos a qualquer título.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA, DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

3.1. O prazo de vigência da contratação será de 90 (noventa) dias corridos, contados da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

3.2. A Nota de Empenho será emitida em data a ser definida pelo **CONTRATANTE**.

3.2.1. O envio da Nota de Empenho se dará de forma eletrônica (*e-mail*), com prazo de 48 (quarenta e oito) horas para confirmação do recebimento do *e-mail*. Transcorrido o referido prazo sem manifestação expressa da **CONTRATADA**, considerar-se-á iniciada a contagem do prazo estabelecido na subcláusula 3.3 para entrega dos bens.

3.3. O prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho.

3.3.1. O fornecimento poderá ocorrer de forma parcelada, desde que cada entrega parcial respeite o prazo global estabelecido no item 3.1. Cada entrega deverá ser acompanhada da respectiva Nota Fiscal/Fatura referente exclusivamente aos itens entregues, permitindo a realização de ateste e liquidação parcial, conforme art. 63 da Lei nº 4.320/1964.

3.4. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

3.5. O objeto ora contratado será recebido, provisória e definitivamente, pelo fiscal da contratação, conforme estabelecido no Termo de Referência, observadas as disposições do artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e dos artigos 140 e 141 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

CLÁUSULA QUARTA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO DO OBJETO E GESTÃO DO CONTRATO

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam do Termo de Referência, anexo a esta Nota de Empenho.

CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1. É vedada à **CONTRATADA** a subcontratação total ou parcial do objeto deste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1. Os critérios de medição e as demais condições a eles referentes encontram-se definidos no Termo de Referência anexo a esta Nota de Empenho.

6.2. O(s) pagamento(s) será(ão) realizado(s) em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da nota fiscal ou documento equivalente, mediante ateste do responsável pela fiscalização da contratação, dos documentos exigidos em lei ou nesta Nota de Empenho, desde que cumpridas todas as exigências legais e contratuais pela **CONTRATADA**, por meio de depósito em conta corrente ou de ficha de compensação, ambas de titularidade da **CONTRATADA**.

6.3. Antes dos pagamentos, o **CONTRATANTE** efetuará consulta ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN. A existência de registro no CADIN impede a realização de pagamento, conforme estabelecido no inciso II, art. 3º, da Lei Municipal nº 14.094/2005.

6.4. Na hipótese de erro ou divergência com as condições contratadas, a nota fiscal ou documento equivalente será recusada pelo **CONTRATANTE**, mediante declaração expressa das razões da desconformidade, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data da apresentação da nova nota fiscal ou documento equivalente, devidamente corrigida.

6.5. Os pagamentos efetuados com atraso, por culpa exclusiva do **CONTRATANTE**, terão o valor do principal corrigido monetariamente pelo índice de remuneração básica da caderneta de poupança e incidência de juros simples, no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, para fins de compensação da mora (TR + 0,5% *pro-rata tempore*), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorrer (conforme Portaria nº 05/2012-SF).

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações do **CONTRATANTE**:

7.1.1. Exigir, da **CONTRATADA**, o cumprimento de todas as obrigações descritas no Termo de Referência, neste instrumento, bem como dos demais documentos vinculantes à execução do objeto desta contratação e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, bem como no artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e nos artigos 140 e 141 do Decreto Municipal nº 62.100/2022;

7.1.3. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que

seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto e o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**;

7.1.5. Indicar o servidor que atuará como fiscal da contratação;

7.1.6. Rejeitar, justificadamente, no todo ou em parte, a execução do objeto da contratação realizada em desacordo com a especificação, inclusive na hipótese execução por terceiros sem autorização;

7.1.7. Comunicar a **CONTRATADA** para emissão de nota fiscal ou documento equivalente relativa à parcela incontroversa da execução deste instrumento, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade e quantidade, conforme o artigo 143 da Lei Federal nº 14.133/2021;

7.1.8. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** do valor correspondente à execução deste instrumento, no prazo, forma e condições estabelecidos na presente Nota de Empenho e no Termo de Referência;

7.1.9. Aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas na lei e neste instrumento;

7.1.10. Não praticar atos de ingerência na administração da **CONTRATADA**;

7.1.11. Cientificar os setores competentes para a adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela **CONTRATADA**;

7.1.12. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente instrumento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução contratual.

7.2. O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.3. Proporcionar à **CONTRATADA** as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente a entrega e, quando aplicável, a montagem e a instalação dos bens contratados, prestando as informações e os esclarecimentos que venham a ser por ela solicitados.

7.4. Verificar, durante a vigência da contratação, a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

7.5. Verificar minuciosamente, nos prazos fixados, a conformidade do objeto perante as especificações constantes deste Termo de Referência e da Proposta Comercial, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

7.6. Emitir os Termos de Recebimento Provisório e Definitivo, conforme disposto no artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e artigos 140 e 141 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência, de sua proposta, deste instrumento e de eventuais anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

8.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da presente contratação ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

8.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao **CONTRATANTE** ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade

a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos o valor correspondente aos danos sofridos.

8.4. Manter atualizadas, durante a vigência da contratação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para esta contratação, compreendendo seus dados cadastrais.

8.5. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas por este instrumento, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE** e não poderá onerar o objeto deste instrumento.

8.6. Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.7. Efetuar comunicação ao **CONTRATANTE**, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização da entrega no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

8.8. Manter, durante toda a vigência deste instrumento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação.

8.9. Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação que for solicitado pela fiscalização deste instrumento.

8.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento deste instrumento.

8.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para

o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 124, inciso II, alínea d, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.12. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

8.13. Alocar os empregados e recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste instrumento, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

8.14. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos.

8.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.

8.16. Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações referentes a esta contratação.

8.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho.

8.18. Designar e manter preposto aceito pelo **CONTRATANTE** para representá-la na execução deste instrumento.

8.18.1. A indicação ou a manutenção do preposto da **CONTRATADA** poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.19. Não contratar, durante a vigência deste instrumento, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE** ou de agente público que tenha desempenhado função na contratação direta ou que atue na fiscalização

ou gestão deste instrumento, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.20. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto contratado.

8.21. Garantir o acesso do **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, aos documentos relativos à execução do objeto contratado.

8.22. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo responsável pela fiscalização do objeto contratado, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

8.23. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas do **CONTRATANTE**.

8.24. Responsabilizar-se por quaisquer ações judiciais, reivindicações ou reclamações, sendo a **CONTRATADA** considerada como única e exclusiva responsável por todos os ônus com que o **CONTRATANTE** venha a arcar, em qualquer época, decorrentes de tais ações oriundas do objeto do presente instrumento.

CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a **CONTRATADA** ao:

- a) Dar causa à inexecução parcial deste instrumento;
- b) Dar causa à inexecução parcial deste instrumento que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- c) Dar causa à inexecução total deste instrumento;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução deste instrumento;
- f) Praticar ato fraudulento na execução deste instrumento;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

9.2. O cometimento destas ou de qualquer outra infração prevista em Lei, condizente com a execução deste instrumento, sujeitará a **CONTRATADA** à aplicação das penalidades descritas nesta cláusula nona.

9.3. Serão aplicadas à **CONTRATADA** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.3.1. Advertência, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do objeto da contratação, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.3.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subcláusula 9.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subcláusula 9.1, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

9.3.4. Multa:

9.3.4.1. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a” da subcláusula 9.1, de 10% (dez por cento) do valor da contratação.

9.3.4.2. Compensatória, para a infração descrita na alínea “b” da subcláusula 9.1, de 12% (doze por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

9.3.4.3. Compensatória, para a inexecução total do objeto, prevista na alínea “c” da subcláusula 9.1, de 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

9.3.4.4. Moratória, para as infrações descritas na alínea “d” da subcláusula 9.1, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total da contratação, até o limite de 10 (dez) dias corridos.

9.3.4.4.1. Nos casos em que o atraso na entrega dos bens comprometa sua finalidade, prejudique ou inviabilize o objeto, será caracterizada a inexecução total do objeto, inclusive sem haver o pagamento dos serviços contratados pela ausência de sua execução.

9.3.4.5. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” da subcláusula 9.1, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

9.3.4.6. Compensatória, de 1% (um por cento) por ocorrência que caracterize o descumprimento das demais obrigações decorrentes deste instrumento e do Termo de Referência, calculada sobre o seu valor total, limitada a 10% (dez por cento).

9.4. As penalidades serão aplicadas, salvo se houver motivo de força maior ou caso fortuito, justificado e aceito, a critério exclusivo do **CONTRATANTE**.

9.5. A soma das penalidades não excederá a 30% (trinta por cento) do valor total deste instrumento.

9.6. As penalidades são independentes, ou seja, a aplicação de uma não exclui a das outras, devendo ser recolhidas ou descontadas de pagamentos eventualmente devidos pelo

CONTRATANTE, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir de sua comunicação à **CONTRATADA** ou, ainda, se for o caso, cobradas judicialmente.

9.7. O não recolhimento das multas, no prazo previsto, ensejará a incidência de atualização monetária e juros moratórios, calculados em conformidade com a Lei Municipal nº 13.275/2002 e sujeitará a **CONTRATADA** à aplicação do disposto no artigo 156, §8º da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.8. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE**.

9.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do artigo 158 da Lei Federal nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.12. No caso de aplicação de eventuais penalidades, será observado o procedimento previsto no Título IV, do Capítulo I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.13. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.13.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

9.13.2. As peculiaridades do caso concreto;

9.13.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.13.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.13.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. O uso de dados, informações e conteúdo eventualmente oriundos do objeto contratado está limitado à finalidade da prestação do objeto, sendo vedado seu uso para finalidades diferentes da expressamente determinada neste documento, sem o prévio consentimento do **CONTRATANTE**, não podendo os dados serem tratados posteriormente de forma incompatível com essa finalidade, incluindo operações de coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração dos dados.

10.1.1. As políticas de proteção de dados pessoais estabelecidas pelo **CONTRATANTE** e as previsões da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD prevalecerão sobre quaisquer disposições eventualmente diversas no presente instrumento e demais documentos que instruem este procedimento.

10.2. A **CONTRATADA** deverá prestar esclarecimentos ao **CONTRATANTE**, sobre eventuais atos ou fatos noticiados que se refiram ao tema desta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência da garantia de execução contratual, prevista nos artigos 96 e seguintes da Lei nº Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica do **CONTRATANTE**.

12.3. Registros que não caracterizam alteração do instrumento podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do artigo 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - REAJUSTE

13.1. Os preços serão reajustados aplicando-se o índice IPC-FIPE (mês de referência ____/____), acumulado em 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado (____/____/____).

13.2. A **CONTRATADA** deverá, caso seja solicitado pelo **CONTRATANTE**, instruir o pedido de reajuste com a documentação pertinente, para conferência e para homologação dos cálculos pelo **CONTRATANTE**.

13.3. O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da **CONTRATADA**, nos termos da subcláusula 13.1.

13.4. Na hipótese de divergência de valores entre o apresentado pela **CONTRATADA** e o conferido pelo **CONTRATANTE**, prevalecerá o verificado pelo **CONTRATANTE**, até que as partes dirimam a controvérsia.

13.5. O reajuste concedido será registrado por meio de apostila.

13.6. Eventuais revisões extraordinárias de preços somente poderão ser admitidas nos termos do artigo 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que comprovada a ocorrência de fato imprevisível

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca desta Capital para solução de quaisquer litígios relativos ao presente instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ANTICORRUPÇÃO

18.1. Para a execução deste instrumento, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta, quanto ao objeto deste instrumento, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma, conforme disposto no artigo 114, inciso II, do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

ANEXO DE EMPENHO – GRUPO VII

CONTRATANTE: **TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

CONTRATADA: **<DENOMINAÇÃO SOCIAL EMPRESA>**

CNPJ: **Nº**

ENDEREÇO:

TELEFONE:

ENDEREÇO ELETRÔNICO (*e-mail*):

OBJETO DO CONTRATO: Aquisição de material bibliográfico, constituído por livros impressos, destinado a compor o acervo da biblioteca e para atender às demandas dos Gabinetes, Unidades do TCMSP, professores e alunos da pós-graduação da EGC.

GRUPO: **VII**

VALOR: **R\$ _____**

PROCESSO Nº: **TC/003235/2026**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1.** Constitui objeto da presente Nota de Empenho a aquisição de material bibliográfico, constituído por livros impressos, destinado a compor o acervo da biblioteca e para atender às demandas dos Gabinetes, Unidades do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, professores e alunos da pós-graduação da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.2.1.** O Termo de Referência;

1.2.2. A proposta da **CONTRATADA**;

1.2.3. Demais documentos que instruem esta contratação e anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. O valor total desta Nota de Empenho é de <R\$ _____,___> <(valor por extenso)>, estando o preço unitário e a quantidade a seguir discriminados:

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ANO	ISBN	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Mudar a cidade: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos	Marcelo Lopes de Souza	Bertrand Brasil	2002	9788528608564	1	R\$	R\$
02	Dicionário de direitos humanos e afins	Nei Lopes	Civilização Brasileira	2025	9786558021940	1	R\$	R\$
03	O Longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo	Giovanni Arrighi	Contraponto	2007	9788585910105	1	R\$	R\$
04	Diário de obra: gestão de projetos, licitações e prática profissional	Fábio Guerrini, Marcel Musetti e Luiz Philippsen Jr.	Elsevier	2019	9788535292985	1	R\$	R\$

05	O que é justiça ambiental	Henri Acselrad, Cecília Campello Amaral Mello, Gustavo das Neves Bezerra	Garamond	2011	9788576171591	1	R\$	R\$
06	Direito ao erro do administrador público no Brasil	Pedro de Hollanda Dionísio	GZ	2019	9788595240681	1	R\$	R\$
07	Como mentir com estatística	Darrell Huff	Intrínseca	2016	9788580579529	1	R\$	R\$
08	Servidores Públicos no Brasil	Anna Carolina Migueis	Lúmen Juris	2023	9788551925096	1	R\$	R\$
09	A Lei de Responsabilidade Fiscal e as Renúncias de Receitas Tributárias	Núbia Nette Alves Oliveira de Castilhos	Lúmen Juris	2024	9788551931110	1	R\$	R\$
10	As Câmaras Municipais em Juízo e o Mito da Personalidade Judiciária	Rodrigo Emanuel de Araújo Dantas	Lúmen Juris	2026	9788551937501	1	R\$	R\$
11	Análise jurídica de políticas públicas	Pablo Rangell Mendes Rios Pereira	Lúmen Juris	2023	9788551925843	1	R\$	R\$
12	Plano diretor e audiência pública	Karine Grassi	Lúmen Juris	2023	9788551924143	1	R\$	R\$
13	O Ativismo do Tribunal de Contas	Keila Kremer	Lúmen Juris	2024	9788551928271	1	R\$	R\$

	da União no Âmbito das Licitações e Contratos Públicos							
14	Blockchain e a Administração Pública	Camilla Ellen Aragão Costa	Lúmen Juris	2025	9788551934463	1	R\$	R\$
15	A Cessão Onerosa dos Naming Rights de Bens Públicos	Nícolas Schuindt de Andrade	Lúmen Juris	2025	9788551935439	1	R\$	R\$
16	Mulheres no controle externo	Andressa Guimarães Torquato Fernandes, Adriana Cavalcanti Magalhães Faustino Ferreira, Ana Cristina Moraes	Lúmen Juris	2023	9788551927137	1	R\$	R\$
17	Conteúdo Jurídico da Juridicidade Administrativa	Ivon Jorge da Silva	Lúmen Juris	2025	9788551933268	1	R\$	R\$
18	Controle Democrático sobre as Decisões Públicas	Jorge Vilchez Guerrero	Lúmen Juris	2025	9788551937136	1	R\$	R\$
19	Direito Administrativo do Risco	Leonardo Antoun	Lúmen Juris	2024	9788551933176	1	R\$	R\$
20	Discricionariedade Técnica: A Administração Pública sob a Influência de Normas Técnicas	Felipe Ribeiro	Lúmen Juris	2025	9788551934852	1	R\$	R\$
21	A Verdade e as Formas Jurídicas	Michel Foucault	Nau Editora	2009	9788581280165	1	R\$	R\$

22	A era dos impérios: 1875-1914	Eric Hobsbawm	Paz e Terra	2012	9788577531011	1	R\$	R\$
23	A formação da classe operária inglesa, v. 1	E. P. Thompson	Paz e Terra	2012	9788577531691	1	R\$	R\$
24	A formação da classe operária inglesa, v. 2	E. P. Thompson	Paz e Terra	2012	9788577532070	1	R\$	R\$
25	A formação da classe operária inglesa, v. 3	E. P. Thompson	Paz e Terra	2012	9788577532087	1	R\$	R\$
26	Microfísica do poder	Michel Foucault	Paz e Terra	2021	9786555480078	1	R\$	R\$
27	Sociedade digital	Manuel Castells	Paz e Terra	2026	9786555481679	1	R\$	R\$
28	Fundações do pensamento político brasileiro: a construção intelectual do Estado no Brasil	Christian Lynch	TopBooks	2024	9786558970347	1	R\$	R\$
29	Vigiar e punir: Nascimento da prisão	Michel Foucault	Vozes	2014	9788532605085	1	R\$	R\$

2.1.1. No valor contratado estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, tais como impostos (federais, estaduais e/ou municipais), taxas, salários, transporte, seguros, fretes, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e seguros de acidente de trabalho, despesas com deslocamentos, enfim, todas as despesas e materiais necessários para atender o objeto desta contratação, bem assim deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos.

2.1.2. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos valores, não se justificando pedidos de acréscimos a qualquer título.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA, DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

3.1. O prazo de vigência da contratação será de 90 (noventa) dias corridos, contados da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

3.2. A Nota de Empenho será emitida em data a ser definida pelo **CONTRATANTE**.

3.2.1. O envio da Nota de Empenho se dará de forma eletrônica (*e-mail*), com prazo de 48 (quarenta e oito) horas para confirmação do recebimento do *e-mail*. Transcorrido o referido prazo sem manifestação expressa da **CONTRATADA**, considerar-se-á iniciada a contagem do prazo estabelecido na subcláusula 3.3 para entrega dos bens.

3.3. O prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho.

3.3.1. O fornecimento poderá ocorrer de forma parcelada, desde que cada entrega parcial respeite o prazo global estabelecido no item 3.1. Cada entrega deverá ser acompanhada da respectiva Nota Fiscal/Fatura referente exclusivamente aos itens entregues, permitindo a realização de ateste e liquidação parcial, conforme art. 63 da Lei nº 4.320/1964.

3.4. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

3.5. O objeto ora contratado será recebido, provisória e definitivamente, pelo fiscal da contratação, conforme estabelecido no Termo de Referência, observadas as disposições do artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e dos artigos 140 e 141 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

CLÁUSULA QUARTA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO DO OBJETO E GESTÃO DO CONTRATO

- 4.1.** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam do Termo de Referência, anexo a esta Nota de Empenho.

CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 5.1.** É vedada à **CONTRATADA** a subcontratação total ou parcial do objeto deste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 6.1.** Os critérios de medição e as demais condições a eles referentes encontram-se definidos no Termo de Referência anexo a esta Nota de Empenho.
- 6.2.** O(s) pagamento(s) será(ão) realizado(s) em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da nota fiscal ou documento equivalente, mediante ateste do responsável pela fiscalização da contratação, dos documentos exigidos em lei ou nesta Nota de Empenho, desde que cumpridas todas as exigências legais e contratuais pela **CONTRATADA**, por meio de depósito em conta corrente ou de ficha de compensação, ambas de titularidade da **CONTRATADA**.
- 6.3.** Antes dos pagamentos, o **CONTRATANTE** efetuará consulta ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN. A existência de registro no CADIN impede a realização de pagamento, conforme estabelecido no inciso II, art. 3º, da Lei Municipal nº 14.094/2005.
- 6.4.** Na hipótese de erro ou divergência com as condições contratadas, a nota fiscal ou documento equivalente será recusada pelo **CONTRATANTE**, mediante declaração expressa das razões da desconformidade, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data da apresentação da nova nota fiscal ou documento equivalente, devidamente corrigida.

6.5. Os pagamentos efetuados com atraso, por culpa exclusiva do **CONTRATANTE**, terão o valor do principal corrigido monetariamente pelo índice de remuneração básica da caderneta de poupança e incidência de juros simples, no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, para fins de compensação da mora (TR + 0,5% *pro-rata tempore*), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorrer (conforme Portaria nº 05/2012-SF).

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações do **CONTRATANTE**:

7.1.1. Exigir, da **CONTRATADA**, o cumprimento de todas as obrigações descritas no Termo de Referência, neste instrumento, bem como dos demais documentos vinculantes à execução do objeto desta contratação e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, bem como no artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e nos artigos 140 e 141 do Decreto Municipal nº 62.100/2022;

7.1.3. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto e o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**;

7.1.5. Indicar o servidor que atuará como fiscal da contratação;

7.1.6. Rejeitar, justificadamente, no todo ou em parte, a execução do objeto da contratação realizada em desacordo com a especificação, inclusive na hipótese execução por terceiros sem autorização;

7.1.7. Comunicar a **CONTRATADA** para emissão de nota fiscal ou documento equivalente relativa à parcela incontroversa da execução deste instrumento, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade e quantidade, conforme o artigo 143 da Lei Federal nº 14.133/2021;

7.1.8. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** do valor correspondente à execução deste instrumento, no prazo, forma e condições estabelecidos na presente Nota de Empenho e no Termo de Referência;

7.1.9. Aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas na lei e neste instrumento;

7.1.10. Não praticar atos de ingerência na administração da **CONTRATADA**;

7.1.11. Cientificar os setores competentes para a adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela **CONTRATADA**;

7.1.12. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente instrumento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução contratual.

7.2. O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.3. Proporcionar à **CONTRATADA** as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente a entrega e, quando aplicável, a montagem e a instalação dos bens contratados, prestando as informações e os esclarecimentos que venham a ser por ela solicitados.

7.4. Verificar, durante a vigência da contratação, a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

7.5. Verificar minuciosamente, nos prazos fixados, a conformidade do objeto perante as especificações constantes deste Termo de Referência e da Proposta Comercial, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

7.6. Emitir os Termos de Recebimento Provisório e Definitivo, conforme disposto no artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e artigos 140 e 141 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência, de sua proposta, deste instrumento e de eventuais anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

8.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da presente contratação ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

8.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao **CONTRATANTE** ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos o valor correspondente aos danos sofridos.

8.4. Manter atualizadas, durante a vigência da contratação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para esta contratação, compreendendo seus dados cadastrais.

8.5. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas por este instrumento, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE** e não poderá onerar o objeto deste instrumento.

8.6. Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.7. Efetuar comunicação ao **CONTRATANTE**, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização da entrega no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

8.8. Manter, durante toda a vigência deste instrumento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação.

8.9. Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação que for solicitado pela fiscalização deste instrumento.

8.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento deste instrumento.

8.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 124, inciso II, alínea d, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.12. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

8.13. Alocar os empregados e recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste instrumento, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

8.14. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos.

8.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.

8.16. Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações referentes a esta contratação.

8.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho.

8.18. Designar e manter preposto aceito pelo **CONTRATANTE** para representá-la na execução deste instrumento.

8.18.1. A indicação ou a manutenção do preposto da **CONTRATADA** poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.19. Não contratar, durante a vigência deste instrumento, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE** ou de agente público que tenha desempenhado função na contratação direta ou que atue na fiscalização ou gestão deste instrumento, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.20. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto contratado.

8.21. Garantir o acesso do **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, aos documentos relativos à execução do objeto contratado.

8.22. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo responsável pela fiscalização do objeto contratado, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

8.23. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas do **CONTRATANTE**.

8.24. Responsabilizar-se por quaisquer ações judiciais, reivindicações ou reclamações, sendo a **CONTRATADA** considerada como única e exclusiva responsável por todos os ônus com que o **CONTRATANTE** venha a arcar, em qualquer época, decorrentes de tais ações oriundas do objeto do presente instrumento.

CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a **CONTRATADA** ao:

- a) Dar causa à inexecução parcial deste instrumento;
- b) Dar causa à inexecução parcial deste instrumento que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total deste instrumento;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução deste instrumento;

- f) Praticar ato fraudulento na execução deste instrumento;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

9.2. O cometimento destas ou de qualquer outra infração prevista em Lei, condizente com a execução deste instrumento, sujeitará a **CONTRATADA** à aplicação das penalidades descritas nesta cláusula nona.

9.3. Serão aplicadas à **CONTRATADA** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.3.1. Advertência, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do objeto da contratação, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.3.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subcláusula 9.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subcláusula 9.1, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

9.3.4. Multa:

9.3.4.1. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a” da subcláusula 9.1, de 10% (dez por cento) do valor da contratação.

9.3.4.2. Compensatória, para a infração descrita na alínea “b” da subcláusula 9.1, de 12% (doze por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

9.3.4.3. Compensatória, para a inexecução total do objeto, prevista na alínea “c” da subcláusula 9.1, de 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

9.3.4.4. Moratória, para as infrações descritas na alínea “d” da subcláusula 9.1, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total da contratação, até o limite de 10 (dez) dias corridos.

9.3.4.4.1. Nos casos em que o atraso na entrega dos bens comprometa sua finalidade, prejudique ou inviabilize o objeto, será caracterizada a inexecução total do objeto, inclusive sem haver o pagamento dos serviços contratados pela ausência de sua execução.

9.3.4.5. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” da subcláusula 9.1, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

9.3.4.6. Compensatória, de 1% (um por cento) por ocorrência que caracterize o descumprimento das demais obrigações decorrentes deste instrumento e do Termo de Referência, calculada sobre o seu valor total, limitada a 10% (dez por cento).

9.4. As penalidades serão aplicadas, salvo se houver motivo de força maior ou caso fortuito, justificado e aceito, a critério exclusivo do **CONTRATANTE**.

9.5. A soma das penalidades não excederá a 30% (trinta por cento) do valor total deste instrumento.

9.6. As penalidades são independentes, ou seja, a aplicação de uma não exclui a das outras, devendo ser recolhidas ou descontadas de pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE**, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir de sua comunicação à **CONTRATADA** ou, ainda, se for o caso, cobradas judicialmente.

9.7. O não recolhimento das multas, no prazo previsto, ensejará a incidência de atualização monetária e juros moratórios, calculados em conformidade com a Lei Municipal nº 13.275/2002 e sujeitará a **CONTRATADA** à aplicação do disposto no artigo 156, §8º da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.8. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE**.

9.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do artigo 158 da Lei Federal nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.12. No caso de aplicação de eventuais penalidades, será observado o procedimento previsto no Título IV, do Capítulo I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.13. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.13.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

9.13.2. As peculiaridades do caso concreto;

9.13.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.13.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.13.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. O uso de dados, informações e conteúdo eventualmente oriundos do objeto contratado está limitado à finalidade da prestação do objeto, sendo vedado seu uso para finalidades diferentes

da expressamente determinada neste documento, sem o prévio consentimento do **CONTRATANTE**, não podendo os dados serem tratados posteriormente de forma incompatível com essa finalidade, incluindo operações de coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração dos dados.

10.1.1. As políticas de proteção de dados pessoais estabelecidas pelo **CONTRATANTE** e as previsões da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD prevalecerão sobre quaisquer disposições eventualmente diversas no presente instrumento e demais documentos que instruem este procedimento.

10.2. A **CONTRATADA** deverá prestar esclarecimentos ao **CONTRATANTE**, sobre eventuais atos ou fatos noticiados que se refiram ao tema desta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência da garantia de execução contratual, prevista nos artigos 96 e seguintes da Lei nº Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica do **CONTRATANTE**.

12.3. Registros que não caracterizam alteração do instrumento podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do artigo 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - REAJUSTE

13.1. Os preços serão reajustados aplicando-se o índice IPC-FIPE (mês de referência ____/____/____), acumulado em 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado (____/____/____).

13.2. A **CONTRATADA** deverá, caso seja solicitado pelo **CONTRATANTE**, instruir o pedido de reajuste com a documentação pertinente, para conferência e para homologação dos cálculos pelo **CONTRATANTE**.

13.3. O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da **CONTRATADA**, nos termos da subcláusula 13.1.

13.4. Na hipótese de divergência de valores entre o apresentado pela **CONTRATADA** e o conferido pelo **CONTRATANTE**, prevalecerá o verificado pelo **CONTRATANTE**, até que as partes dirimam a controvérsia.

13.5. O reajuste concedido será registrado por meio de apostila.

13.6. Eventuais revisões extraordinárias de preços somente poderão ser admitidas nos termos do artigo 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que comprovada a ocorrência de fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, devidamente demonstrada a variação dos custos e mediante autorização formal da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas resultantes do presente instrumento correrão por conta dos recursos constantes da(s) dotação(ões) orçamentária(s)

< _____ > e, no próximo exercício, se for o caso, à conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s) prevista(s) para atender a despesas da mesma natureza.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Aplicam-se ao presente a Lei Federal nº 14.133/2021, o Decreto Municipal nº 62.100/2022 e legislação correlata, e, quando for o caso, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado, inclusive as específicas para o objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no artigo 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao artigo 91, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca desta Capital para solução de quaisquer litígios relativos ao presente instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ANTICORRUPÇÃO

18.1. Para a execução deste instrumento, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta, quanto ao objeto deste instrumento, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma, conforme disposto no artigo 114, inciso II, do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

ANEXO DE EMPENHO – GRUPO VIII

CONTRATANTE: **TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

CONTRATADA: **<DENOMINAÇÃO SOCIAL EMPRESA>**

CNPJ: **Nº**

ENDEREÇO:

TELEFONE:

ENDEREÇO ELETRÔNICO (*e-mail*):

OBJETO DO CONTRATO: Aquisição de material bibliográfico, constituído por livros impressos, destinado a compor o acervo da biblioteca e para atender às demandas dos Gabinetes, Unidades do TCMSP, professores e alunos da pós-graduação da EGC.

GRUPO: **VIII**

VALOR: **R\$ _____**

PROCESSO Nº: **TC/003235/2026**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1.** Constitui objeto da presente Nota de Empenho a aquisição de material bibliográfico, constituído por livros impressos, destinado a compor o acervo da biblioteca e para atender às demandas dos Gabinetes, Unidades do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, professores e alunos da pós-graduação da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.2.1.** O Termo de Referência;

1.2.2. A proposta da **CONTRATADA**;

1.2.3. Demais documentos que instruem esta contratação e anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. O valor total desta Nota de Empenho é de <R\$ _____,___> <(valor por extenso)>, estando o preço unitário e a quantidade a seguir discriminados:

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORIA	ANO	ISBN	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Implementação de políticas públicas: autonomia e democracia - teoria e prática	Sullivan Desirée Fischer	Appris	2019	978-8547326241	1	R\$	R\$
02	Pensamento Político Brasileiro: Temas, Problemas e Perspectivas	organizadores Christian Edward Cyril Lynch, Elizeu Santiago Tavares de Sousa, Paulo Henrique Paschoeto Cassimiro	Appris	2019	9788547327699	1	R\$	R\$
03	Políticas públicas: princípio da eficiência e a responsabilidade do agente político	Luísa Fófano Chudzij	Appris	2021	9786558203254	1	R\$	R\$

04	Arte de projetar em arquitetura	Ernest Neufert	Bookman	2022	9788582605752	1	R\$	R\$
05	Contabilidade gerencial	Peter C. Brewer , Eric W. Noreen , Ray H. Garrison	Bookman	2026	9788582607039	1	R\$	R\$
06	Estudo de Caso: Planejamento e Métodos	Robert K. Yin	Bookman	2015	9788582602317	1	R\$	R\$
07	Introdução à Economia	N. Gregory Mankiw	Bookman	2025	9788582606766	1	R\$	R\$
08	Manual de BIM: Um Guia de Modelagem da Informação da Construção para Arquitetos, Engenheiros, Gerentes, Construtores e Incorporadores	Rafael Sacks, Charles Eastman, Paul Teicholz, Lee Ghang, Eduardo Toledo Santos, Sergio Scheer	Bookman	2021	9788582605516	1	R\$	R\$
09	Manual do Arquiteto	Pamela Buxton	Bookman	2017	9788582604311	1	R\$	R\$
10	Introdução à engenharia ambiental	Ronan Contrera etc.	Bookman	2021	9788582605578	1	R\$	R\$
11	Introdução ao pensamento político brasileiro no século XX	coordenador Gustavo César Machado Cabral	CRV	2019	9788544430392	1	R\$	R\$

12	Mudança climática:Planejando Municípios Resilientes com Inteligência Artificial	Albert Moreira	CRV	2025	9786525175058	1	R\$	R\$
13	Controle Interno e Externo da Administração Pública	Ely Célia Corbari, Joel De Jesus Macedo	Intersaberes	2012	9788582121252	1	R\$	R\$
14	Gestão de políticas públicas:: conceitos, aportes teóricos e modelos analíticos	Paulo Nascimento Neto	InterSaberes	2021	978-6555178838	1	R\$	R\$
15	Noções Gerais sobre Orçamento Público e Responsabilidade Fiscal	Elizabeth Bezerra Lopes Murakami	InterSaberes	2021	9788522703395	1	R\$	R\$
16	Pensamento social e político brasileiro	Gustavo Biscaia de Lacerda	InterSaberes	2017	9788559724349	1	R\$	R\$
17	Servidor Público: Reforma Administrativa, Estabilidade, Empregado Público, Direito Adquirido	Ana Luísa Celino Coutinho	Juruá	2003	8536204826	1	R\$	R\$
18	Sistema de Controle Interno da Administração Pública	José Osvaldo Glock	Juruá	2015	9788536253565	1	R\$	R\$
19	Desastres Ambientais e Violação de Direitos Humanos e Fundamentais - A Mudança Climática como Multiplicador de Riscos	Joana D’Arc Dias Martins	Juruá	2025	9786526311134	1	R\$	R\$

20	A eficácia dos Direitos Fundamentais	Ingo Wolfgang Sarlet	Livraria do Advogado	2024	9788595901131	1	R\$	R\$
21	Dignidade (da Pessoa) Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988	Ingo Wolfgang Sarlet	Livraria do Advogado	2024	9788595901018	1	R\$	R\$
22	Licitações de obras públicas	Juliano Rodrigues Machado	Livraria do Advogado	2023	9786586017861	1	R\$	R\$
23	Precificação: Precificar Serviços e Empreitadas em Engenharia	Antonio Victorino Avila e Antônio Edésio Jungles	Livre Escrita	2024	9786525054537	1	R\$	R\$
24	A administração pública e a opção pela utilização da arbitragem: a preservação da autonomia do método de solução de disputas contratuais e a criação de ambiente negocial favorável	João Paulo Santos Borba	Thoth Editora	2024	9786559597604	1	R\$	R\$
25	Acordo de não persecução civil: primazia do consenso na improbidade administrativa - segurança jurídica e	Rubens Soares Sá Viana Junior	Thoth Editora	2023	9786559595419	1	R\$	R\$

	transversalidade							
26	Amicus curiae: pluralismo democrático no controle judicial de políticas públicas	Hélio Donisete Cavallaro Filho	Thoth Editora	2024	9786559599394	1	R\$	R\$
27	As concessões administrativas de serviços públicos e a privatização da saúde no Brasil: uma análise sobre a efetiva contribuição das parcerias público-privadas para a melhoria das ações e serviços do SUS	Cintia Barudi Lopes	Thoth Editora	2024	9786559599745	1	R\$	R\$
28	Direito administrativo explicado	Vinícius Alves Scherch	Thoth Editora	2023	9786559594528	1	R\$	R\$
29	Direito municipal: teoria e prática	coordenador es Daniela Copetti Cravo , Rafael Ramos , Vanêsa Buzelato Prestes	Thoth Editora	2023	9786559596485	1	R\$	R\$
30	Empresas estatais e integridade: a regulamentação dos processos de contratação pública como ferramenta de gestão	Philippe Magalhães Bezerra	Thoth Editora	2024	9786559597390	1	R\$	R\$

31	Entre as alternativas possíveis e o erro grosseiro nas contratações públicas: a LINDB e os impactos na responsabilização do agente público	Carlos Henrique Benedito Nitão Loureiro	Thoth Editora	2022	9786559593903	1	R\$	R\$
32	Fundamentação das decisões judiciais: direito-garantia fundamental à justificação e instrumentos de controle	Stanlei Ernesto Prause Fontana	Thoth Editora	2024	9786559597628	1	R\$	R\$
33	Manual de soluções extrajudiciais de conflitos na administração pública	João Eduardo Lopes de Queiroz	Thoth Editora	2021	9786559590643	1	R\$	R\$
34	Manual dos precatórios: como entender e trabalhar com esse método de pagamento das dívidas públicas	Ravi Peixoto	Thoth Editora	2024	9786559597109	1	R\$	R\$
35	Manual objetivo de direito administrativo	Rafael Freire Ferreira	Thoth Editora	2024	9786559597451	1	R\$	R\$
36	Manual prático de contratações públicas: redigido por advogados públicos	Carolina Zancaner Zockun , Flávio Garcia Cabral , Mônica Éllen Pinto Bezerra	Thoth Editora	2023	9786559594894	1	R\$	R\$

		Antinarelli						
37	O controle do direito flexível (soft law) interno: a normatividade, a efetividade e a abusividade de atos sem vinculatividade imediata	Soraya Noura Y Maurity	Thoth Editora	2025	9786551130731	1	R\$	R\$
38	O incidente de desconsideração da personalidade jurídica: genealogia, fundamentos e interpretação	Bruno Miola da Silva	Thoth Editora	2021	9786559590308	1	R\$	R\$
39	Os precedentes judiciais na visão da administração pública	Rebeca Santa Cruz	Thoth Editora	2025	9786559599868	1	R\$	R\$
40	Perspectivas, possibilidades e desafios do direito público	Felipe Chiarello de Souza Pinto , Gianpaolo Poggio Smanio , Michelle Asato Junqueira	Thoth Editora	2024	9786559597642	1	R\$	R\$
41	Programa de integridade e compliance como direito fundamental à boa administração pública	Carolina de Carvalho Miranda Marques	Thoth Editora	2024	9786559597352	1	R\$	R\$

42	Súmulas administrativas e pareceres normativos como fontes do direito processual: por uma intrínseca efetivação da redução de litigiosidade pelo poder público	Marco Aurélio Ventura Peixoto	Thoth Editora	2025	9786551130465	1	R\$	R\$
43	Superação do precedente e modulação de efeitos	Ravi Peixoto	Thoth Editora	2024	9786559597826	1	R\$	R\$
44	Terceirização na administração pública: composição de custos, reajustes, repactuações e reequilíbrios contratuais	Thiago Anderson Zagatto	Thoth Editora	2023	9786559594962	1	R\$	R\$

2.1.1. No valor contratado estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, tais como impostos (federais, estaduais e/ou municipais), taxas, salários, transporte, seguros, fretes, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e seguros de acidente de trabalho, despesas com deslocamentos, enfim, todas as despesas e materiais necessários para atender o objeto desta contratação, bem assim deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos.

2.1.2. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos valores, não se justificando pedidos de acréscimos a qualquer título.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA, DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

3.1. O prazo de vigência da contratação será de 90 (noventa) dias corridos, contados da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

3.2. A Nota de Empenho será emitida em data a ser definida pelo **CONTRATANTE**.

3.2.1. O envio da Nota de Empenho se dará de forma eletrônica (*e-mail*), com prazo de 48 (quarenta e oito) horas para confirmação do recebimento do *e-mail*. Transcorrido o referido prazo sem manifestação expressa da **CONTRATADA**, considerar-se-á iniciada a contagem do prazo estabelecido na subcláusula 3.3 para entrega dos bens.

3.3. O prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho.

3.3.1. O fornecimento poderá ocorrer de forma parcelada, desde que cada entrega parcial respeite o prazo global estabelecido no item 3.1. Cada entrega deverá ser acompanhada da respectiva Nota Fiscal/Fatura referente exclusivamente aos itens entregues, permitindo a realização de ateste e liquidação parcial, conforme art. 63 da Lei nº 4.320/1964.

3.4. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

3.5. O objeto ora contratado será recebido, provisória e definitivamente, pelo fiscal da contratação, conforme estabelecido no Termo de Referência, observadas as disposições do artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e dos artigos 140 e 141 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

CLÁUSULA QUARTA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO DO OBJETO E GESTÃO DO CONTRATO

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam do Termo de Referência, anexo a esta Nota de Empenho.

CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1. É vedada à **CONTRATADA** a subcontratação total ou parcial do objeto deste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1. Os critérios de medição e as demais condições a eles referentes encontram-se definidos no Termo de Referência anexo a esta Nota de Empenho.

6.2. O(s) pagamento(s) será(ão) realizado(s) em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da nota fiscal ou documento equivalente, mediante ateste do responsável pela fiscalização da contratação, dos documentos exigidos em lei ou nesta Nota de Empenho, desde que cumpridas todas as exigências legais e contratuais pela **CONTRATADA**, por meio de depósito em conta corrente ou de ficha de compensação, ambas de titularidade da **CONTRATADA**.

6.3. Antes dos pagamentos, o **CONTRATANTE** efetuará consulta ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN. A existência de registro no CADIN impede a realização de pagamento, conforme estabelecido no inciso II, art. 3º, da Lei Municipal nº 14.094/2005.

6.4. Na hipótese de erro ou divergência com as condições contratadas, a nota fiscal ou documento equivalente será recusada pelo **CONTRATANTE**, mediante declaração expressa das razões da desconformidade, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data da apresentação da nova nota fiscal ou documento equivalente, devidamente corrigida.

6.5. Os pagamentos efetuados com atraso, por culpa exclusiva do **CONTRATANTE**, terão o valor do principal corrigido monetariamente pelo índice de remuneração básica da caderneta de poupança e incidência de juros simples, no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, para fins de compensação da mora (TR + 0,5% *pro-rata tempore*), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorrer (conforme Portaria nº 05/2012-SF).

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações do CONTRATANTE:

7.1.1. Exigir, da **CONTRATADA**, o cumprimento de todas as obrigações descritas no Termo de Referência, neste instrumento, bem como dos demais documentos vinculantes à execução do objeto desta contratação e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, bem como no artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e nos artigos 140 e 141 do Decreto Municipal nº 62.100/2022;

7.1.3. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto e o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**;

7.1.5. Indicar o servidor que atuará como fiscal da contratação;

7.1.6. Rejeitar, justificadamente, no todo ou em parte, a execução do objeto da contratação realizada em desacordo com a especificação, inclusive na hipótese execução por terceiros sem autorização;

7.1.7. Comunicar a **CONTRATADA** para emissão de nota fiscal ou documento equivalente relativa à parcela incontroversa da execução deste instrumento, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade e quantidade, conforme o artigo 143 da Lei Federal nº 14.133/2021;

7.1.8. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** do valor correspondente à execução deste instrumento, no prazo, forma e condições estabelecidos na presente Nota de Empenho e no Termo de Referência;

7.1.9. Aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas na lei e neste instrumento;

7.1.10. Não praticar atos de ingerência na administração da **CONTRATADA**;

7.1.11. Cientificar os setores competentes para a adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela **CONTRATADA**;

7.1.12. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente instrumento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução contratual.

7.2. O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.3. Proporcionar à **CONTRATADA** as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente a entrega e, quando aplicável, a montagem e a instalação dos bens contratados, prestando as informações e os esclarecimentos que venham a ser por ela solicitados.

7.4. Verificar, durante a vigência da contratação, a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

7.5. Verificar minuciosamente, nos prazos fixados, a conformidade do objeto perante as especificações constantes deste Termo de Referência e da Proposta Comercial, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

7.6. Emitir os Termos de Recebimento Provisório e Definitivo, conforme disposto no artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e artigos 140 e 141 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência, de sua proposta, deste instrumento e de eventuais anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

8.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da presente contratação ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

8.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao **CONTRATANTE** ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos o valor correspondente aos danos sofridos.

8.4. Manter atualizadas, durante a vigência da contratação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para esta contratação, compreendendo seus dados cadastrais.

8.5. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas por este instrumento, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE** e não poderá onerar o objeto deste instrumento.

8.6. Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.7. Efetuar comunicação ao **CONTRATANTE**, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização da entrega no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

8.8. Manter, durante toda a vigência deste instrumento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação.

8.9. Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação que for solicitado pela fiscalização deste instrumento.

8.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento deste instrumento.

8.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 124, inciso II, alínea d, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.12. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

8.13. Alocar os empregados e recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste instrumento, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

8.14. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos.

8.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.

8.16. Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações referentes a esta contratação.

8.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho.

8.18. Designar e manter preposto aceito pelo **CONTRATANTE** para representá-la na execução deste instrumento.

8.18.1. A indicação ou a manutenção do preposto da **CONTRATADA** poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.19. Não contratar, durante a vigência deste instrumento, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE** ou de agente público que tenha desempenhado função na contratação direta ou que atue na fiscalização ou gestão deste instrumento, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.20. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto contratado.

8.21. Garantir o acesso do **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, aos documentos relativos à execução do objeto contratado.

8.22. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo responsável pela fiscalização do objeto contratado, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

8.23. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas do **CONTRATANTE**.

8.24. Responsabilizar-se por quaisquer ações judiciais, reivindicações ou reclamações, sendo a **CONTRATADA** considerada como única e exclusiva responsável por todos os ônus com que o **CONTRATANTE** venha a arcar, em qualquer época, decorrentes de tais ações oriundas do objeto do presente instrumento.

CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a **CONTRATADA** ao:

- a) Dar causa à inexecução parcial deste instrumento;
- b) Dar causa à inexecução parcial deste instrumento que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total deste instrumento;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução deste instrumento;

- f) Praticar ato fraudulento na execução deste instrumento;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

9.2. O cometimento destas ou de qualquer outra infração prevista em Lei, condizente com a execução deste instrumento, sujeitará a **CONTRATADA** à aplicação das penalidades descritas nesta cláusula nona.

9.3. Serão aplicadas à **CONTRATADA** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.3.1. Advertência, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do objeto da contratação, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.3.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subcláusula 9.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subcláusula 9.1, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

9.3.4. Multa:

9.3.4.1. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a” da subcláusula 9.1, de 10% (dez por cento) do valor da contratação.

9.3.4.2. Compensatória, para a infração descrita na alínea “b” da subcláusula 9.1, de 12% (doze por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

9.3.4.3. Compensatória, para a inexecução total do objeto, prevista na alínea “c” da subcláusula 9.1, de 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

9.3.4.4. Moratória, para as infrações descritas na alínea “d” da subcláusula 9.1, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total da contratação, até o limite de 10 (dez) dias corridos.

9.3.4.4.1. Nos casos em que o atraso na entrega dos bens comprometa sua finalidade, prejudique ou inviabilize o objeto, será caracterizada a inexecução total do objeto, inclusive sem haver o pagamento dos serviços contratados pela ausência de sua execução.

9.3.4.5. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” da subcláusula 9.1, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

9.3.4.6. Compensatória, de 1% (um por cento) por ocorrência que caracterize o descumprimento das demais obrigações decorrentes deste instrumento e do Termo de Referência, calculada sobre o seu valor total, limitada a 10% (dez por cento).

9.4. As penalidades serão aplicadas, salvo se houver motivo de força maior ou caso fortuito, justificado e aceito, a critério exclusivo do **CONTRATANTE**.

9.5. A soma das penalidades não excederá a 30% (trinta por cento) do valor total deste instrumento.

9.6. As penalidades são independentes, ou seja, a aplicação de uma não exclui a das outras, devendo ser recolhidas ou descontadas de pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE**, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir de sua comunicação à **CONTRATADA** ou, ainda, se for o caso, cobradas judicialmente.

9.7. O não recolhimento das multas, no prazo previsto, ensejará a incidência de atualização monetária e juros moratórios, calculados em conformidade com a Lei Municipal nº 13.275/2002 e sujeitará a **CONTRATADA** à aplicação do disposto no artigo 156, §8º da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.8. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE**.

9.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do artigo 158 da Lei Federal nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.12. No caso de aplicação de eventuais penalidades, será observado o procedimento previsto no Título IV, do Capítulo I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.13. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.13.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

9.13.2. As peculiaridades do caso concreto;

9.13.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.13.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.13.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. O uso de dados, informações e conteúdo eventualmente oriundos do objeto contratado está limitado à finalidade da prestação do objeto, sendo vedado seu uso para finalidades diferentes

da expressamente determinada neste documento, sem o prévio consentimento do **CONTRATANTE**, não podendo os dados serem tratados posteriormente de forma incompatível com essa finalidade, incluindo operações de coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração dos dados.

10.1.1. As políticas de proteção de dados pessoais estabelecidas pelo **CONTRATANTE** e as previsões da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD prevalecerão sobre quaisquer disposições eventualmente diversas no presente instrumento e demais documentos que instruem este procedimento.

10.2. A **CONTRATADA** deverá prestar esclarecimentos ao **CONTRATANTE**, sobre eventuais atos ou fatos noticiados que se refiram ao tema desta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência da garantia de execução contratual, prevista nos artigos 96 e seguintes da Lei nº Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica do **CONTRATANTE**.

14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - REAJUSTE

acumulado em 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado (/ /).

CONTRATANTE.

CONTRATADA, nos termos da subcláusula 13.1.

controvérsia.

13.5. O reajuste concedido será registrado por meio de apostila.

mediante autorização formal da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

 $da(s)$

dotação(ões)

orçamentária(s)

< _____ > e, no próximo exercício, se for o caso, à conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s) prevista(s) para atender a despesas da mesma natureza.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Aplicam-se ao presente a Lei Federal nº 14.133/2021, o Decreto Municipal nº 62.100/2022 e legislação correlata, e, quando for o caso, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado, inclusive as específicas para o objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no artigo 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao artigo 91, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca desta Capital para solução de quaisquer litígios relativos ao presente instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ANTICORRUPÇÃO

18.1. Para a execução deste instrumento, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta, quanto ao objeto deste instrumento, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma, conforme disposto no artigo 114, inciso II, do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

ANEXO DE EMPENHO - GRUPO IX

CONTRATANTE: **TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

CONTRATADA: **<DENOMINAÇÃO SOCIAL EMPRESA>**

CNPJ: **Nº**

ENDEREÇO:

TELEFONE:

ENDEREÇO ELETRÔNICO (*e-mail*):

OBJETO DO CONTRATO: Aquisição de material bibliográfico, constituído por livros impressos, destinado a compor o acervo da biblioteca e para atender às demandas dos Gabinetes, Unidades do TCMSP, professores e alunos da pós-graduação da EGC.

GRUPO: IX

VALOR: R\$ _____

PROCESSO Nº: TC/003235/2026

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1.** Constitui objeto da presente Nota de Empenho a aquisição de material bibliográfico, constituído por livros impressos, destinado a compor o acervo da biblioteca e para atender às demandas dos Gabinetes, Unidades do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, professores e alunos da pós-graduação da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.2.1.** O Termo de Referência;

1.2.2. A proposta da **CONTRATADA**;

1.2.3. Demais documentos que instruem esta contratação e anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. O valor total desta Nota de Empenho é de <R\$ _____, __> <(valor por extenso)>, estando o preço unitário e a quantidade a seguir discriminados:

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORIA	ANO	ISBN	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Administração Financeira e Orçamentária	Giovanni Pacelli	Juspodvim	2026	9788544265321	1	R\$	R\$
02	Direito administrativo brasileiro	Hely Lopes Meirelles	Juspodvim	2025	9788544269800	1	R\$	R\$
03	Guia de Sobrevivência do Ordenador de Despesas: União, Estados e Municípios	Giovanni Pacelli	Juspodvim	2026	9788544263648	1	R\$	R\$
04	Lei de Improbidade Administrativa Comentada	Marino Pazzaglini Filho	Juspodvim	2025	9788544253922	1	R\$	R\$

05	Planejamento das contratações públicas: conforme a lei nº 14.133/2021	Carlos Henrique Harper Cox	Juspodvim	2026	9788544269855	1	R\$	R\$
06	Manual de direito digital	Walter Aranha Capanema	Juspodvim	2026	9788544274958	1	R\$	R\$
07	Finanças públicas	José Matias-Pereira	Juspodvim	2026	9788544269640	1	R\$	R\$
08	Parecer jurídico nas contratações públicas: análise prática e teórica	Matheus Carvalho, Laís Cristina Bandeira	Juspodvim	2025	9788544264331	1	R\$	R\$
09	Prática administrativa	Ana Carolina Victalino, Daniel Lamounier, Darlan Barroso, Marco Antonio Araujo Junior, Marcos Oliveira	Juspodvim	2026	9788544265772	1	R\$	R\$
10	Direito contratual das obras públicas	Rafael Alves Menezes	Juspodvim	2026	9788544268858	1	R\$	R\$
11	Modulação de efeitos da decisão de invalidação de ato administrativo: participação das partes como caminho para segurança jurídica e eficiência	Aline Aparecida De Miranda	Juspodvim	2026	9788544265406	1	R\$	R\$

12	Direito municipal brasileiro	Nelson Nery Costa	Juspodvim	2024	9786558131076	1	R\$	R\$
13	A vinculação da administração pública aos precedentes judiciais obrigatórios	Ana Karenina Silva Ramalho de Andrade	Gazeta Jurídica	2025	9786587255165	1	R\$	R\$

2.1.1. No valor contratado estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, tais como impostos (federais, estaduais e/ou municipais), taxas, salários, transporte, seguros, fretes, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e seguros de acidente de trabalho, despesas com deslocamentos, enfim, todas as despesas e materiais necessários para atender o objeto desta contratação, bem assim deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos.

2.1.2. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos valores, não se justificando pedidos de acréscimos a qualquer título.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA, DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

3.1. O prazo de vigência da contratação será de 90 (noventa) dias corridos, contados da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

3.2. A Nota de Empenho será emitida em data a ser definida pelo **CONTRATANTE**.

3.2.1. O envio da Nota de Empenho se dará de forma eletrônica (*e-mail*), com prazo de 48 (quarenta e oito) horas para confirmação do recebimento do *e-mail*. Transcorrido o referido prazo sem manifestação expressa da **CONTRATADA**, considerar-se-á iniciada a contagem do prazo estabelecido na subcláusula 3.3 para entrega dos bens.

3.3. O prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho.

3.3.1. O fornecimento poderá ocorrer de forma parcelada, desde que cada entrega parcial respeite o prazo global estabelecido no item 3.1. Cada entrega deverá ser acompanhada da respectiva Nota Fiscal/Fatura referente exclusivamente aos itens entregues, permitindo a realização de ateste e liquidação parcial, conforme art. 63 da Lei nº 4.320/1964.

3.4. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

3.5. O objeto ora contratado será recebido, provisória e definitivamente, pelo fiscal da contratação, conforme estabelecido no Termo de Referência, observadas as disposições do artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e dos artigos 140 e 141 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

CLÁUSULA QUARTA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO DO OBJETO E GESTÃO DO CONTRATO

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam do Termo de Referência, anexo a esta Nota de Empenho.

CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1. É vedada à **CONTRATADA** a subcontratação total ou parcial do objeto deste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 6.1.** Os critérios de medição e as demais condições a eles referentes encontram-se definidos no Termo de Referência anexo a esta Nota de Empenho.
- 6.2.** O(s) pagamento(s) será(ão) realizado(s) em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da nota fiscal ou documento equivalente, mediante ateste do responsável pela fiscalização da contratação, dos documentos exigidos em lei ou nesta Nota de Empenho, desde que cumpridas todas as exigências legais e contratuais pela **CONTRATADA**, por meio de depósito em conta corrente ou de ficha de compensação, ambas de titularidade da **CONTRATADA**.
- 6.3.** Antes dos pagamentos, o **CONTRATANTE** efetuará consulta ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN. A existência de registro no CADIN impede a realização de pagamento, conforme estabelecido no inciso II, art. 3º, da Lei Municipal nº 14.094/2005.
- 6.4.** Na hipótese de erro ou divergência com as condições contratadas, a nota fiscal ou documento equivalente será recusada pelo **CONTRATANTE**, mediante declaração expressa das razões da desconformidade, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data da apresentação da nova nota fiscal ou documento equivalente, devidamente corrigida.
- 6.5.** Os pagamentos efetuados com atraso, por culpa exclusiva do **CONTRATANTE**, terão o valor do principal corrigido monetariamente pelo índice de remuneração básica da caderneta de poupança e incidência de juros simples, no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, para fins de compensação da mora (TR + 0,5% *pro-rata tempore*), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorrer (conforme Portaria nº 05/2012-SF).

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações do CONTRATANTE:

7.1.1. Exigir, da **CONTRATADA**, o cumprimento de todas as obrigações descritas no Termo de Referência, neste instrumento, bem como dos demais documentos vinculantes à execução do objeto desta contratação e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, bem como no artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e nos artigos 140 e 141 do Decreto Municipal nº 62.100/2022;

7.1.3. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto e o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**;

7.1.5. Indicar o servidor que atuará como fiscal da contratação;

7.1.6. Rejeitar, justificadamente, no todo ou em parte, a execução do objeto da contratação realizada em desacordo com a especificação, inclusive na hipótese execução por terceiros sem autorização;

7.1.7. Comunicar a **CONTRATADA** para emissão de nota fiscal ou documento equivalente relativa à parcela incontroversa da execução deste instrumento, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade e quantidade, conforme o artigo 143 da Lei Federal nº 14.133/2021;

7.1.8. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** do valor correspondente à execução deste instrumento, no prazo, forma e condições estabelecidos na presente Nota de Empenho e no Termo de Referência;

7.1.9. Aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas na lei e neste instrumento;

7.1.10. Não praticar atos de ingerência na administração da **CONTRATADA**;

7.1.11. Cientificar os setores competentes para a adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela **CONTRATADA**;

7.1.12. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente instrumento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução contratual.

7.2. O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.3. Proporcionar à **CONTRATADA** as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente a entrega e, quando aplicável, a montagem e a instalação dos bens contratados, prestando as informações e os esclarecimentos que venham a ser por ela solicitados.

7.4. Verificar, durante a vigência da contratação, a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

7.5. Verificar minuciosamente, nos prazos fixados, a conformidade do objeto perante as especificações constantes deste Termo de Referência e da Proposta Comercial, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

7.6. Emitir os Termos de Recebimento Provisório e Definitivo, conforme disposto no artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e artigos 140 e 141 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1.** A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência, de sua proposta, deste instrumento e de eventuais anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.
- 8.2.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da presente contratação ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- 8.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao **CONTRATANTE** ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos o valor correspondente aos danos sofridos.
- 8.4.** Manter atualizadas, durante a vigência da contratação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para esta contratação, compreendendo seus dados cadastrais.
- 8.5.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas por este instrumento, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE** e não poderá onerar o objeto deste instrumento.
- 8.6.** Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

- 8.7.** Efetuar comunicação ao **CONTRATANTE**, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização da entrega no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 8.8.** Manter, durante toda a vigência deste instrumento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação.
- 8.9.** Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação que for solicitado pela fiscalização deste instrumento.
- 8.10.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento deste instrumento.
- 8.11.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 124, inciso II, alínea d, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 8.12.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.
- 8.13.** Alocar os empregados e recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste instrumento, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- 8.14.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos.
- 8.15.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.

8.16. Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações referentes a esta contratação.

8.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho.

8.18. Designar e manter preposto aceito pelo **CONTRATANTE** para representá-la na execução deste instrumento.

8.18.1. A indicação ou a manutenção do preposto da **CONTRATADA** poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.19. Não contratar, durante a vigência deste instrumento, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE** ou de agente público que tenha desempenhado função na contratação direta ou que atue na fiscalização ou gestão deste instrumento, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.20. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto contratado.

8.21. Garantir o acesso do **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, aos documentos relativos à execução do objeto contratado.

8.22. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo responsável pela fiscalização do objeto contratado, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

8.23. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas do **CONTRATANTE**.

8.24. Responsabilizar-se por quaisquer ações judiciais, reivindicações ou reclamações, sendo a **CONTRATADA** considerada como única e exclusiva responsável por todos os ônus com que o **CONTRATANTE** venha a arcar, em qualquer época, decorrentes de tais ações oriundas do objeto do presente instrumento.

CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a **CONTRATADA** ao:

- a) Dar causa à inexecução parcial deste instrumento;
- b) Dar causa à inexecução parcial deste instrumento que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total deste instrumento;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução deste instrumento;
- f) Praticar ato fraudulento na execução deste instrumento;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

9.1. O cometimento destas ou de qualquer outra infração prevista em Lei, condizente com a execução deste instrumento, sujeitará a **CONTRATADA** à aplicação das penalidades descritas nesta cláusula nona.

9.2. Serão aplicadas à **CONTRATADA** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.2.1. Advertência, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do objeto da contratação, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subcláusula 9.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subcláusula 9.1, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

9.2.4. Multa:

9.2.4.1. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a” da subcláusula 9.1, de 10% (dez por cento) do valor da contratação.

9.2.4.2. Compensatória, para a infração descrita na alínea “b” da subcláusula 9.1, de 12% (doze por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

9.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do objeto, prevista na alínea “c” da subcláusula 9.1, de 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

9.2.4.4. Moratória, para as infrações descritas na alínea “d” da subcláusula 9.1, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total da contratação, até o limite de 10 (dez) dias corridos.

9.2.4.4.1. Nos casos em que o atraso na entrega dos bens comprometa sua finalidade, prejudique ou inviabilize o objeto, será caracterizada a inexecução total do objeto, inclusive sem haver o pagamento dos serviços contratados pela ausência de sua execução.

9.2.4.5. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” da subcláusula 9.1, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

9.2.4.6. Compensatória, de 1% (um por cento) por ocorrência que caracterize o descumprimento das demais obrigações decorrentes deste instrumento e do Termo de Referência, calculada sobre o seu valor total, limitada a 10% (dez por cento).

9.3. As penalidades serão aplicadas, salvo se houver motivo de força maior ou caso fortuito, justificado e aceito, a critério exclusivo do **CONTRATANTE**.

9.4. A soma das penalidades não excederá a 30% (trinta por cento) do valor total deste instrumento.

9.5. As penalidades são independentes, ou seja, a aplicação de uma não exclui a das outras, devendo ser recolhidas ou descontadas de pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE**, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir de sua comunicação à **CONTRATADA** ou, ainda, se for o caso, cobradas judicialmente.

9.6. O não recolhimento das multas, no prazo previsto, ensejará a incidência de atualização monetária e juros moratórios, calculados em conformidade com a Lei Municipal nº 13.275/2002 e sujeitará a **CONTRATADA** à aplicação do disposto no artigo 156, §8º da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.7. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE**.

9.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do artigo 158 da Lei Federal nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.11. No caso de aplicação de eventuais penalidades, será observado o procedimento previsto no Título IV, do Capítulo I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.12. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.12.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

9.12.2. As peculiaridades do caso concreto;

9.12.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.12.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.12.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. O uso de dados, informações e conteúdo eventualmente oriundos do objeto contratado está limitado à finalidade da prestação do objeto, sendo vedado seu uso para finalidades diferentes da expressamente determinada neste documento, sem o prévio consentimento do **CONTRATANTE**, não podendo os dados serem tratados posteriormente de forma incompatível com essa finalidade, incluindo operações de coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração dos dados.

10.1.1. As políticas de proteção de dados pessoais estabelecidas pelo **CONTRATANTE** e as previsões da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD prevalecerão sobre quaisquer disposições

eventualmente diversas no presente instrumento e demais documentos que instruem este procedimento.

10.2. A **CONTRATADA** deverá prestar esclarecimentos ao **CONTRATANTE**, sobre eventuais atos ou fatos noticiados que se refiram ao tema desta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência da garantia de execução contratual, prevista nos artigos 96 e seguintes da Lei nº Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica do **CONTRATANTE**.

12.3. Registros que não caracterizam alteração do instrumento podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do artigo 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - REAJUSTE

13.1. Os preços serão reajustados aplicando-se o índice IPC-FIPE (mês de referência ____/____), acumulado em 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado (____/____/____).

13.2. A **CONTRATADA** deverá, caso seja solicitado pelo **CONTRATANTE**, instruir o pedido de reajuste com a documentação pertinente, para conferência e para homologação dos cálculos pelo **CONTRATANTE**.

13.3. O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da **CONTRATADA**, nos termos da subcláusula 13.1.

13.4. Na hipótese de divergência de valores entre o apresentado pela **CONTRATADA** e o conferido pelo **CONTRATANTE**, prevalecerá o verificado pelo **CONTRATANTE**, até que as partes dirimam a controvérsia.

13.5. O reajuste concedido será registrado por meio de apostila.

13.6. Eventuais revisões extraordinárias de preços somente poderão ser admitidas nos termos do artigo 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que comprovada a ocorrência de fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, devidamente demonstrada a variação dos custos e mediante autorização formal da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas resultantes do presente instrumento correrão por conta dos recursos constantes da(s) dotação(ões) orçamentária(s) < _____ > e, no próximo exercício, se for o caso, à conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s) prevista(s) para atender a despesas da mesma natureza.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Aplicam-se ao presente a Lei Federal nº 14.133/2021, o Decreto Municipal nº 62.100/2022 e legislação correlata, e, quando for o caso, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado, inclusive as específicas para o objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no artigo 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao artigo 91, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca desta Capital para solução de quaisquer litígios relativos ao presente instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ANTICORRUPÇÃO

18.1. Para a execução deste instrumento, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta, quanto ao objeto deste instrumento, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma, conforme disposto no artigo 114, inciso II, do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

ANEXO DE EMPENHO – GRUPO X

CONTRATANTE: **TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

CONTRATADA: **<DENOMINAÇÃO SOCIAL EMPRESA>**

CNPJ: **Nº**

ENDEREÇO:

TELEFONE:

ENDEREÇO ELETRÔNICO (*e-mail*):

OBJETO DO CONTRATO: Aquisição de material bibliográfico, constituído por livros impressos, destinado a compor o acervo da biblioteca e para atender às demandas dos Gabinetes, Unidades do TCMSP, professores e alunos da pós-graduação da EGC.

GRUPO: **X**

VALOR: **R\$ _____**

PROCESSO Nº: **TC/003235/2026**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1.** Constitui objeto da presente Nota de Empenho a aquisição de material bibliográfico, constituído por livros impressos, destinado a compor o acervo da biblioteca e para atender às demandas dos Gabinetes, Unidades do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, professores e alunos da pós-graduação da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.2.1.** O Termo de Referência;

1.2.2. A proposta da **CONTRATADA**;

1.2.3. Demais documentos que instruem esta contratação e anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. O valor total desta Nota de Empenho é de <R\$ _____,___> <(valor por extenso)>, estando o preço unitário e a quantidade a seguir discriminados:

ITEM	TÍTULO	AUTOR	EDITORIA	ANO	ISBN	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Da monarquia à oligarquia	Christian Edward Cyril Lynch	Alameda	2014	9788579392641	1	R\$	R\$
02	Sete lições sobre as interpretações do Brasil	Bernardo Ricupero	Alameda	2005	9788598325569	1	R\$	R\$
03	Função Social, Competência, ESG e Governança: Estudos de Casos a Partir do TCM-SP - De Acordo com a Lei n. 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Públicos)	Eduardo Tuma (coordenador)	Almedina	2023	9786556278483	1	R\$	R\$

04	A Técnica de Edificar	Walid Yazigi	Blucher	2024	9788521221104	1	R\$	R\$
05	Elementos de amostragem	Heleno Bolfarine, Wilton De Oliveira Bussab	Blucher	2005	9788521203674	1	R\$	R\$
06	Esgoto Sanitário: Coleta, Transporte, Tratamento e Reúso Agrícola	Ariovaldo Nuvolari (Coord.)	Blucher	2011	9788521205685	1	R\$	R\$
07	Impermeabilização: Construindo o Conhecimento	Maraysa Woloszyn, Gihad Mohamad, Rogério Cattelan Antochaves de Lima, Alexandre Silva de Vargas	Blucher	2024	9786555066555	1	R\$	R\$
08	Matemática financeira e engenharia econômica: Princípios e aplicações	Luiz Roberto Vannucci	Blucher	2026	9788521227724	1	R\$	R\$
09	O edifício até sua cobertura	Hélio Alves de Azeredo	Blucher	1997	9788521201298	1	R\$	R\$
10	O edifício e seu acabamento	Hélio Alves de Azeredo	Blucher	1987	9788521200420	1	R\$	R\$

11	Prática das pequenas construções - Vol. 1	Alberto de Campos Borges	Blucher	2009	9788521204817	1	R\$	R\$
12	Prática das pequenas construções - Vol. 2	Alberto de Campos Borges	Blucher	2010	9788521204824	1	R\$	R\$
13	Concreto armado e te amo - Vol. 1	Manoel Henrique Campos Botelho, Osvaldemar Marchetti	Blucher	2019	9788521218593	1	R\$	R\$
14	Concreto armado e te amo - Vol. 2	Manoel Henrique Campos Botelho, Osvaldemar Marchetti	Blucher	2015	9788521208945	1	R\$	R\$
15	Crítica da filosofia do direito de Hegel	Karl Max	Boitempo	2005	9788575593332	1	R\$	R\$
16	Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil	Flávia Biroli	Boitempo	2018	9788575596043	1	R\$	R\$
17	Sobre a questão judaica	Karl Max	Boitempo	2010	9788575591444	1	R\$	R\$
18	A revolução brasileira	Caio Prado Jr.	Brasiliense	2020	9788511080049	1	R\$	R\$
19	História econômica do Brasil	Caio Prado Jr.	Brasiliense	2012	9788511130171	1	R\$	R\$
20	Análise de políticas públicas: Diagnóstico de problemas, recomendação de soluções	Leonardo Secchi	Cengage Learning	2016	9788522125463	1	R\$	R\$
21	Manual De	Carlos José	Cengage	2018	9788522127788	1	R\$	R\$

	Estruturação De Concessões E Parcerias Público-Privadas	Guimarães Cova	Learning					
22	Contabilidade financeira: Introdução aos conceitos, métodos e práticas	Jannifer Francis , Katherine Schipper , Roman Weil	Cengage Learning	2016	9788522125012	1	R\$	R\$
23	A integração do negro na sociedade de classes	Florestan Fernandes	Contracorrente	2021	9786588470350	1	R\$	R\$
24	A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica	Florestan Fernandes	Contracorrente	2020	9788569220749	1	R\$	R\$
25	Avaliação de Políticas Públicas e Garantia de Direitos	Silvia da Silva Tejadas	Cortez	2020	9788524927621	1	R\$	R\$
26	Conselhos Gestores e Participação sociopolítica	Maria da Gloria Gohn	Cortez		9788524917639	1	R\$	R\$
27	Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática	Raquel Raichelis	Cortez		9788524923241	1	R\$	R\$
28	Estado, Classe e Movimento Social	Carlos Montañó, Maria Lucia Duriguetto	Cortez	2017	9788524918575	1	R\$	R\$
29	O Local e o global:	Elenaldo	Cortez	2012	9788524907951	1	R\$	R\$

	limites e desafios da participação cidadã	Teixeira						
30	Política Social - fundamentos e história	Elaine Rossetti Behring, Ivanete Boschetti	Cortez	2018	9788524912597	1	R\$	R\$
31	Serviço Social e reforma sanitária - lutas sociais e práticas profissionais	Maria Inês Souza Bravo	Cortez	2015	9788524918506	1	R\$	R\$
32	A Consensualidade na Administração Pública e as Parcerias com as Organizações sociais	Edson Alves Filho	Dialética	2025	9786527085140	1	R\$	R\$
33	A Resolução Alternativa de Conflitos Verticais: a mediação na Administração Pública	Jammes Miller Bessa	Dialética	2024	9786527037392	1	R\$	R\$
34	Auditoria governamental na gestão pública e eficácia de gestão: para um modelo organizacional integrador	Edmilson Borges de Moura	Dialética	2024	9786527015048	1	R\$	R\$
35	Concurso de pessoas nos crimes contra a Administração Pública: um estudo sobre a teoria do domínio	Guilherme de Sá Meneghin	Dialética	2024	9786527029151	1	R\$	R\$

	do fato							
36	Contribuição para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos de obras da construção civil	Thiago de Oliveira Ribeiro	Dialética	2022	9786525235349	1	R\$	R\$
37	Crimes contra as Finanças Públicas e Responsabilidade Fiscal	Divo Augusto P. A. Cavadas	Dialética	2025	9786527083726	1	R\$	R\$
38	Direito Fundamental à Cidade Inteligente: Marco Jurídico, Fontes de Financiamento e Estratégias para os Gestores Públicos Municipais	Diogo de Calasans Melo Andrade	Dialética	2025	9786527083894	1	R\$	R\$
39	Dolo na Improbidade Administrativa: A exigência do dolo específico no ato ímprobo e suas implicações ao princípio da moralidade	Paulo Ayres Filho	Dialética	2025	9786527064985	1	R\$	R\$
40	Função Social dos Tribunais de Contas no Sistema Constitucional	Jorge R. V. Aguiar Filho	Dialética	2025	9786527069904	1	R\$	R\$

	Brasileiro: Probidade - Direitos Coletivos							
41	Gestão Democrática Municipal: a experiência do Plano Diretor Participativo	Daniel Ivo Neri Grave	Dialética	2025	9786525262659	1	R\$	R\$
42	Instrumental Metodológico para Avaliação de Acessibilidade Física em Edificações de Interesse Histórico	Gisela Aguiar Soares Coutinho Seixas	Dialética	2025	9786527041924	1	R\$	R\$
43	Lei de responsabilidade fiscal: a institucionalização do estado brasileiro em defesa do capital financeiro	Samuel Costa Filho	Dialética	2021	9786559569069	1	R\$	R\$
44	Manual de Direito Previdenciário: Um roteiro de estudo esquemático	Mauro Salles Ferreira Leite	Dialética	2025	9786527073482	1	R\$	R\$
45	O controle do orçamento público como instrumento de responsabilidade fiscal e probidade administrativa	Cristina Elena Bernardi Iaroszski	Dialética	2021	9786558779490	1	R\$	R\$
46	O direito à cidade e o financiamento da	Bruno Fernandes	Dialética	2026	9786527085119	1	R\$	R\$

	política urbana pelas Operações Urbanas: perspectivas críticas e interdisciplinares sobre a encriptação na cidade							
47	O Impacto das Políticas Públicas no Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres	Claudia Ribeiro	Dialética	2025	9786527070818	1	R\$	R\$
48	O Município: A estrutura organizacional	Marco Antonio Ferreira	Dialética	2025	9786527079057	1	R\$	R\$
49	Obras e serviços de engenharia na nova lei de licitações e contratos administrativos: novas perspectivas	Patricia Andreato Leme	Dialética	2023	9786525280752	2	R\$	R\$
50	Registro dos resultados e benefícios da atividade de auditoria interna: sistema criado a partir do PMBOK®	Eufrásia de Souza Melo	Dialética	2024	9786527047964	1	R\$	R\$
51	Da República	Cícero	Edipro	2021	9786556600369	1	R\$	R\$
52	Política	Aristóteles	Edipro	2019	9788552100355	1	R\$	R\$
53	Branços e negros em São Paulo	Florestan Fernandes, Roger Bastide	Global	2008	9788526012585	1	R\$	R\$
54	Linhagens do	Gildo Marçal	Hucitec	2010	9788560438365	1	R\$	R\$

	pensamento político brasileiro	Brandão						
55	Violências e suas configurações: vulnerabilidades, injustiças e desigualdades sociais	organização Lina Faria	Hucitec	2020	9786586039160	1	R\$	R\$
56	A loteria do nascimento: Filha do porteiro termina universidade, mas não alcança filho do rico	Michael França e Fillipi Nascimento	Jandaíra	2025	9786550941598	1	R\$	R\$
57	Considerações sobre o governo representativo	Stuart Mill	LaFonte		9786558701927	1	R\$	R\$
58	Monarquia	Dante Alighieri	LaFonte	2017	9788581862453	1	R\$	R\$
59	Engenharia legal aplicada ao labirinto das obras públicas	José Eduardo Guidi	Leud	2023	978-8574564463	1	R\$	R\$
60	Dois tratados sobre o governo	John Locke	Martins Editora	2020	9788580633801	1	R\$	R\$
61	Teoria Geral do Direito e do Estado	Hans Kelsen	Martins Editora	2016	9788580632668	1	R\$	R\$
62	Teoria Geral do Estado	Thomas Fleiner-Gerster	Martins Editora	2006	9788533622746	1	R\$	R\$
63	Mudanças climáticas e a COP 30: Justiça climática, direitos humanos e a governança ambiental	Coords. André Geraldês, Marijane Vieira Lisboa, Fabrizio	Matrioska Editora	2025	9786584999657	1	R\$	R\$

	internacional	Ridolfo Prado						
64	Os estoicos	Organizador Brad Inwood	Odysseus Editora	2022	9786588738092	1	R\$	R\$
65	Perícia e auditoria de obras públicas	Raul Omar de Oliveira Dantas	Oficina de Textos	2024	9788579753718	1	R\$	R\$
66	Planejamento e controle de obras	Aldo Dórea Mattos	Oficina de Textos	2019	9788579753459	1	R\$	R\$
67	Defesa Recursal nos Tribunais de Contas	Coordenador Rennan Thamay ; Autores: Sergio Ricardo de Almeida, Grhegory Paiva Pires Moreira Maia, Carlos Alexandre Pereir, Vitor Gonçalves Pinho	Tirant Lo Blanch	2025	9788594776754	1	R\$	R\$
68	Lições sobre Probidade Administrativa : de acordo com as modificações da lei 14.230/21	José Alexandre Zachia Alan	Tirant Lo Blanch Brasil	2025	9788594777256	1	R\$	R\$
69	Tribunais de contas e o acesso à justiça consensual no Brasil	coord. Rennan Thamay	Tirant Lo Blanch Brasil	2025	9788594776983	1	R\$	R\$
70	A democracia e seus críticos	Robert A. Dahl	WMF Martins Fontes	2012	9788578274863	1	R\$	R\$
71	Força de lei	Jacques	WMF Martins	2018	9788546901883	1	R\$	R\$

		Derrida	Fontes					
72	Teoria Geral do Direito	Jean-Louis Bergel	WMF Martins Fontes	2006	9788533621763	1	R\$	R\$
73	Tratado sobre a tolerância: a propósito da morte de Jean Calas	Voltaire ; tradutor Paulo Neves	WMF Martins Fontes	2024	9788546904907	1	R\$	R\$
74	Uma breve história da teoria do direito ocidental	John Maurice Kelly	WMF Martins Fontes	2010	9788578271282	1	R\$	R\$
75	Uma introdução aos direitos	William A. Edmundson	WMF Martins Fontes	2006	9788533623101	1	R\$	R\$

2.1.1. No valor contratado estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, tais como impostos (federais, estaduais e/ou municipais), taxas, salários, transporte, seguros, fretes, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e seguros de acidente de trabalho, despesas com deslocamentos, enfim, todas as despesas e materiais necessários para atender o objeto desta contratação, bem assim deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos.

2.1.2. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos valores, não se justificando pedidos de acréscimos a qualquer título.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA, DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

3.1. O prazo de vigência da contratação será de 90 (noventa) dias corridos, contados da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

3.2. A Nota de Empenho será emitida em data a ser definida pelo **CONTRATANTE**.

3.2.1. O envio da Nota de Empenho se dará de forma eletrônica (*e-mail*), com prazo de 48 (quarenta e oito) horas para confirmação do recebimento do *e-mail*. Transcorrido o referido prazo sem manifestação expressa da **CONTRATADA**, considerar-se-á iniciada a contagem do prazo estabelecido na subcláusula 3.3 para entrega dos bens.

3.3. O prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho.

3.3.1. O fornecimento poderá ocorrer de forma parcelada, desde que cada entrega parcial respeite o prazo global estabelecido no item 3.1. Cada entrega deverá ser acompanhada da respectiva Nota Fiscal/Fatura referente exclusivamente aos itens entregues, permitindo a realização de ateste e liquidação parcial, conforme art. 63 da Lei nº 4.320/1964.

3.4. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

3.5. O objeto ora contratado será recebido, provisória e definitivamente, pelo fiscal da contratação, conforme estabelecido no Termo de Referência, observadas as disposições do artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e dos artigos 140 e 141 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

CLÁUSULA QUARTA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO DO OBJETO E GESTÃO DO CONTRATO

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam do Termo de Referência, anexo a esta Nota de Empenho.

CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1. É vedada à **CONTRATADA** a subcontratação total ou parcial do objeto deste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1. Os critérios de medição e as demais condições a eles referentes encontram-se definidos no Termo de Referência anexo a esta Nota de Empenho.

6.2. O(s) pagamento(s) será(ão) realizado(s) em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da nota fiscal ou documento equivalente, mediante ateste do responsável pela fiscalização da contratação, dos documentos exigidos em lei ou nesta Nota de Empenho, desde que cumpridas todas as exigências legais e contratuais pela **CONTRATADA**, por meio de depósito em conta corrente ou de ficha de compensação, ambas de titularidade da **CONTRATADA**.

6.3. Antes dos pagamentos, o **CONTRATANTE** efetuará consulta ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN. A existência de registro no CADIN impede a realização de pagamento, conforme estabelecido no inciso II, art. 3º, da Lei Municipal nº 14.094/2005.

6.4. Na hipótese de erro ou divergência com as condições contratadas, a nota fiscal ou documento equivalente será recusada pelo **CONTRATANTE**, mediante declaração expressa das razões da desconformidade, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data da apresentação da nova nota fiscal ou documento equivalente, devidamente corrigida.

6.5. Os pagamentos efetuados com atraso, por culpa exclusiva do **CONTRATANTE**, terão o valor do principal corrigido monetariamente pelo índice de remuneração básica da caderneta de poupança e incidência de juros simples, no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, para fins de compensação da mora (TR + 0,5% *pro-rata tempore*), observando-se, para

tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorrer (conforme Portaria nº 05/2012-SF).

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações do CONTRATANTE:

7.1.1. Exigir, da **CONTRATADA**, o cumprimento de todas as obrigações descritas no Termo de Referência, neste instrumento, bem como dos demais documentos vinculantes à execução do objeto desta contratação e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, bem como no artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e nos artigos 140 e 141 do Decreto Municipal nº 62.100/2022;

7.1.3. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto e o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**;

7.1.5. Indicar o servidor que atuará como fiscal da contratação;

7.1.6. Rejeitar, justificadamente, no todo ou em parte, a execução do objeto da contratação realizada em desacordo com a especificação, inclusive na hipótese execução por terceiros sem autorização;

7.1.7. Comunicar a **CONTRATADA** para emissão de nota fiscal ou documento equivalente relativa à parcela incontroversa da execução deste instrumento, para efeito de liquidação e

pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade e quantidade, conforme o artigo 143 da Lei Federal nº 14.133/2021;

7.1.8. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** do valor correspondente à execução deste instrumento, no prazo, forma e condições estabelecidos na presente Nota de Empenho e no Termo de Referência;

7.1.9. Aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas na lei e neste instrumento;

7.1.10. Não praticar atos de ingerência na administração da **CONTRATADA**;

7.1.11. Cientificar os setores competentes para a adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela **CONTRATADA**;

7.1.12. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente instrumento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução contratual.

7.2. O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.3. Proporcionar à **CONTRATADA** as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente a entrega e, quando aplicável, a montagem e a instalação dos bens contratados, prestando as informações e os esclarecimentos que venham a ser por ela solicitados.

7.4. Verificar, durante a vigência da contratação, a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

7.5. Verificar minuciosamente, nos prazos fixados, a conformidade do objeto perante as especificações constantes deste Termo de Referência e da Proposta Comercial, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

7.6. Emitir os Termos de Recebimento Provisório e Definitivo, conforme disposto no artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e artigos 140 e 141 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência, de sua proposta, deste instrumento e de eventuais anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

8.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da presente contratação ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

8.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao **CONTRATANTE** ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos o valor correspondente aos danos sofridos.

8.4. Manter atualizadas, durante a vigência da contratação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para esta contratação, compreendendo seus dados cadastrais.

8.5. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas por este instrumento, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE** e não poderá onerar o objeto deste instrumento.

- 8.6.** Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 8.7.** Efetuar comunicação ao **CONTRATANTE**, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização da entrega no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 8.8.** Manter, durante toda a vigência deste instrumento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação.
- 8.9.** Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação que for solicitado pela fiscalização deste instrumento.
- 8.10.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento deste instrumento.
- 8.11.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 124, inciso II, alínea d, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 8.12.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.
- 8.13.** Alocar os empregados e recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste instrumento, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- 8.14.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos.

8.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.

8.16. Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações referentes a esta contratação.

8.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho.

8.18. Designar e manter preposto aceito pelo **CONTRATANTE** para representá-la na execução deste instrumento.

8.18.1. A indicação ou a manutenção do preposto da **CONTRATADA** poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.19. Não contratar, durante a vigência deste instrumento, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE** ou de agente público que tenha desempenhado função na contratação direta ou que atue na fiscalização ou gestão deste instrumento, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.20. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto contratado.

8.21. Garantir o acesso do **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, aos documentos relativos à execução do objeto contratado.

8.22. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo responsável pela fiscalização do objeto contratado, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

8.23. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas do **CONTRATANTE**.

8.24. Responsabilizar-se por quaisquer ações judiciais, reivindicações ou reclamações, sendo a **CONTRATADA** considerada como única e exclusiva responsável por todos os ônus com que o **CONTRATANTE** venha a arcar, em qualquer época, decorrentes de tais ações oriundas do objeto do presente instrumento.

CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a **CONTRATADA** ao:

- a) Dar causa à inexecução parcial deste instrumento;
- b) Dar causa à inexecução parcial deste instrumento que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total deste instrumento;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução deste instrumento;
- f) Praticar ato fraudulento na execução deste instrumento;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

9.2. O cometimento destas ou de qualquer outra infração prevista em Lei, condizente com a execução deste instrumento, sujeitará a **CONTRATADA** à aplicação das penalidades descritas nesta cláusula nona.

9.3. Serão aplicadas à **CONTRATADA** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.3.1. Advertência, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do objeto da contratação, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.3.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subcláusula 9.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subcláusula 9.1, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

9.3.4. Multa:

9.3.4.1. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a” da subcláusula 9.1, de 10% (dez por cento) do valor da contratação.

9.3.4.2. Compensatória, para a infração descrita na alínea “b” da subcláusula 9.1, de 12% (doze por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

9.3.4.3. Compensatória, para a inexecução total do objeto, prevista na alínea “c” da subcláusula 9.1, de 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

9.3.4.4. Moratória, para as infrações descritas na alínea “d” da subcláusula 9.1, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total da contratação, até o limite de 10 (dez) dias corridos.

9.3.4.4.1. Nos casos em que o atraso na entrega dos bens comprometa sua finalidade, prejudique ou inviabilize o objeto, será caracterizada a inexecução total do objeto, inclusive sem haver o pagamento dos serviços contratados pela ausência de sua execução.

9.3.4.5. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” da subcláusula 9.1, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

9.3.4.6. Compensatória, de 1% (um por cento) por ocorrência que caracterize o descumprimento das demais obrigações decorrentes deste instrumento e do Termo de Referência, calculada sobre o seu valor total, limitada a 10% (dez por cento).

9.4. As penalidades serão aplicadas, salvo se houver motivo de força maior ou caso fortuito, justificado e aceito, a critério exclusivo do **CONTRATANTE**.

9.5. A soma das penalidades não excederá a 30% (trinta por cento) do valor total deste instrumento.

9.6. As penalidades são independentes, ou seja, a aplicação de uma não exclui a das outras, devendo ser recolhidas ou descontadas de pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE**, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir de sua comunicação à **CONTRATADA** ou, ainda, se for o caso, cobradas judicialmente.

9.7. O não recolhimento das multas, no prazo previsto, ensejará a incidência de atualização monetária e juros moratórios, calculados em conformidade com a Lei Municipal nº 13.275/2002 e sujeitará a **CONTRATADA** à aplicação do disposto no artigo 156, §8º da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.8. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE**.

9.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos

do artigo 158 da Lei Federal nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.12. No caso de aplicação de eventuais penalidades, será observado o procedimento previsto no Título IV, do Capítulo I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.13. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.13.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

9.13.2. As peculiaridades do caso concreto;

9.13.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.13.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.13.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. O uso de dados, informações e conteúdo eventualmente oriundos do objeto contratado está limitado à finalidade da prestação do objeto, sendo vedado seu uso para finalidades diferentes da expressamente determinada neste documento, sem o prévio consentimento do **CONTRATANTE**, não podendo os dados serem tratados posteriormente de forma incompatível com essa finalidade, incluindo operações de coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento,

armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração dos dados.

10.1.1. As políticas de proteção de dados pessoais estabelecidas pelo **CONTRATANTE** e as previsões da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD prevalecerão sobre quaisquer disposições eventualmente diversas no presente instrumento e demais documentos que instruem este procedimento.

10.2. A **CONTRATADA** deverá prestar esclarecimentos ao **CONTRATANTE**, sobre eventuais atos ou fatos noticiados que se refiram ao tema desta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência da garantia de execução contratual, prevista nos artigos 96 e seguintes da Lei nº Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica do **CONTRATANTE**.

12.3. Registros que não caracterizam alteração do instrumento podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do artigo 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - REAJUSTE

13.1. Os preços serão reajustados aplicando-se o índice IPC-FIPE (mês de referência ____/____/____), acumulado em 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado (____/____/____).

13.2. A **CONTRATADA** deverá, caso seja solicitado pelo **CONTRATANTE**, instruir o pedido de reajuste com a documentação pertinente, para conferência e para homologação dos cálculos pelo **CONTRATANTE**.

13.3. O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da **CONTRATADA**, nos termos da subcláusula 13.1.

13.4. Na hipótese de divergência de valores entre o apresentado pela **CONTRATADA** e o conferido pelo **CONTRATANTE**, prevalecerá o verificado pelo **CONTRATANTE**, até que as partes dirimam a controvérsia.

13.5. O reajuste concedido será registrado por meio de apostila.

13.6. Eventuais revisões extraordinárias de preços somente poderão ser admitidas nos termos do artigo 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que comprovada a ocorrência de fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, devidamente demonstrada a variação dos custos e mediante autorização formal da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas resultantes do presente instrumento correrão por conta dos recursos constantes da(s) _____ dotação(ões) _____ orçamentária(s) < _____ > e, no próximo exercício, se for o caso, à conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s) prevista(s) para atender a despesas da mesma natureza.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Aplicam-se ao presente a Lei Federal nº 14.133/2021, o Decreto Municipal nº 62.100/2022 e legislação correlata, e, quando for o caso, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado, inclusive as específicas para o objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no artigo 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao artigo 91, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca desta Capital para solução de quaisquer litígios relativos ao presente instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ANTICORRUPÇÃO

18.1. Para a execução deste instrumento, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta, quanto ao objeto deste instrumento, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma, conforme disposto no artigo 114, inciso II, do Decreto Municipal nº 62.100/2022.